

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA  
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL**

**DAIANA CAROLINE REFATI**

**O TRABALHO DAS MULHERES E A AGROECOLOGIA NOS  
ASSENTAMENTOS ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES EM SÃO  
MIGUEL DO IGUAÇU E ANDER RODOLFO HENRIQUE EM DIAMANTE  
DO OESTE - PARANÁ**

**Marechal Cândido Rondon  
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO RURAL**  
**SUSTENTÁVEL**

DAIANA CAROLINE REFATI

**O TRABALHO DAS MULHERES E A AGROECOLOGIA NOS**  
**ASSENTAMENTOS ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES EM SÃO**  
**MIGUEL DO IGUAÇU E ANDER RODOLFO HENRIQUE EM DIAMANTE**  
**DO OESTE - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr.: João Edmilson Fabrini.

Co-orientador: Prof. Dr.: Walter Roberto Marschner.

**Marechal Cândido Rondon**  
**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

R332t	<p>Refati, Daiana Caroline O trabalho das mulheres e a agroecologia nos Assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguazu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste - Paraná / Daiana Caroline Refati. - Marechal Cândido Rondon, 2015. 153 p.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini Coorientador: Prof. Dr. Walter Roberto Marschner</p> <p>Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.</p> <p>1. Agroecologia. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 3. Mulheres. 4. Trabalho. I. Fabrini, João Edmilson. II. Marschner, Walter Roberto. III. Título.</p> <p>CDD 22.ed. 630 CIP-NBR 12899</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

DAIANA CAROLINE REFATI

**O TRABALHO DAS MULHERES E A AGROECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS  
ANTÔNIO COMPANHEIRO TAVARES, EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU E ANDER  
RODOLFO HENRIQUE EM DIAMANTE DO OESTE - PARANÁ**

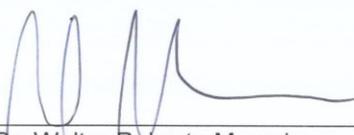
Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 18 de setembro de 2015.



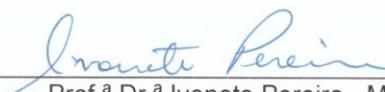
---

Prof. Dr. João Edmilson Fabrini - Orientador  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



---

Prof. Dr. Walter Roberto Marschner - Membro  
Universidade Federal da Grande Dourados



---

Prof.ª Dr.ª Ivonete Pereira - Membro  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me ouvir nos momentos difíceis, pela força, pelas alegrias e conquistas proporcionadas e principalmente por se importar comigo.

À minha mãe Cladir e ao pai Leonir, por terem dedicado suas vidas ao bem-estar da minha. Por todos os momentos de alegrias proporcionadas, aos conselhos, incentivos e compreensão. Toda a ajuda que recebi desde o início de minha vida acadêmica, devo a vocês. Obrigada por tudo.

Mãe obrigada por ser tão guerreira e lutar tanto para me ver feliz.

À minha irmã Alana e ao meu cunhado Nairo, pelos conselhos e incentivos. Nairo, valeu por pegar folga no trabalho e me levar nos assentamentos. Te devo essa!

À Emanuela, minha sobrinha linda. Seu amor deixa meus dias mais felizes.

Ao meu namorado e amigo Rodrigo, pelo companheirismo, dedicação, compreensão, pelos momentos de descontração, principalmente apoio e incentivo. Contribuiu de maneira ímpar para a concretização dessa pesquisa. Muito obrigada pelo seu carinho e amor.

Agradeço também ao Professor João E. Fabrini meu orientador. Obrigada pela compreensão, paciência e dedicação destinada à orientação da minha pesquisa, desde a época da graduação. Sou muito grata pela oportunidade de poder realizar esta dissertação. Agradeço também pela contribuição que vai além da pesquisa, pela amizade, conselhos, apoio e incentivos. Obrigada por tudo!

Ao Professor Walter Marschner meu Co-orientador. Obrigada por toda a dedicação e compreensão com que me orientou. Pelas contribuições nas idas a campo, na banca de qualificação, nas aulas, que foram de extrema importância para meu aprendizado. Obrigada também pela amizade e incentivo.

A Professora Ivonete Pereira por todas as valiosas contribuições a pesquisa.

Ao Professor Tarcísio Vanderlinde, pelas contribuições em suas aulas e incentivo.

Às mulheres camponesas e suas famílias, dos assentamentos Ander R. Henrique e Antonio C. Tavares. Obrigada pela recepção em suas casas, por compartilharem suas experiências de vida e trajetória de luta. Sou muito grata por dedicarem seu tempo para contribuir com a minha pesquisa, foi de extrema importância para a realização da mesma e também para o meu aprendizado pessoal.

Aos meus queridos amigos (as). Paula muito obrigada por sua amizade, pelos momentos felizes, pela companhia, preocupação, pelos conselhos e incentivo. Luciane, Diana e Fernanda, muito obrigada por tudo, pela amizade, preocupação e incentivo. Obrigada pela parceria meninas, e pelos momentos bons que vivemos morando juntas e aos que virão! Lucas, obrigada pela amizade, pelos momentos de descontração e pela força.

A todos os colegas e professores do GEOLUTAS. Douglas, muito obrigada pela amizade e força. Vanessa e Cíntia, obrigada pelo companheirismo, amizade e os vários tereres.

Aos colegas e professores do Desenvolvimento Rural Sustentável. Érica, obrigada pelo companheirismo, pelos momentos de descontração, pela força e amizade. Luciane, obrigada pelos momentos de companheirismo e amizade. À Lizete, secretária do programa, dedicada e eficiente.

Ao André, amigo do assentamento Ander, pelas conversas, troca de informações, contatos e ajuda com a localização dentro do assentamento.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro, na forma de bolsa, a qual foi muito importante para a consecução dessa pesquisa.

Enfim grata por todos que contribuíram de alguma forma para que chegasse aqui!

## RESUMO

A pesquisa “o trabalho das mulheres nos assentamentos Ander Rodolfo Henrique no município de Diamante do Oeste e o assentamento Antonio Companheiro Tavares no município de São Miguel do Iguçu” tem como objetivo geral analisar como são estabelecidas as relações de gênero, identificando as atividades que as mulheres realizam em seus lotes. Outro enfoque da pesquisa é a produção agroecológica, pois ambos os assentamentos estão construindo a transição para a agroecologia. Para tanto, procurou-se discutir, sobre a luta dos camponeses pela terra no Brasil e no Paraná, desde passado distante, até os dias atuais com o surgimento do MST. Por meio dos movimentos sociais, as camponesas e os camponeses têm alcançado um conjunto de conquistas, dentre elas, a terra do assentamento. A partir da conquista da terra, buscamos entender como se deu a trajetória de luta dos camponeses, desde o período de acampados. Já assentadas (os), nosso objetivo foi de identificar os modos de vida que são criados e recriados pelas famílias, incluindo a produção agroecológica e principalmente as relações de gênero. Da análise das relações de gênero identificou-se mecanismos que dão condições para o estabelecimento de relações de igualdade, corporativismo e inserção das mulheres em atividades historicamente associadas com o patriarca da família. Apesar disso, ainda há a reprodução de relações desiguais de poder, de submissão, sexismo, seja no âmbito do trabalho doméstico, produtivo - quando a mulher é excluída de certos espaços decisórios, principalmente os que envolvem renda e comercialização - e de militância. As versões das mulheres nos forneceram subsídios de análise sobre seus lugares, atuações e papéis nos assentamentos.

**Palavras - Chave:** MST; assentamento; camponeses; gênero; trabalho;

## ABSTRACT

### **The work of women and agroecology in settings Antonio Companheiro Tavares in São Miguel do Iguaçu and Ander Rodolfo Henrique in Diamante do Oeste - Paraná**

The research, the work of women in the Ander Rodolfo Henrique settlements in the municipality of Diamante do Oeste and the Antonio Companheiro Tavares settlement in the municipality of São Miguel do Iguaçu aimed to analyze how gender relations are established, identifying the activities that women do in their lots. Another focus of the research is the agro-ecological production, both settlements are building the transition to agroecology. Therefore, we tried to discuss on the peasants' struggle for land in Brazil and Paraná, from the distant past to the present day with the emergence of the MST. Through the social movements, peasant and farmers have acquired a number of achievements, among them the lands of the settlements. From the moment of the conquest of the land, we seek to understand how was the trajectory of the fight of the peasants since the camping period. Already settled, our goal was to identify the lifestyles that are created and recreated by the families, including agro-ecological production and especially gender relations. From the analysis of gender relations we identified mechanisms that give conditions for the establishment of equal relations, corporatism and the insertion of women in activities historically associated with the family patriarch. Despite this, there still is the reproduction of unequal power relations, of submission, sexism, either under the domestic, productive work - when women are excluded from certain decision making spaces, especially those involving income and commercialization - and militancy. The versions of the women provided subsidies in the analysis about their places, acting and roles in the settlements.

**Keywords:** MST; settlement; farmers; gender; work;

## LISTA DE SIGLAS

- ANMTR** - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- APP** – Área de Preservação Permanente
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAPA** – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
- CEBS** – Comissão Eclesial de Base
- CNDM** – Conselho Nacional de Direitos das Mulheres
- COOPERCAM** – Cooperativa de Industrialização da Família Camponesa
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPA** – Cooperativa de Produção Agropecuária
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRESO** – Sistema Cooperativo de Crédito Solidário
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra
- GEOLUTAS** – Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITEPA** – Instituto Técnico de Pesquisa Educação e Reforma Agrária
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MASTEL** – Movimento de Trabalhadores Sem Terra do Litoral/PR
- MASTEN** – Movimento de Trabalhadores Sem Terra do Norte/PR
- MASTES** – Movimento de Trabalhadores Sem Terra do Sudoeste/PR
- MASTRECO** – Movimento de Trabalhadores Sem Terra do Centro Oeste/PR
- MASTRO** – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
- MLST** – Movimento de Libertação dos Sem Terra
- MMA** – Movimento de Mulheres Agricultoras

**MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas

**MMTR** – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

**MPA** – Movimento de Pequenos Agricultores

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**NERA** – Núcleo de Estudos Pesquisa Projetos de Reforma Agrária

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**PDA** – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

**PJR** – Pastoral da Juventude Rural

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRV** – Pastoreio Racional Voisin

**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante do Oeste/PR.....	53
Figura 2. Acampamento do MST em Diamante do Oeste.....	56
Figura 3. Aspecto das casas no início do assentamento .....	57
Figura 4. Localização do Assentamento Antonio Companheiro Tavares .....	63
Figura 5. Instalações do ITEPA e da Escola José Gomes da Silva .....	65
Figura 6. Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Ander Rodolfo Henrique.....	113
Figura 7. Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Antonio Companheiro Tavares .....	114
Figura 8. (A) Dona Neusa mostrando sua horta em fase de construção, situada aos arredores da casa, no assentamento Antonio C. Tavares. (B) Assentada do Ander R. Henrique, realizando trabalho doméstico na preparação de pães para entregar ao PAA .....	117
Figura 9. Participação e/ ou acompanhamento em algumas atividades no assentamento Ander Rodolfo Henrique .....	119
Figura 10. Participação e/ou acompanhamento em algumas atividades no assentamento Antonio Companheiro Tavares.....	120
Figura 11. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Ander Rodolfo Henrique.....	123
Figura 12. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Antonio Companheiro Tavares .....	124
Figura 13. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Ander Rodolfo Henrique.....	127
Figura 14. Membros (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Antonio Companheiro Tavares .....	128
Figura 15. Dona Neusa coletando sementes de groselha para que levássemos para casa .....	130
Figura 16. Agroindústria de beneficiamento de polpas, armazenamento de frangos e massas (A). Dona Nadir mostrando a despoldadeira (B). Preparo de frangos para entrega no PAA (C). No assentamento Ander R. Henrique .....	134
Figura 17. Dona Maria no trabalho da horta. Assentamento Ander Rodolfo Henrique. ....	134

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
MATERIAL E MÉTODOS.....	17
CAPÍTULO I.....	19
A LUTA DOS CAMPONESES PELA TERRA NO BRASIL.....	19
1.1 O conceito de camponês.....	21
1.2 A luta pela terra no Brasil e a resistência camponesa no Paraná.....	26
CAPÍTULO II.....	37
A CONQUISTA DOS ASSENTAMENTOS ANDER RODOLFO HENRIQUE EM DIAMANTE DO OESTE/PR E ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.....	37
2.1 A Trajetória de Luta dos membros dos Assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares: Dos Acampamentos a Consolidação dos Assentamentos.....	42
2.1.1 A formação do assentamento Ander Rodolfo Henrique.....	52
2.1.2 A formação do assentamento Antonio Companheiro Tavares.....	61
2.2 Desenvolvimento rural sustentável, gênero e agroecologia nos assentamentos.....	73
CAPÍTULO III.....	93
O TRABALHO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES E ANDER RODOLFO HENRIQUE.....	93
3.1 O conceito e as desigualdades de gênero.....	94
3.2 Movimentos e organização de mulheres camponesas no Brasil.....	101
3.3 - O Trabalho e a participação das mulheres nos assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXO - Questionário Utilizado.....	149

## INTRODUÇÃO

A expansão do modo de produção capitalista provocou transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais no espaço agrário brasileiro, principalmente a partir da década de 1950 com a incorporação de elementos técnico-científicos no campo, através de pacotes tecnológicos impostos pela Revolução Verde<sup>1</sup>. Esse processo não ocorreu de maneira linear e homogênea, mas sim de modo desigual e contraditório.

A divisão de terras no Brasil foi feita de modo desigual desde passado distante, sempre em benefício dos que detinham poder político e dinheiro. O processo de industrialização da agricultura ocorrida a partir da década de 1960, principalmente, acentuou essa desigualdade da distribuição de terras, estabelecendo enriquecimento de uma pequena parte de produtores, sobretudo os médios e grandes proprietários e desdobrando-se na exclusão social de uma parcela significativa de camponeses, muitos arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, entre outros.

Do ponto de vista de gênero, o processo de exclusão não é homogêneo. É mais intenso para a população feminina, pois historicamente se construiu desigualdade entre os gêneros apesar da diminuição desta na década de 1990. Ainda no século XXI as mulheres se deparam com obstáculos, pois encontram dificuldades com cargos de chefia, em geral recebem salários mais baixos, além disso, realizam uma série de atividades não remuneradas, como às atividades do lar, o que as torna dependentes financeiramente dos maridos, considerados os “provedores do sustento da família”.

O conceito de exclusão não é o mesmo que desigualdade ou invisibilidade, apesar de apresentarem correlação. Desigualdade trata-se de uma distribuição desigual de recursos, onde o sujeito não obtém o mínimo para sua subsistência.

O sociólogo José de Souza Martins, em duas de suas obras, “*A Sociedade Vista do Abismo: Novos Estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais (2002)*” e “*Exclusão Social e a Nova Desigualdade (2007)*”, considera que o conceito de exclusão, em si, não existe. O autor afirma que o que existe, na verdade, são formas

---

<sup>1</sup> O termo Revolução Verde se refere ao processo de modernização da agricultura que ocorreu principalmente na década de 1950/60 no Brasil. Segundo os autores, Goodman, Sorz e Wilkinson (1990), afirmam que, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial, como a semeadura à mão pela máquina de semear, o cavalo pelo trator, o esterco por produtos químicos sintéticos. Este processo descontínuo, porém, persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos é designado pelos autores de apropriação.

degradantes de inclusão, onde o sistema social capitalista possui um processo próprio de exclusão e re-inclusão, de acordo com sua lógica, mesmo que de forma precária.

Dessa forma, diante da lógica destruidora do capital e da agricultura por ele imposta, que expropria camponeses de seus meios de produção, alterando a paisagem do campo, ameaçando tornar o desenvolvimento local irrelevante, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais organizam-se em movimentos de contraposição ao modelo agrícola dominante.

Entre as diferentes ações destacam-se os movimentos sociais de cunho camponês, organizados localmente ou em escalas nacionais e internacionais, participando na criação de mecanismos de luta, resistência e emancipação frente ao capital, atuando em defesa do campesinato e do desenvolvimento rural sustentável. Esse último caracteriza-se através do “Movimento Agroecológico” que, inclusive, se caracteriza hoje como uma vertente do pensamento ecológico e como movimento social, que preza por um modo de produção com bases ecológicas, sem a utilização de agrotóxicos ou químicos industriais transgênicos, através do trabalho familiar camponês, em geral.

Neste grupo, destacam-se os sem-terra, organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cujas ações de luta resultam em manifestações e ocupações de latifúndios, para chamar atenção do Estado e expor sua realidade para a sociedade em geral, acerca dos problemas relacionados com a concentração e ao acesso a terras.

Em 1984 foi fundado o MST em Cascavel/PR. Este movimento luta pela reforma agrária e conquistou diversos assentamentos. Os assentamentos são resultados de reivindicações a partir da estratégia de ocupação de terra e montagem de acampamentos. Nos assentamentos o território camponês é enfim, constituído. Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço.

Dessa forma, o assentamento é um espaço territorializado pelo camponês, onde continuará mantendo suas relações camponesas de produção no espaço conquistado. Mesmo vindo da cidade o sujeito se reconstrói enquanto “classe” camponesa. A partir do momento em que os sem-terra tornam-se membro do MST, passa a se politizar e aprimorar seus conhecimentos e repensam práticas e relações como é o caso da questão de gênero e a condição das mulheres, sobretudo camponesas, na sociedade.

Através das experiências de lutas que as mulheres dos assentamentos passaram em que algumas delas permaneceram até dez anos acampadas, foi lhes proporcionado a participação e discussão de temas diversos. Portanto, o período do acampamento, apesar de todas as dificuldades encontradas, se constitui como um aprendizado tanto político, quanto relacionado às questões de produção, ou seja, as mulheres não são as mesmas antes e depois do acampamento. Neste processo ela vai construindo a sua consciência na busca da visibilidade, demonstrando que também são capazes de trabalhar na roça, garantindo a sobrevivência da família junto com seu companheiro, ou se mantendo mesmo que seja solteira.

Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender o trabalho das mulheres em assentamentos de reforma agrária, especificamente nos Assentamentos Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante do Oeste/PR e Antonio Companheiro Tavares, localizado em São Miguel do Iguçu/PR, bem como analisar a produção agroecológica neles, identificando vantagens (melhor qualidade de vida, melhores preços de comercialização, entre outros) e problemas (falta de mão-de-obra, trabalho pesado, entre outros). Dessa maneira, pretende-se com este trabalho contribuir para a construção do processo de igualdade da mulher camponesa e de uma produção mais sustentável, visando melhorias para as futuras gerações.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro aborda o campesinato brasileiro, enfocando a luta e a organização da classe camponesa nos conflitos por terra e na participação em movimentos sociais, como o MST, nacional e regional. Procurou-se também mostrar a atualidade das lutas camponesas no Paraná.

No capítulo dois abordamos o processo da luta e a conquista dos assentamentos estudados. Este capítulo é importante para entender como ocorre o processo de construção dos camponeses enquanto sujeitos políticos, pois abordamos a trajetória de luta dos assentados e os aprendizados adquiridos nos acampamentos até a conquista da terra. Foi tratado também o desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia como importante instrumento de empoderamento das mulheres e de agricultura mais saudável.

No capítulo três foi realizada uma contextualização sobre gênero e a atuação dos movimentos de mulheres no Brasil. Realizou-se também, uma análise sobre o trabalho das mulheres e seu envolvimento em decisões nos assentamentos, abordando alguns pontos como: qual o trabalho da mulher no lote e em atividades comerciais (serviços domésticos, horta e pomar, plantio e venda de culturas, venda de animais, ordenha, entre outras); a participação e/ou acompanhamento em algumas atividades no

assentamento (cursos técnicos, encontros e assembleias, participação no clube de mães, entre outras); membro da família responsável pelas decisões no âmbito do lote (dono do lote, distribuições dos serviços, financiamento agrícola, plantio, colheita, venda e compra, entre outras) e no contexto doméstico (quais animais domésticos serão criados, gastos domésticos, plantio no quintal, produtos para o autoconsumo, entre outras).

Esta abordagem foi fundamental para compreender como a divisão sexual do trabalho incide na construção do espaço dos assentamentos, que podem ser espaços de invisibilidade, opressão, dominação e sexismo e também espaços de transformação, de igualdade e empoderamento das mulheres.

Os mecanismos que promovem a invisibilidade ou exclusão das mulheres, estão relacionados com a lógica patriarcal e sexista que atribui como espaço das mulheres o privado, o lar e seus arredores, designando a elas atividades reprodutivas, consideradas uma ajuda ou um não trabalho. E os espaços que promovem igualdade e empoderamento das mulheres, estão relacionados, com seu engajamento em um movimento social (MST), que permite levantar questionamentos sobre desigualdades de gênero no meio rural, além de possibilitar sua participação como lideranças de grupos, brigadas, setores, clube de mães e o seu envolvimento com a agroecologia, que também possibilita a participação em cursos, palestras, assistência técnica, feiras, aumentando assim seu campo de atuação.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa em questão tem como caminhos metodológicos o estudo de caso e a análise qualitativa e quantitativa, utilizando-se também de entrevistas e narrativas.

Lüdke e André (1986), que fazem uma discussão sobre pesquisa qualitativa em educação, apontam que o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular ou particular, sendo que, o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo.

Conforme as mencionadas autoras, Lüdke e André (1986), o estudo de caso possui características fundamentais como: visar à descoberta, retratar a realidade de forma completa e profunda, usar uma variedade de fontes de informação, representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social, além de utilizar uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. Apoiando-se nessas reflexões o estudioso Yin (2010), que afirma que o estudo de caso é uma estratégia metodológica do tipo exploratório, descritivo e interpretativo.

Esta pesquisa é considerada um estudo de caso, pois analisa as relações de gênero e produção agroecológica em assentamentos de reforma agrária no Oeste do Paraná, porém não analisa todos os assentamentos da referida região, mas sim, somente dois, o caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique e do Assentamento Antonio Companheiro Tavares.

O estudo de caso é parte fundamental da pesquisa qualitativa, segundo Yin (2010), a abordagem qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento.

A obtenção de dados para a realização desta pesquisa deu-se a partir da utilização de narrativas. Através das entrevistas aproveitam-se em forma de dados as narrativas que os entrevistados produzem. Flick (2004), em seu estudo sobre pesquisa qualitativa, se utiliza das obras de Hermans (1995) e Riemann e Suchütze (1987) para compreender o uso das narrativas.

Flick (2004) argumenta que as narrativas, permitem ao pesquisador abordar o

mundo experimental do entrevistado, de modo mais abrangente.

Segundo Riemann e Suchütze (1987, p. 353, apud FLICK, 2004), a entrevista narrativa é iniciada com a utilização de uma “questão gerativa narrativa”, que tem por finalidade estimular a narrativa principal do entrevistado.

Segundo Hermanns (1995, p. 183, apud FLICK, 2004) na entrevista narrativa, pede-se ao informante que apresente em uma narrativa improvisada a história de uma área de interesse da qual o entrevistado tenha participado. A tarefa do entrevistador é fazer com que o informante conte a história da área de interesse em questão como uma história consistente de todos os eventos relevantes do início ao fim.

As narrativas utilizadas para a realização desta pesquisa foram obtidas através do trabalho de campo realizado nos assentamentos a partir de questionários, com amostras aleatórias de 30 mulheres, as idades variam de 22 a 65 anos, sendo 15 questionários no assentamento Ander Rodolfo Henrique e 15 questionários no assentamento Companheiro Antonio Tavares, além de contar com algumas falas de homens, no que diz respeito à trajetória de luta pela terra, na participação de acampamentos e questões relacionadas com as atividades que realizam no lote. Documentos como o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e bibliografias diversas sobre a temática, também auxiliaram na pesquisa.

A partir da análise dos dados obtidos com a transcrição das entrevistas, proporcionou a realização de quadros e gráficos, que problematizam as diversas atividades e decisões, realizadas pelas mulheres dentro do lote nos assentamentos.

Mesmo possuindo um roteiro previamente definido para as entrevistas, cada história de vida e de luta é única, embora existam pontos em comum, porém há diferentes valores por trás da forma como cada mulher assentada relata sua trajetória. Algumas acham mais importante explicar e detalhar questões relacionadas a sua vida e família, outras se detém mais ao seu trabalho ou militância. Portanto, mesmo com o entrevistador direcionando perguntas, são as entrevistadas que decidem qual tema contarão com mais riqueza de detalhes.

As informações produzidas na pesquisa de campo e na pesquisa documental serão apresentadas e discutidas no corpo do texto a fim de conhecermos o trabalho das mulheres nos referidos assentamentos.

## CAPÍTULO I

### A LUTA DOS CAMPONESES PELA TERRA NO BRASIL

*“Não choraremos  
A miséria, a guerra e a debilidade  
Sim, cantaremos  
Contra elas e os seus promotores. ”  
(Antonio da Cruz)*

Para esta pesquisa é de fundamental importância realizar uma discussão geral sobre os conflitos por terra que ocorreram no campo brasileiro, entendendo quais foram suas principais motivações. É necessária essa discussão pois o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), está articulado a esse conjunto de lutas que mobilizaram os trabalhadores na reivindicação ao acesso à terra, desde passado distante. E os assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares, objetos de estudo desta pesquisa, são continuidades da luta do MST, que é considerada como uma luta da família, pois inclui homens, mulheres e crianças.

Na análise da luta pela terra é pertinente problematizar as questões de gênero implícitas, pois as mulheres estão presentes em várias formas de luta dentro do movimento. Uma delas refere-se as ocupações de terras, quando ficam à frente nos momentos de confrontos com a polícia formando uma espécie de cordão de proteção. Nos assentamentos, possuem papel fundamental para a manutenção da família no lote,

tanto na esfera doméstica, quanto em trabalhos relacionados às culturas, aos animais, à agroecologia, entre outras coisas.

O MST mobiliza-se por várias bandeiras de lutas, umas delas é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no País (agronegócio), colocando em evidência a importância da preservação da agricultura camponesa, através da Reforma Agrária, além de propor formas de participação do campesinato em sistemas cooperativizados e em sistemas agroecológicos de produção. O objetivo da luta do MST, também vai para além da Reforma Agrária, pois as discussões do movimento abarcam transformações sociais importantes para o Brasil, principalmente àquelas ligadas a “inclusão social” e de gênero.

Os conflitos pela e na terra no Brasil, são diversos e com diferentes estratégias de atuação, princípios ideológicos, políticos, porém com um aspecto em comum, são embates que se desenvolveram devido ao reflexo da expansão capitalista sobre o campo brasileiro.

É neste contexto que os trabalhadores rurais, manifestam-se e rebelam-se contra seus opressores. Conflito expressivo, de proporção nacional, ocorreu nas décadas de 1950/60 com as Ligas Camponesas formadas no Nordeste brasileiro. No entanto, a luta pela terra já estava presente no espaço dos índios, os primeiros a enfrentar o furor dos colonizadores, a modo de tentar defender suas áreas. Posteriormente envolveu os escravos, que formavam os quilombos para sobreviver; e depois os colonos posseiros nas fazendas pelo acesso à terra e ao cultivo, como em Trombas e Formoso/GO; Contestado/SC; Canudos/BA; Porecatu/PR, dentre tantos outros. Lembrando que essas lutas sempre foram carregadas de intensa repressão. Podemos citar, desde a ação dos “capitães do mato”, em busca de apresamentos indígenas ou negros fugidos, à atuação do exército, como ocorreu no Contestado, ou a repressão policial às resistências de posseiros como em Porecatu. Todos esses fatos são indicativos de como a demanda por terra sempre foi tratada.

Nas últimas décadas, as lutas que configuram o campo brasileiro são as do Movimento de Atingidos por Barragens, mobilizações de pescadores, Movimento dos Seringueiros, a luta dos brasiguaios, Movimento de Mulheres Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (MST), através de acampamentos e ocupações de terras, entre outros. A formação desses movimentos constitui a continuidade e a amplitude das lutas dos camponeses no espaço agrário brasileiro, pois as demandas por terra ainda não foram supridas, num contexto que é marcado também,

pela intensa modernização tecnológica, que a partir de 1970/80 excluiu ainda mais esses trabalhadores.

E nessa articulação o MST, nos anos 1990, se expandiu por todo o país e se consolidou como um dos principais movimentos da luta pela terra e contra o agronegócio.

### **1.1 O conceito de camponês**

São diversos os estudiosos que se debruçam sobre a temática do campesinato inferindo-lhe várias interpretações. Uma delas é de seu desaparecimento. Em adição, nos últimos anos o Estado com apoio de alguns movimentos sociais, passou a reconhecer a categoria Agricultura Familiar e estabelecer políticas públicas<sup>2</sup> voltadas para este segmento. São políticas que contribuem significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos produtores, além de promover a inclusão social e a geração de renda no campo. Entretanto, o camponês não deve ser classificado como agricultor familiar, pois seu modo de produzir e conduzir o trabalho é diferenciado.

Boni e Bossett (2013, pg. 3), em seus estudos sobre agricultura familiar e campesinato e o significado dessas categorias para o desenvolvimento rural no Brasil, afirmam que ambos os termos “camponês” e “agricultura familiar” têm ocupado os discursos na atualidade. Essa discussão tem como orientação uma tradição de agricultura em pequena escala no Brasil que ao longo da história teve várias definições. Muitas vezes esses termos se confundem, principalmente pela diversidade de categorias que são utilizadas para definir camponês. Também, a heterogeneidade que abarca o conceito de agricultura familiar engloba diferentes perspectivas como as denominações empíricas, que variam segundo as regiões do Brasil, colono no Sul, lavrador no Nordeste, sitiante em São Paulo, e também as definições políticas como “agronegócio”, “campesinato” e “agricultura familiar” que variam de acordo com as organizações que representam a agricultura no país.

Segundo Martins (1995), o conceito de camponês foi introduzido em definitivo no Brasil pelos grupos de esquerda, há pouco mais de duas décadas, as quais procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que surgiram em vários

---

<sup>2</sup>As políticas públicas destinadas à agricultura familiar são: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Merenda Escolar), PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), PAC2 (Programa de Aceleração de Crescimento), Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), dentre outros.

pontos do Brasil nos anos de 1950. O conceito de camponês tem uma dimensão política e expressa a unidade política, ideológica, cultural e econômica das respectivas situações de classe e, sobretudo, dá unidade às lutas desses trabalhadores.

Um dos autores que explica a existência camponesa e a organização de seu trabalho é Chayanov, que se dedicou a compreensão dos camponeses na Rússia em sua obra “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”, publicada em 1925, que também é pertinente para entender o processo agrário contemporâneo no Brasil.

Chayanov (1974) afirma que ao estudar o campesinato, devemos começar nossa investigação com uma análise exaustiva da constituição e das leis que governam a composição do sujeito dessa unidade: a família que o dirige. Ou seja, o autor considera a existência camponesa a partir do núcleo familiar. Conforme citação a baixo, o tamanho da família vai determinar a força de trabalho.

(...) puesto que en la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. (CHAYANOV, 1974, p. 47)

A obra de Chayanov traz como elemento central o balanço trabalho - consumo existente na unidade camponesa. “El volumen de actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores” (CHAYANOV, 1974, p. 81).

O autor parte da necessidade de consumo da família para entender o trabalho camponês. Faz a relação entre membros da família que trabalham e os membros da família que apenas são consumidores. Dessa forma a família trabalha para suprir as necessidades de seus membros e em um segundo plano para acumular excedentes, sendo assim, é considerada não – capitalista, pois busca garantir sua existência e não produz para o capital.

Há situações em que a família camponesa pode sofrer com a falta de mão-de-obra para o trabalho na propriedade, principalmente se a família for pequena. Nestas circunstâncias, outros camponeses oferecem ou vendem sua força de trabalho, pois sua propriedade não está suprimindo o que a família necessita. Essas são relações que não visam o acúmulo de capital.

A obra de Chayanov situa o campesinato fora do modo de produção capitalista, pois o objetivo da família camponesa é a subsistência e não o lucro. Caso ocorra um excedente na produção, haverá uma diminuição do trabalho da família que permite aos camponeses determinar o tempo e a intensidade do trabalho.

Oliveira (1990), em sua obra “Modo Capitalista de Produção e Agricultura” destaca que há uma distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. A produção capitalista é caracterizada pelo movimento de circulação do capital expresso na fórmula,  $D - M - D$ , (D de dinheiro aplicado na produção de mercadorias, M de mercadoria resultante do investimento e D novamente de dinheiro obtido através do resultado da aplicação do dinheiro na produção de mercadorias mais o lucro agregado pela exploração da mão-de-obra do trabalhador assalariado). Na agricultura, o investimento é realizado com o objetivo de produzir mercadorias que, ao serem comercializadas, devem assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula:  $M - D - M$ , ou seja, a forma mais simples de circulação das mercadorias, na qual, o camponês faz a conversão de mercadorias em dinheiro com a finalidade de obter os meios para adquirir outras mercadorias e suprir as necessidades da família.

Desse modo, Fabrini (2013) entende que o camponês se diferencia das outras categorias de trabalhadores rurais que vivem no campo, como o agricultor familiar, devido principalmente às suas concepções política e ideológica, sua posição social, entre outros fatores. Ressalta-se que os camponeses aparecem na nossa história como indivíduos notadamente marcados por suas ideologias políticas, as quais se apresentam notavelmente contrárias as ideias do modelo de desenvolvimento proposto pelo capitalismo agrário para o campo brasileiro.

Kautsky (1899) e Lênin (1899), ao teorizarem sobre o campo alemão e russo, respectivamente, em fins do século XIX, afirmaram que a grande propriedade possui uma superioridade tecnológica em relação a pequena, pois é a que melhor se adapta ao desenvolvimento do capitalismo no campo<sup>3</sup>, enquanto que a pequena propriedade tende a desaparecer. E ao camponês restaria a pobreza, o trabalho assalariado nas cidades, ou tornar-se-iam empresários rurais.

---

<sup>3</sup> Kautsky (1899), ao falar do desenvolvimento do capitalismo no campo, ainda sinaliza que a grande propriedade ou a força do mercado, necessita das pequenas propriedades para a exploração industrial, pois estas fornecem matéria prima à indústria e mão-de-obra. Assim como Chayanov (1974), também assinala que se os camponeses se associarem em alguma cooperativa, podem garantir alguma possibilidade de resistir frente a força do capitalismo no campo.

No Brasil alguns autores, assim como os setores do agronegócio, também compartilham a ideia da extinção do campesinato. Segundo Navarro (2010, p. 198), os camponeses do Brasil possuem dois caminhos, ou são gradualmente integrados, radicalmente alterando seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna e, em especial, desenvolvendo uma nova racionalidade e formas de ação social ou engrossam as correntes migratórias e deixam o mundo rural. Pois, com o desenvolvimento do capitalismo no campo lentamente modificando não apenas a estruturação produtiva, tecnológica e econômico-financeira, mas também materializando novos comportamentos entre os agricultores e, portanto, novos valores, uma nova cultura e uma diferente moralidade, além de instituir uma nova racionalidade, acaba extinguindo as formas camponesas de produção. Em seu lugar, surge um conjunto, necessariamente menor, de produtores modernizados sob a ótica do capitalismo – são os agricultores familiares.

Na perspectiva de autores como Navarro (2010), o camponês é considerado atrasado e com o crescente avanço do capitalismo no campo tende a desaparecer ou se adequar aos novos modelos de agricultura. Dessa forma, o seu fim é condição essencial para o desenvolvimento do campo. Mas, embora estudiosos do campesinato prevejam o seu desaparecimento, desde passado distante, os camponeses continuam existindo, recriando-se e fortalecendo-se enquanto “classe”, pois além de lutarem por terra, em diversos movimentos sociais, possuem práticas, costumes e saberes que fazem parte do modo de vida camponês.

Fernandes (2004) ao escrever sobre o conceito de camponês, compreende que desde o século XIX, surgiram diversas teorias a respeito do campesinato e suas perspectivas no capitalismo. O desenvolvimento dessas teorias constituiu três paradigmas. O paradigma do fim do campesinato (compreende que este está em vias de extinção), o paradigma do fim do fim do campesinato (entende sua existência a partir de sua resistência) e o paradigma da metamorfose do campesinato (acredita em sua mudança para agricultor familiar).

Sobre o paradigma da metamorfose do campesinato, Fernandes (2004), afirma que, por não conseguir explicar a persistência do campesinato, a sua existência e atualidade e nem suas perspectivas, procura transformá-lo por meio do esvaziamento de sua história. O camponês fica com o passado e o agricultor familiar com o futuro. Esse paradoxo recheado de caráter pejorativo dividiu os movimentos camponeses e criou políticas públicas fechadas dentro do espaço do capital e, portanto, delimitadas na sua

lógica, como por exemplo: Banco da Terra e suas derivações, Pronaf etc., (como já foi citado anteriormente).

Fernandes (2004) ainda destaca que, a delimitação conceitual de campesinato é um exercício político, assim como a delimitação de trabalhador rural e de agricultor familiar. Aceitar o conceito de camponês implica em compreender esses processos de construção teórica e leituras históricas na perspectiva da superação. A questão fundamental a ser considerada aqui é que o agricultor familiar é um camponês. As diferenças entre esses dois sujeitos - que são um - é ideológica, construída politicamente para que a luta do campesinato se resumisse ao espaço da diferenciação, rompendo com a perspectiva da superação.

Sobre a atuação dos camponeses nos movimentos sociais, são muitos os exemplos das lutas camponesas por terra no Brasil, desde os conflitos entre posseiros e grandes proprietários e políticos, (1950), até a formação de movimentos sociais, como é o caso do MST, do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), entre outros, mais recentemente (década de 1980 em diante).

Fabrini (2012) em seu estudo sobre “a resistência camponesa para além dos movimentos sociais”, afirma que, no processo de construção da resistência a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental e costumeiro são sustentadas numa base territorial camponesa, que se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança, estas são um conjunto de relações não-capitalistas, que fazem parte do universo camponês e que permite a sua existência.

Fabrini (2012) ainda salienta que, o camponês, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social e conclui que a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um “movimento camponês” que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais.

Nesta pesquisa, compreendemos que os camponeses tornam-se sujeitos políticos, por sua participação em movimentos sociais, que garantem seu acesso e permanência na terra. E também possuem uma capacidade de resistência fora dos

movimentos sociais, caracterizada, pelo seu modo de vida e de trabalho, o que permite a sua existência.

## **1.2 A luta pela terra no Brasil e a resistência camponesa no Paraná**

O latifúndio e a apropriação concentrada da terra constituem-se numa das características principais do espaço agrário brasileiro. A concentração da propriedade da terra está relacionada às origens históricas e tem se reproduzido com o processo de expansão do capitalismo no campo. Segundo Oliveira (1994) a raiz do desenvolvimento capitalista no Brasil está em seu caráter rentista e a concentração de terra, também atua como processo de concentração da riqueza e do capital.

Nesse contexto a luta para conquistar a terra ou a resistência para permanecer na mesma é travada pelos camponeses, que desde passado distante sofrem com o processo de exclusão e expropriação de suas parcelas de terras.

Os primeiros a sofrerem com a expansão do capitalismo foram os povos indígenas. Como afirma Oliveira (1994) o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena.

O processo de substituição do índio pelo negro se prolongou até o fim da era colonial. À medida que a exploração de recursos crescia no Brasil, era preciso de mais escravos, sendo necessário buscá-los na África. No século XVII se iniciou a importação maciça destes para o Brasil, principalmente, para o trabalho na produção de açúcar. Posteriormente, no século XVIII o trabalho na mineração também provocou a intensificação do fluxo de escravos.

Butto e Hora (2008) declaram que, o regime de sesmarias (forma de apossamento da terra decorrente de uma estrutura agrária baseada no latifúndio resultante da grande empresa colonial) consolidou bases produtivas e econômicas que se assentavam na grande fazenda voltada para a exportação e na utilização da força de trabalho abundante e barata disponibilizada, num primeiro momento, pelo trabalho escravo.

No início do século XIX, a luta pela libertação dos escravos estava em auge no Brasil. Muitos negros fugiam para os quilombos, o principal modo encontrado para resistir ao domínio dos senhores.

Percebendo que seria inevitável o fim da escravatura o Império brasileiro estabeleceu uma lei restringindo o direito de posse de terra, foi à chamada Lei de Terras de 1850. Por essa lei só poderia tornar-se proprietário de terras quem as comprasse.

Com a Lei de Terras, nem ex-escravos, nem imigrantes, posseiros, ou brasileiros pobres, teriam acesso à terra, que permanecia concentrada nas mãos dos latifundiários e seus herdeiros. Esta lei significou a transição do uso da mão-de-obra escrava para o trabalho livre assalariado, principalmente do imigrante e o controle por parte do Estado Imperial, sob as demais terras devolutas, abolindo o regime das sesmarias.

Sobre a Lei de Terras, Butto e Hora (2008), atestam que após a promulgação desta prevaleceu diversas formas de apossamento, na maioria das vezes, reproduzindo situações de subordinação e opressão do/a pequeno/a produtor/a e sua família. Se, de um lado, o marco legal e institucional, das formas de acesso à terra pouco ampararam o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal.

Butto e Hora (2008), ainda destacam que, a sociedade agrária associou a figura da mulher a sua posição na família. Referindo-se a esta doutrina Fischer e Gehlen (2002) afirmam:

Do ponto de vista patriarcal a terra é um patrimônio e, como tal, deve pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou do marido, de acordo com o direito consuetudinário ou positivo, somente tem a possibilidade de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino e, mesmo assim teoricamente, pois, a perda desse referencial, o patrimônio deve ser mantido como bem masculino. (FISCHER e GEHLEN apud BUTTO e HORA, 2008, p. 23).

Com o fim da escravidão em 1888 o Governo Imperial tratou de criar as bases da substituição da mão-de-obra escrava pelo imigrante europeu, que viera para trabalhar principalmente nas fazendas de café, no estado de São Paulo.

Diante dessa conjuntura de exploração dos trabalhadores no campo, mobilizações e movimentos de contestação começaram a emergir, como foi o caso, em fins do século XIX e início do século XX, dos chamados movimentos messiânicos, que surgiram da organização de camponeses posseiros que estavam sendo expulsos de suas terras. Ocorreram na Bahia com a organização dos camponeses de Canudos (1896 – 1897) e no Sul do Brasil, no Sudeste do Paraná e Centro-Oeste e Oeste de Santa Catarina, com a organização dos camponeses na Guerra do Contestado (1912 a 1916).

Este período foi marcado também, pelas greves de cortadores de cana e colonos nas fazendas de café em São Paulo (1913 a 1930).

Martins (1981) e Medeiros (1989) sobre o movimento messiânico de Canudos, relatam que a Guerra de Canudos nos sertões da Bahia, envolveu metade do exército brasileiro e milhares de camponeses com um saldo de cinco mil mortos. Antônio Conselheiro era o líder do movimento.

A Guerra do Contestado também é caracterizada como um movimento messiânico. Segundo, Martins (1981), e Medeiros (1989), esse conflito ocorreu quando a empresa Norte Americana Brazil Railway Company, desapropriou 276.694 alqueires, já a muito tempo ocupados por posseiros, para a construção de uma estrada de ferro. O Monge José Maria de Santo Augustinho era líder do movimento, porém assim como em Canudos os posseiros foram tratados com repressão.

Sobre os movimentos messiânicos no Brasil, Martins (1981) afirma que estes buscavam resolver situações de crise que afetavam determinados grupos sociais, através da criação de comunidades lideradas por um messias. Estes movimentos nunca receberam reconhecimento político pelo fato de serem considerados religiosos. No entanto o que unia os camponeses não era somente a questão de serem liderados por uma pessoa iluminada e sim porque estavam vivendo em uma condição social de expulsão de suas terras e de seus meios de produção.

O mesmo ocorreu com os que participavam do chamado banditismo sertanejo, ou cangaço. Por controlar a política, os fazendeiros, que recebiam a patente de coronéis, a partir do século XIX passaram a agir dentro dessa concepção, que ficou conhecida como coronelismo. Os coronéis exerciam domínio sobre as pessoas que viviam em suas terras. Segundo Martins (1981), o coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, produzindo o chamado “voto do cabresto”. E o “cangaço representava um questionamento do poder dos coronéis”. (Martins, 1981, p. 60).

Para Martins (1981) os cangaceiros não eram propriamente concebidos como bandidos pelos sertanejos, mas como pessoas que cumpriam o destino de vingar uma afronta. Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiados, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e, mais particularmente, violências da polícia local comandada pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros.

Esse então era o estado de miséria e opressão dos primeiros anos de república no Brasil. E conforme se desenvolvia a desigualdade no campo, e as lutas de posseiros, crescia o número de movimentos sociais, sindicatos, ligas e grupos aliados aos camponeses e na maioria dos casos ao Partido Comunista Brasileiro, todos estes criando estratégias para resistir no campo brasileiro e paranaense.

Nas primeiras décadas do século XX, as lutas que marcaram o início da organização camponesa no Paraná foram a Guerrilha de Porecatu e o Levante do Sudoeste, na década de 1950. Esses conflitos foram discutidos por diversos autores, dentre eles, Oliveira (1994), Medeiros (1989) e Motta e Zarth (2009). Os autores afirmaram que o Sudoeste e o Norte do Paraná foram palco de intensos conflitos quando posseiros foram expulsos de suas terras.

A discussão por Reforma Agrária começa a ganhar corpo no Brasil no período de 1950, sendo que não era só no Paraná que ocorriam conflitos. Esse é o caso da organização dos camponeses de Trombas e Formoso (1948) em Goiás, a emergência das Ligas Camponesas (1950) em Pernambuco e outros tantos conflitos isolados que garantiram uma maior organização e comunicação entre os trabalhadores que estavam à frente das lutas.

Com as Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, a luta pela terra ganhou dimensão nacional. Para Oliveira (1994), as Ligas foram organizando no Nordeste brasileiro a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio.

De acordo com Martins (1989) é neste contexto, caracterizado por muitos conflitos no campo brasileiro, que novas formas de organização começaram a emergir. A Igreja Católica, por exemplo, considerada conservadora, construiu em seu interior vieses mais comprometidos com a luta pela terra. Isso ocorreu na década de 1960, quando o Concílio Vaticano II, recomendou a criação de uma doutrina socialmente orientada – a Teologia da Libertação – e a opção preferencial pelos pobres. Na década de 1960 começaram a se formar também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “que foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra injustiças e por seus direitos”. (FERNANDES, 1996, p. 70).

Butto e Hora (2008) afirmam que, a elaboração de um novo marco jurídico sobre a questão fundiária brasileira que previsse a democratização do acesso à terra e criasse as condições para a reforma agrária, somente se concretizará com o Estatuto da Terra em 1964. Nele a reforma agrária é compreendida como o conjunto de medidas para

promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, e assim atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade. A partir de então, a política de reforma agrária se concentra na implantação dos assentamentos voltados para a instalação das famílias de agricultores familiares, apoiadas por programas de desenvolvimento destinados à unidade de produção familiar. As autoras ainda enfatizam que mesmo neste novo marco jurídico e conceitual a condição subordinada das mulheres rurais não aparece.

Portanto, até a década de 1970 a principal força que impulsionava a luta pela terra no Brasil eram as demandas dos trabalhadores que já viviam na terra, como posseiros, foreiros, arrendatários, de forma precária sem ter título de propriedade, trabalhando para outros e resistindo as tentativas de expulsão. O lema do Jornal do Partido Comunista (1964) era “Terra Pra Quem Nela Vive e Trabalha”, esse era o sentido da reforma agrária naquele momento. E é a partir desse público que se criam as principais organizações de trabalhadores no campo, construindo como principal adversário o latifúndio.

Em fins da década de 1970, se esboçam novas formas de luta pela terra, com apoio principalmente de agentes de pastoral e padres e bispos ligados à Teologia da Libertação. Dentre elas a luta dos Atingidos por Barragens na região Oeste do Paraná, os agricultores que foram expropriados de suas terras, devido a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, organizaram-se. Mazzarollo (2003) afirma que injustiças aconteceram aos pequenos proprietários de terra que tiveram suas terras alagadas pela Usina de Itaipu. A empresa não queria pagar o preço justo das terras, sendo que forçava agricultores a aceitar o negócio ou perder tudo.

Dessa forma, a partir de 1978, os camponeses passaram a organizar o início de mobilizações populares, principalmente na cidade de Santa Helena, com o auxílio de religiosos luteranos e católicos, organizados na CPT (Comissão Pastoral da Terra) e nas CEBs. O objetivo era reivindicar à Itaipu o preço justo na indenização das terras, assim como estabelecer um preço para as benfeitorias, terra nua, dentre outras preocupações. Sem haver muitos acordos com a Hidrelétrica, em 1980, foi criado o Movimento Justiça e Terra, que organizou várias mobilizações em frente aos escritórios da Itaipu, tanto em Santa Helena, quanto em Foz do Iguaçu. Em 1981, depois de mais de 50 dias em acampamento no trevo que dá acesso à área da Usina, 2.000 agricultores conseguiram algumas vitórias, como o aumento do preço dos alqueires de terra e mais 80% do que reivindicavam.

Quanto a CPT, Moreira (1994) revela que o objetivo da Comissão era interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam na pastoral popular junto aos camponeses, sem a intenção de substituir sindicatos, partidos políticos ou organizações camponesas. A CPT tornou-se importante espaço de denúncia e registro dos conflitos no campo.

Sobre esta nova forma de luta Fabrini (2012), evidencia que os trabalhadores expulsos e expropriados pelo processo de modernização do campo passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização ou o deslocamento para a Amazônia ou para o Paraguai (brasiguaios), realizando ocupações nos três Estados da região sul do Brasil.

É nesse contexto, que também, segundo Medeiros (2009), ocorrem as greves de canavieiros em Pernambuco, as mobilizações dos pequenos produtores do Sul do país por melhores preços para seus produtos, os “empates” de derrubada de florestas pelos seringueiros no Acre etc. Esse foi o tempo também das primeiras ocupações de terra no noroeste do Rio Grande do Sul (glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e Sarandi, em Rondinha).

Quanto às mulheres, neste período da década de 1970/80, Butto e Hora (2008), frizam que, subentendidas no grupo familiar e na unidade de produção não existiram políticas específicas que lhes garantissem o acesso à terra e a autonomia produtiva. No Brasil, os direitos das mulheres à terra e ao desenvolvimento rural só entram na agenda pública com a redemocratização no final dos anos 1980 e em decorrência das lutas das mulheres rurais pela igualdade. Tema que será aprofundado nos próximos capítulos.

Este foi o primeiro movimento a utilizar a expressão Sem - Terra, enquanto que no Movimento Justiça e Terra lutavam-se por indenização e posse de terra, no MASTRO a principal bandeira de luta era a reforma agrária.

A luta dos movimentos sociais que estavam surgindo, permitiu a realização de um encontro de camponeses de vários Estados como do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul na cidade de Medianeira, Oeste do Paraná, em 1982, onde o objetivo principal era criar uma articulação das lutas que vinham surgindo no país.

Em janeiro de 1984, realizou-se o primeiro encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de cunho oficial em Cascavel, Oeste do Paraná, neste encontro surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a finalidade de unir as diversas frentes de lutas regionais de Sem-Terras que vinham ocorrendo em todo o território nacional. Lembrando que a organização do MST está articulada também a um

conjunto de lutas realizadas no campo brasileiro, desde passado distante, já mencionadas anteriormente.

Com o surgimento do MST, a reivindicação por reforma agrária tornou-se mais forte e em nível nacional. Segundo Fabrini (2012) o fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados e conquistas para os camponeses.

O movimento dos Sem-Terra tem implicado no questionamento da ordem social vigente e representa uma contraposição ao capitalismo. A luta por reforma agrária não é a única reivindicação do movimento, mesmo que seja a principal, os sem-terra possuem várias frentes de luta, por saúde, educação, direito das mulheres, justiça social no campo, entre outras.

O MST surgiu por meio das ocupações de terra e formação de acampamentos, que é uma estratégia política para atendimento de suas reivindicações. Posteriormente às ocupações constituem-se os assentamentos rurais. Os assentamentos são a materialização e construção do território camponês. “O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa, sobretudo, a possibilidade da territorialização”. (FERNANDES, 1996. p. 181).

Para Medeiros (2009), no final dos anos 1990, em função de sua articulação com a Via Campesina, o MST também reativou a categoria que negava, ou seja, o “camponês”, remetendo a um modo de vida, pois se o termo camponês muitas vezes aparece na literatura como expressão do atraso e de um modo de vida superado pela modernização, ele agora passa a ser reafirmado como expressão de valores ligados à preservação ambiental e da biodiversidade, à produção de alimentos, em especial para mercados locais, à soberania alimentar, à diversidade cultural e, principalmente, à crítica a um modelo de agricultura baseado no agronegócio (entendido como produção em larga escala, com base em monoculturas, altamente tecnificado, voltado para o mercado externo e controlado por grandes empresas de comercialização e produtoras de insumos).

As lutas do MST articuladas em nível nacional garantiram uma maior visibilidade para toda à sociedade das desigualdades que o campo brasileiro ainda apresenta. Segundo dados do Relatório DATALUTA<sup>4</sup> BRASIL (2012), tratando-se de

---

<sup>4</sup> O DATALUTA é um banco de dados da luta pela terra para registrar e analisar o espaço agrário brasileiro. É de fundamental importância para o entendimento da questão agrária, compreender a

ocupações de terra no Brasil entre 1988 e 2012, somam 8.789 e as famílias que participaram dessas ações totalizam 1.221.658. As ocupações, que são realizadas por diversos movimentos, estão concentradas no Centro – Sul e no Nordeste, o que também permanece para os casos verificados em 2012, ano em que ocorreram 253 ocupações de terra, das quais participaram 23.145 famílias. A partir de 2010 há um pequeno crescimento de ocupações, indicando uma modesta retomada destas ações que vinham em uma crescente de 2004 até 2010. No ano de 2012, as unidades da federação com maior número de ocupações foram, em ordem decrescente, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Distrito Federal e Sergipe.

Conforme dados do Boletim DATALUTA Paraná (2014)<sup>5</sup> no período de 1988 a agosto de 2014 as ocupações de terra no Paraná foram realizadas por 19 diferentes movimentos socioterritoriais, dentre eles o MST, a CONTAG, o MLST, movimentos indígenas, etc. Apesar de ainda muito importantes, observa-se a queda da intensidade das ocupações de terras no Paraná a partir do ano de 2011. Tal desaceleração, sobretudo, pelos movimentos de camponeses sem-terra, se insere no contexto nacional, pois em praticamente todas as unidades da federação verifica-se esta diminuição.

No Relatório DATALUTA Brasil (2012), os dados analisados mostram que diminuiu o número de assentamentos no Brasil, de 2006 até 2011, sendo que em 2012 houve um pequeno aumento em relação ao ano anterior. Diante das ocupações os assentamentos estão distribuídos por todo o Brasil, mas o Nordeste e a Amazônia Legal são as principais regiões de concentração. Em 2012 a maior parte dos assentamentos foi criada na região Norte e Nordeste.

Ainda segundo o referido relatório, dentre os 116 movimentos socioterritoriais que realizam ocupações de terra no Brasil entre 2000 e 2012, 23 realizaram ocupações em 2012. Em ordem de maior número de famílias que participaram de ocupações, o MST está em primeiro lugar, com a participação de 13.862 famílias; a Contag em segundo, com 1.053 famílias, e os movimentos indígenas em terceiro, com a

---

espacialização e a territorialização das lutas camponesas no Brasil e em cada Estado brasileiro. O banco de dados, representa as diversas lutas ocorridas no campo brasileiro classificadas por ocupações de terra, assentamentos e manifestações. O Dataluta é um projeto de pesquisa criado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Presidente Prudente. O Dataluta é elaborado por uma rede de grupos de pesquisa, da qual, faz parte o Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). O GEOLUTAS é vinculado ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon e compõe a rede Dataluta desde 2006.

<sup>5</sup> Organizado pelo GEOLUTAS.

participação em 816 famílias, sendo que os três tem sido os principais responsáveis por famílias em ocupações desde 2005. Sobre o local de ocorrências dessas ocupações, o MST, é o mais territorializado, com ações em quase todos os Estados.

É perceptível a retomada, em 2014, das ocupações massivas realizadas pelo MST no Paraná. Das três ocupações ocorridas entre janeiro e agosto de 2014, duas foram organizadas pelo movimento e juntas congregaram aproximadamente 3.500 famílias. A terceira foi organizada, por indígenas Avá-Guarani.

Quanto às manifestações no campo, o Relatório DATALUTA Brasil (2014), afirma que esta é outra forma de luta e resistência dos camponeses que extrapolam as ocupações de terra. Somam 8.617, com 5.409.340 pessoas envolvidas, entre 2000 e 2012. Em 2012 participaram de manifestações 436.748 pessoas, um número menor do que no ano anterior, embora em 2012 tenha ocorrido número superior de manifestações se comparado a 2011.

De janeiro a agosto de 2014 foram realizadas 14 manifestações no estado do Paraná. Outras importantes estratégias que se destacam na luta dos movimentos socioterritoriais são as marchas e caminhadas. Dentre as realizadas até agosto de 2014 é notável a marcha organizada pelo MST que reuniu aproximadamente 5.000 camponeses assentados no dia 12 de agosto de 2014 nas ruas da cidade de Quedas do Iguaçu. (DATALUTA, Paraná 2014).

No Paraná as principais lutas realizadas no campo tiveram como motivações a conquista e manutenção na terra, obtenção de recursos financeiros, assistência técnica, infraestrutura para agricultura camponesa, crédito, educação, segurança, dentre outras.

Segundo Roos, et.al (2013), comparado aos anos anteriores recentes (década de 2000), no ano de 2011 houve significativa diminuição da intensidade das lutas e confrontos entre camponeses e proprietários fundiários, governos, órgãos oficiais, bancos etc. Porém, isso não significou que os conflitos sociais ou a questão agrária, no qual a posse da terra está no centro da análise, tivesse sido resolvida no Estado do Paraná.

Ross, et.al (2013), defende que a diminuição da intensidade das lutas no campo paranaense está relacionada às dificuldades de “base” e “direção” de movimentos camponeses. As dificuldades na “base” ocorrem porque as lideranças não conseguem reunir grande número de famílias dispostas a realizar ocupações e montar acampamentos em terras latifundiárias. A melhoria da economia nacional nos governos Lula/Dilma (PT) diminuiu o desemprego o que desestimulou as pessoas a participarem

das ocupações de terra. Acrescente a estas condições a implantação de políticas compensatórias, como o Programa Bolsa Família, por exemplo. Soma-se ainda, que as ocupações, embora possibilitem a conquista da terra e de melhores condições de vida, são marcadas pela vida difícil no acampamento.

O enfraquecimento das lutas no campo, relacionado com as ocupações de terra, reflete na expressiva redução no número de assentamentos criados no decorrer da década de 2000. Este fato remete à intensidade das lutas e as conquistas, sobretudo da terra, pois no ano de 2011 apenas um novo assentamento de 58 famílias foi criado no Estado.

Em adição, o governo de Estado do Paraná (Governador Beto Richa PSDB), em vista da capacidade de luta dos movimentos, apesar dos limites destacados anteriormente, tomou cuidado para realizar acordos com os movimentos para não haver ocupações de terra no Estado. O governador instituiu em 2011 a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, pasta comandada por Hamilton Serighelli. Embora o governo enfatize que os conflitos por terra não estão sendo tratados como caso de polícia, a coordenação da mediação de conflitos de terra é realizada pela polícia militar, sendo que uma das principais secretarias designadas para a resolução da questão agrária paranaense é a Secretária de Segurança Pública. (Ross, et.al, 2013)

Diante desse contexto, podemos analisar que a atualidade da luta pela terra no Paraná, está marcada por um predomínio de ocupações e manifestações realizadas pelo MST, a principal região de conflitos é a Centro-Sul. Onde latifundiários, proprietários rurais e políticos locais têm usado de violência, no sentido de criminalizar e combater política e fisicamente as lutas camponesas e indígenas. Em todos estes casos o Estado permanece em omissão.

Embora nos embates pela terra o movimento predominante seja o MST, nos últimos anos esses conflitos incorporaram novos sujeitos, como os indígenas do Oeste do Paraná, cuja luta continua latente, sobretudo pela não demarcação das terras tradicionais destes povos e a consequente criminalização que os mesmos sofrem.

Dessa forma, sem a conquista da terra não ocorre a construção do território camponês, ou seja, as novas relações sociais e de produção (relações camponesas) não podem se materializar no espaço. Portanto, os camponeses que foram expropriados de suas terras, ao se tornarem assentados, conquistam seu território novamente, onde podem reproduzir relações sociais de produção e garantir sua sobrevivência.

Diante desse contexto, os trabalhadores que conquistaram as terras do Assentamento Ander Rodolfo Henrique e do Assentamento Antonio Companheiro Tavares, por meio de sua participação e organização no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, podem usufruir de um espaço pautado fora da lógica especulativa do capital, constroem seu modo de vida camponês, obtendo assim o sustento da família.

## CAPÍTULO II

### **A CONQUISTA DOS ASSENTAMENTOS ANDER RODOLFO HENRIQUE EM DIAMANTE DO OESTE/PR E ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA**

*“Melhor é a comida de hortaliça, onde há amor, do que o boi gordo e com ele o ódio”  
(Provérbios. Cap. 15, ver. 17).*

Os camponeses brasileiros, enfrentam dificuldades quanto ao acesso à terra desde passado distante, em consequência disso, os mesmos, tiveram de enfrentar conflitos violentos, muitas vezes com saldo elevado de vítimas, para continuar vivendo na terra. Tratando-se do Estado do Paraná, a partir da década de 1950, a Guerrilha de Porecatu e a Revolta do Sudoeste, ambos os conflitos na região Norte, marcaram o início da organização dos camponeses.

Em 1970, o Oeste constitui-se em uma região de lutas no Paraná, principalmente com a organização dos agricultores expropriados pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A partir dessa mobilização surgiu o Movimento Justiça e Terra,

que reivindicava a indenização e o preço justo das terras alagadas, posteriormente a luta dos sem-terra passou a ser pela reforma agrária, quando surgiu em 1981 o MASTRO.

Além do MASTRO, surgiram outros movimentos de luta por terra no Estado, em fins da década de 1970 e início da década de 1980, como foi o caso dos movimentos de trabalhadores sem-terra que surgiram no Litoral (MASTEL), no Centro-Oeste (MASTRECO), no Norte (MASTEN) e no Sudoeste do Paraná, (MASTES).

A partir desse contexto, movimentos e entidades femininas também se manifestaram, contribuindo de forma muito significativa para o avanço do empoderamento das mulheres na sociedade. No início da década de 1980, se consolidam diferentes movimentos de mulheres em todos os Estados do Brasil, articulados com movimentos que estavam surgindo no campo. Um exemplo é o MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras), que surgiu no Estado de Santa Catarina (1980), um dos mais atuantes entre os movimentos de mulheres no campo.

Diante da organização dos camponeses era preciso criar uma articulação dessas diversas lutas que estavam ocorrendo no Paraná e também no Brasil. Dessa forma, realizou-se um encontro de caráter nacional, na cidade de Cascavel no Paraná, em 1984, com a finalidade de unir os camponeses com suas várias frentes de luta, neste encontro surgiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Segundo Caldart (2001), hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos no Encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Com o surgimento do MST a luta das mulheres camponesas, também ganhou mais força, em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Segundo o MMC Brasil<sup>6</sup> (Movimento de Mulheres Camponesas), as trabalhadoras rurais construíram a sua própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, aos poucos os movimentos de

---

<sup>6</sup> Movimento de Mulheres Camponesas. A afirmação de muitas histórias. Acesso em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>.

mulheres foram se fortalecendo nos Estados, avançando em lutas específicas, em formação de lideranças, organização nos grupos de base, entre outras propostas, conseguindo dessa forma, desencadear lutas como: direitos para as mulheres, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria...), participação política, reforma agrária, entre outras.

Com o fortalecimento das suas lutas e a organização com outros movimentos, principalmente com a Via Campesina e o MST, os movimentos de mulheres em 2004, unificaram-se em torno de uma só denominação, MMC.

Com o surgimento de novos movimentos de camponeses a luta pela reforma agrária, que antes era mais localizada, elevou-se a nível nacional e, portanto, se fortaleceu e ganhou mais visibilidade. Tratando-se da reforma agrária, segundo Oliveira (2007) essa política constitui-se, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita por meio de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território, seu objetivo é a democratização da estrutura fundiária.

Duas políticas são fundamentais para a implantação da reforma agrária: a política fundiária e a política agrícola. Na política fundiária, para adquirir a propriedade da terra é preciso de um conjunto de medidas que defina um limite máximo e mínimo da propriedade, que vai variar de país para país. (Oliveira, 2007).

Já a política agrícola, refere-se ao conjunto de ações de governo que visam implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. Estão incluídos nestas ações: educação e saúde públicas, assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infraestrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias. (Oliveira, 2007).

Vale ressaltar que a reforma agrária não aparece como política de Estado, mas sim sempre esteve na pauta política dos movimentos camponeses, a começar pelas Ligas Camponesas, onde a discussão por reforma agrária apareceu. A partir de então a luta pela terra, ganha um conteúdo mais político, pois a reforma agrária representa distribuição da terra e garantias para nela permanecer, condição que garante a existência do campesinato.

A principal estratégia de luta do MST, para conquistar a terra, são as ocupações, nas quais, resultam em um acampamento, que pode ser dentro de fazenda, beira de estrada, rodovias. O acampamento não deve ser compreendido como uma etapa sem importância na luta, ou sem significados. O período do acampar é o momento em que o sujeito está comprometido de forma direta com os conflitos pela terra, que podem ser marcados, por enfrentamentos com a polícia, ou com latifundiários, além de ser um momento de intensas dificuldades relacionadas com alimentação e necessidades básicas precárias.

O acampamento, contudo, é de extrema importância para o trabalhador preparar-se para o assentamento, pois enquanto acampado, recebe inúmeras informações referentes a formação política, tais como: assembleias, manifestações, socialização de ideias entre os camponeses, troca de experiências, (como aprender a plantar determinado produto, colher) e debates. Isso tudo faz do camponês um sujeito político, tornando-o mais crítico.

Essa organização permanece, mesmo depois de conquistada a terra, nos assentamentos. Enquanto assentados, os camponeses continuam participando de assembleias, grupos, manifestações, cursos, marchas, pois precisam garantir sua permanência na terra. Dessa forma, lutam por infraestrutura, educação, saúde, direitos para as mulheres, reforma agrária, entre outras melhorias. Muitos assentados ainda contribuem com a luta em acampamentos, participando das ocupações, da orientação dos novos membros e ajudando também com alimentação. O MST continua presente na vida dos assentados.

Na concepção de Carvalho (1999), assentamento significa um espaço geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas pelo programa governamental de reforma agrária, sendo que a constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. Para o autor é o assentamento que limita o território e seleciona as famílias a serem beneficiadas, sendo portanto construído a partir das lutas, criando uma nova organização social.

Segundo Coca et.al (2013), os assentamentos rurais não são implantados somente por meio da desapropriação de terras, mas também através de outras políticas como a regularização fundiária, o reconhecimento de projetos já existentes, o reassentamento de atingidos por grandes obras de infraestrutura, por exemplo. Eles não são implantados somente no campo, mas também na floresta. Não são beneficiados

somente camponeses sem-terra, mas também comunidades tradicionais, posseiros, colonos e outros.

Ainda conforme os referidos autores, os assentamentos rurais são triunfos e triunfos da luta pela terra (Fernandes, 1999, apud Coca, et.al 2013). São triunfos por representarem a garantia da posse de terra aos camponeses que demandam por ela. Em alguns casos, a garantia acontece pelo acesso à terra, em outros pela regularização de terras já ocupadas. Ou seja, por serem triunfos, representam a vitória dos camponeses que, ao conquistarem o assentamento, já não lutam pela terra, mas na terra. Os assentamentos também são triunfos porque os camponeses que ainda não tiveram acesso à terra são motivados, pela conquista dos camponeses já assentados, a permanecerem na luta. De tal modo, os assentamentos não possuem uma representatividade apenas no campo material, pois motivam sonhos e lutas. Eles se caracterizam como uma função fundiária, por meio da qual é garantida a terra a quem não a possui e fomentada a luta daqueles que estão acampados e ainda não a conquistaram.

Dessa forma, o assentamento rural é produto de conflitos, é viver e acompanhar todo o processo de luta pela terra, desde o enfrentamento com o latifúndio e com os poderes políticos locais e nacionais, até a conquista da terra e a luta pela manutenção e permanência na mesma.

Após a conquista da terra, é desenvolvido pelo INCRA, o plano de desenvolvimento dos assentamentos, (PDA). Segundo Coca, et.al (2013) a data de criação do assentamento está relacionada a criação do projeto de assentamento, que pode acontecer no momento de obtenção da terra, mas é geralmente um processo que leva algum tempo, onde, dependendo da conjuntura, pode ser curto ou longo. No processo de criação, os estudos de viabilidade, diagnósticos interdisciplinares e o resultado do planejamento inicial irão relacionar o projeto a um tipo específico de assentamento, definindo o modelo de exploração da área, a organização espacial, infraestrutura básica, licenciamento ambiental, serviços sociais, entre outros, na perspectiva do cumprimento da função social da terra.

No decorrer da pesquisa foi verificado que as motivações para a conquista da terra dos assentamentos, partiram primeiramente de muita coragem, sabedoria e esperança, seguido de uma trajetória de luta muitas vezes longa e sofrida, de enfrentamento aos latifundiários, fazendo os camponeses sofrer violências e perseguições, em meio a tantas viagens de acampamento a acampamento em busca de melhores condições de vida e trabalho.

A fala de uma assentada resume este significado.

(...) a terra agora é tudo o que a gente tem. É a maneira que tem de ajudar, eu vejo assim, que é um modo bom de criar tua família, por que ali teus filhos vão aprender trabalhar e o conselho que eu daria pra qualquer mãe é ensinar os filhos a trabalhar. (...) E aí a gente veio né e tá bom assim, a terra agora pra nós é sinônimo de tranquilidade, para sustentar a vida da gente. (Nadir, 2014).<sup>7</sup>

A partir da fala da assentada é possível verificar qual é o sentido da luta pela terra para as pessoas que entram no movimento. A terra ganha um significado simbólico e concreto de um lugar para realizar o trabalho e assim, morar e produzir, garantindo a reprodução social camponesa, pois a terra não significa um negócio para obter lucro com a venda e sim um meio de garantir a vida, retirando-se dela o sustento.

## **2.1 A Trajetória de Luta dos membros dos Assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares: Dos Acampamentos a Consolidação dos Assentamentos.**

As trajetórias de luta dos sem-terra que conquistaram terras de assentamentos estão inseridas no contexto das mudanças ocorridas na agricultura brasileira. Mudanças essas que ocorreram a partir do momento em que houve um atrelamento da agricultura com a indústria e o mercado. A consequência foi uma modernização conservadora da agricultura que acabou expulsando milhares de camponeses do campo, obrigados a migrar para outros Estados e regiões como a Amazônica e até mesmo para outros países, como para o Paraguai, pois ficaram sem terras para trabalhar. Soma-se a esse contexto a concentração da posse da terra existente desde passado distante.

Tratando-se daqueles que foram para o Paraguai, essa migração ocorreu dentre outros motivos porque o governo paraguaio de Alfredo Stroessner modificou o Estatuto Agrário do país, permitindo a comercialização de terras aos estrangeiros. Segundo Albuquerque (2010), muitos brasileiros, principalmente da região sul do Brasil, migraram para o país vizinho a partir do final da década de 1950. A mecanização da agricultura e a concentração fundiária na sociedade brasileira foram alguns dos principais fatores de “expulsão” de arrendatários, posseiros e pequenos agricultores brasileiros, enquanto que o baixo preço da terra e dos impostos e as facilidades de créditos agrícolas no Paraguai foram alguns mecanismos de “atração”.

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada em julho de 2014 – trabalho de campo.

Observa-se que 30 % dos assentados do Ander e 40 % dos assentados no Antonio Companheiro Tavares, são brasiguaios<sup>8</sup>. Inclusive constatamos que as famílias que hoje residem nos assentamentos abordados, eram famílias vizinhas no Paraguai.

As primeiras famílias que saíram do Paraguai encontram-se hoje no assentamento Antonio Companheiro Tavares, essas que motivaram seus vizinhos a retornar para o Brasil e participar do movimento, muitos desses antes vizinhos, moram hoje no assentamento Ander Rodolfo Henrique.

As motivações que levaram muitos brasileiros e especificamente as famílias dos assentamentos em questão a migrar para o país vizinho, são diversas, como foi observado a partir de algumas narrativas:

Eu nasci e me criei em Pérola do Oeste, e saímos de lá em função de não ter espaço para progredir. Em 1986, nós fomos trabalhar de empregado no Paraguai, a propaganda na época do Paraguai, era que tinha muita terra lá a disposição e grandes proprietários da Alemanha, estrangeiros, que queriam que desmatasse. Aí nós vivemos lá em torno de 13 anos e nesse período quando nós entramos lá, tinha muito mato mesmo. Nós moramos lá numa única fazenda de um alemão e nós desmatamos 70 hectares com a foice e quando saímos de lá, deixamos sem nenhuma raiz de madeira, prontinho pra qualquer plantio. E o que fez nós voltar de lá, foi o sistema de produção, e o transgênico. O fazendeiro, quando surgiu a semente transgênica, ele precisou de um só trabalhador, ele plantava tudo, com menos máquinas, menos pessoas, ele limpou a fazenda dele. Nós era dependente do dono da terra, até que ele quis deixar nós lá, até que era viável pra ele. Então nós fumo, expulso, eu na minha avaliação, pelo sistema de produção, do transgênico. Então em 2002, que eu entrei pro MST, retornei do Paraguai. (Dalmeri, 2014).<sup>9</sup>

Diante da fala do Dalmeri assentado no Ander Henrique, sobre sua trajetória de vida, podemos verificar como a modernização agrícola o excluiu do campo e acabou o levando para o Paraguai. Valério, também do assentamento Ander, relata a mesma situação de “exclusão” da terra em vista do processo de intensificação do capitalismo no campo e migração para o Paraguai.

“ Fui pro Paraguai com 24 anos, muita gente já tinha ido pra lá pra achar uma vida digna, melhorar de situação, ter alguma coisa na vida,

---

<sup>8</sup> As primeiras trajetórias migratórias de brasileiros para o Paraguai iniciaram-se por volta de 1950, motivados pela possibilidade de conquistarem novas terras. Entretanto muitos ao chegarem no país vizinho encontraram uma realidade oposta e não conseguindo oportunidades para sobreviver na terra, a única opção foi retornar para o seu país de origem. E é a partir desse retorno que surge um sujeito da migração denominado de brasiguai. O brasiguai é aquele que retornou a sua terra e teve que passar por um processo de reterritorialização, pois ficaram sem as terras no Paraguai e no Brasil.

<sup>9</sup> Entrevista durante trabalho de campo. (Junho, 2014).

pra criar os filhos, o próprio povo, amigos e conhecidos faziam a propaganda quanto as terras no Paraguai.

[Mas quando o senhor chegou no Paraguai, como que foi, o senhor comprou um lote? ]

Não tinha nada, só esperança e força de vontade e assim eu voltei também, com a trouxinha. Quando eu voltei, comecei a trabalhar de pião e de empregado, mas o emprego também era ruim né, mas daí casei aqui, morei mais 4 anos aqui e voltei pro Paraguai. Lá eu tinha daí um direito de um lote, mas tive que vender, as vaquinhas, que na vila não pode ter mesmo, os porcos eu vendi e o resto completei em dinheiro pra comprar e fiquei trabalhando de empregado e diarista e assim foi indo. Até vir pro acampamento do ITEPA. (Valério, 2014).<sup>10</sup>

Além das propagandas e incentivos do governo paraguaio para a compra de terras mais baratas e equipamentos agrícolas, visando o “desenvolvimento” do país, outros fatores, motivaram a migração<sup>11</sup>, conforme fala de uma assentada do Antonio C. Tavares.

Meu pai foi para o Paraguai para montar uma oficina, mas nós ficamos gastando lá e tivemos que voltar, não deu certo. Aí meu pai não queria voltar porque é orgulhoso pra dizer que tinha se dado mal. Então, aconteceu que um tio meu e um primo ficaram sabendo do acampamento aqui e foram lá e comentaram com meu pai e ele na verdade pra fugir de lá, que ele não queria ficar lá porque era orgulhoso, ele veio aqui pro ITEPA, chegaram e se acamparam perto do pedágio, ali pra baixo. Acho que foi em 1997. (Adriana, 2014).<sup>12</sup>

Desse modo, compreendemos que essas transformações ocorridas no campo influenciaram para uma diminuição da população rural do Paraná principalmente nos pequenos estabelecimentos, assim como, nas relações de trabalho. A maioria desses camponeses não eram possuidores da terra, pois mantinham relações de parceria e arrendamento. Devido mudanças no sistema de produção, estes foram expulsos e obrigados a migrarem para as cidades ou outras áreas de expansão agrícola, bem como para o Paraguai.

Como pode ser observado nos depoimentos, a maioria foi em busca de terras. Porém, depararam-se com a falta de estrutura do país vizinho. Além disso, esses trabalhadores começaram a reviver no Paraguai o mesmo processo que os expulsou do

---

<sup>10</sup> Entrevista durante trabalho de campo. (Junho, 2014).

<sup>11</sup> Vale ressaltar que o deslocamento de centenas de trabalhadores por causa da construção da hidrelétrica de Itaipu e a indenização dos camponeses que viviam no lugar do até então futuro Lago de Itaipu também contribuíram para aumentar o fluxo migratório para o Paraguai na década de 1970 e 1980.

<sup>12</sup> Entrevista durante trabalho de campo. (Junho, 2014).

Brasil, a mecanização das terras e a extinção de propriedades disponíveis para arrendamento.

Alguns migrantes, no entanto, prosperaram ao adquirirem lotes maiores, ganhando influência econômica e política o que tornou o relacionamento entre paraguaios (que se sentiam ameaçados) e brasileiros conflituoso.

Diante disso, a população camponesa paraguaia se mobiliza, como é o caso dos *Carperos* ou *Campesinos*, para protestar contra a concentração de terras no país e a presença dos imigrantes brasileiros ocupando o solo paraguaio, chega a ser um sentimento xenófobo misturado com insegurança e medo. Porém de certa forma, se constitui em uma estratégia de luta, mesmo que radical, pois é uma maneira de pressionar o governo a atender suas demandas, porém os brasileiros, como apresentam outra cultura, até mesmo os pequenos proprietários, sofrem intimidações tanto na vida escolar (filhos), quanto na questão da documentação, pelas autoridades que não auxiliam para a elaboração das mesmas.

Os brasiguaios passaram ser vistos como responsáveis por acentuar as desigualdades no Paraguai e principalmente na década de 1980, retornaram ao Brasil, onde encontraram apoio, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – que os recebeu em acampamentos, principalmente no Mato Grosso do Sul e no Paraná, os integrando no movimento, garantindo-lhes o direito e a oportunidade de lutar por suas terras. Mas, havia um movimento “próprio” de brasiguaios.

Na trajetória de luta dos sujeitos que hoje ocupam as terras dos assentamentos, além dos brasiguaios, há os que permaneceram no Brasil, mas foram excluídos do campo, dirigindo-se para as cidades, onde também não se adequaram a dinâmica urbana e não obtiveram oportunidades de trabalho, como enfatiza a assentada do Ander Henrique.

O meu pai trabalhava na terra, mas ele nunca teve o pedaço dele né, aí teve uma hora que teve que ir pra cidade e a gente se criou na cidade, depois de um tempo meu pai foi pro assentamento e nós continuamos em Foz do Iguaçu. Daí nós decidimos ir para o acampamento. Por que na verdade, nós ganhávamos pouco, não tinha uma vida boa, porque também era muita criança, a renda era pouca, então o conselho que eu daria pra qualquer família, que tá morando em favela, ou em cidade com aluguel e tudo, é que, acampe no MST. Porque a terra agora é

tudo o que a gente tem. É a maneira que tem de ajudar, assim, eu vejo assim que é um modo bom de criar tua família. (Nadir, 2014)<sup>13</sup>.

Essa realidade também é observada na fala de um assentado do Companheiro Tavares.

[O que motivou a ida para os acampamentos? ]

A falta de estudo! (...) trabalhei na roça e produzi algodão, pra tu ter uma ideia eu produzi treze anos o algodão, debaixo do veneno né, em terreno arrendado, mas não sobrou pra mim comprar um pedaço de terra, aí chegou um certo período, em 96 por aí, eu morava numa terra arrendada em Santa Helena, em 96 eu resolvi de parar de trabalhar da renda, não dava mais, custo de produção é muito alto, daí eu vim pra cidade, aí cheguei em Medianeira, fiquei uns anos em Medianeira, mas com dificuldades de emprego, porque eu só sei pegar na roça, aí não consegui, então foi um período em 2002 que eu fui pro acampamento. (Davi 2014).<sup>14</sup>

É possível compreender que a política agrícola voltada para o agronegócio, para a mecanização, foi o que determinou a exclusão de pequenos e não-proprietários rurais em todo o país, provocando o êxodo rural e um processo de urbanização sem planejamento. Foi este processo que transformou o colono em boia-fria e agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios e ainda concentrou a propriedade da terra.

A partir das falas, é possível resumir um pouco dos caminhos seguidos por esses sujeitos antes deles se integrarem ao MST. Percebemos que no movimento a maioria das famílias que passaram a fazer parte de ocupações e acampamentos, perderam suas terras, ou nunca as tiveram. Existem ainda os filhos de pequenos agricultores que percebendo que a terra de seu pai não seria suficiente para todos os membros da família, entraram para o movimento. Há aqueles que foram para as cidades e retornaram ao campo, os que retornaram do Paraguai e aqueles que cansaram de tentar trabalhos no campo ou na cidade e viram no MST a possibilidade de conquistar um pedaço de terra e melhorar de vida.

Essas diferentes trajetórias de vida dos integrantes do MST, unem-se a partir do momento em que cada um busca um acampamento, onde todos venham a compartilhar um interesse comum, a conquista da terra.

---

<sup>13</sup> Entrevista durante trabalho de campo. (Junho, 2014).

<sup>14</sup> Entrevista durante trabalho de campo. (Junho, 2014).

O acampamento é o momento em que as famílias veem a ocupação como a melhor forma para o acesso à terra, isso a partir do momento em que se organizam e passam a ocupar alguma área tida como improdutivo. Essa prática é um importante instrumento porque visa chamar a atenção para as reivindicações, além de ser um meio para pressionar e agilizar a desapropriação do local em questão.

Para Fernandes (2001), a ocupação é conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. É um processo socioespacial e político complexo desenvolvido como forma de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. A organização decorre da necessidade de sobrevivência.

A ocupação é, portanto, uma forma de luta popular e possui grande significado para a construção, posteriormente, de assentamentos rurais. Devido ao fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações de terras, os sem-terra agilizam a luta e impõem ao governo a construção de assentamentos. Essa ação é uma forma de resistência camponesa, perante o crescimento do capitalismo no campo.

Pelo depoimento dos camponeses dos assentamentos pesquisados, é possível verificar a influência que o processo de ocupação trouxe para a formação política, social e cultural de cada assentado, como pode ser visto a partir da narrativa a seguir,

Fui só em um acampamento, este aqui na beira da BR, a luta foi muito grande pra nós conseguir, chegar até onde nós chegamos. Eu saí de dentro de uma casa, e vim num barraco de lona, mas a casa não era minha era do meu sogro. Resolvi vim porque a gente era arrendatário, não tinha terra, e eu queria trabalhar. Foi no acampamento que eu aprendi porque eu estava nessa situação, que eu entendi que o trabalhador sofre desigualdades e que eu aprendi a lutar né, por que a gente tem direitos né. (Ivanilda, 2014).<sup>15</sup>

Com base neste depoimento é possível compreender, que o acampamento embora seja um espaço marcado por dificuldades é “um tempo de muitas marcas” (Silva, 2004, pg. 61), tempo em que se deixa tudo para trás em busca de um sonho, da terra própria, de melhores condições de vida para a família. Apesar de ser um local de transição é também um local de aprendizado político e social e de luta pela retomada

---

<sup>15</sup> Entrevista, com membra do Assentamento Companheiro Antonio Tavares, durante trabalho de campo. (Junho, 2014).

dos modos de vida que estavam sendo perdidos pelos camponeses, devido à expansão capitalista no campo.

Esse período de acampamento é muito significativo para o empoderamento das mulheres acampadas. As experiências compartilhadas são sobremaneira importantes, tanto para mulheres, quanto para homens, pois é o momento da luta em que se começa a viver de forma coletiva, em que um depende do outro, é feito o regimento interno, com regras próprias e decididas em assembleias. Assim, o acampamento proporciona às mulheres um status de igualdade com os homens.

É considerado natural pela sociedade os homens realizarem “atividades de homens”, geralmente as que pertencem ao espaço público e as mulheres as atividades da esfera doméstica, ou seja associadas ao espaço privado. Mas no acampamento não. As mulheres já estão no espaço público, participam na construção dos barracos, estão nas comissões, ajudam a construir horta coletiva, se preciso for vão trabalhar de boia-fria em propriedades vizinhas, com o marido ou solteiras, organizam escolas trabalhando de professoras, organizam igrejas, etc.

García (2004), também compartilha dessa ideia, ao abordar em sua pesquisa, que nos acampamentos englobam o processo de formação política que busca colocar homens e mulheres em movimento. A constante interação dos acampados é facilitada pela sua organização espacial, pois as famílias residem em barracos próximos uns dos outros, o que facilita compartilhar as experiências de vida, as confraternizações, sem diferenciação de gênero, nem de idade. Este ambiente faz com que os assentados se conscientizem de suas condições de expropriados e explorados, fortalecendo a construção de sua identidade Sem-Terra.

O processo de acampamento também é um processo que implica em constantes idas e vindas, onde uns permanecem na luta e outros não. Os que resolvem acampar podem permanecer em diferentes lugares por meses ou anos, assim como os assentados também podem, por diferentes razões, fazerem permutas<sup>16</sup>.

Segundo as narrativas dos homens e mulheres que trilharam estes rumos, suas trajetórias de luta foram marcadas por passagens em diversos acampamentos, antes da conquista da terra. Conforme vemos nos relatos abaixo.

Primeiro nós fomos para o ITEPA, acampamento em beira de estrada, aí a gente ficou uns dias lá e depois foi para Cascavel. Em Cascavel, lá

---

<sup>16</sup> As permutas na maioria das vezes são permitidas, basta que haja outra família disposta a trocar de assentamento e que a organização do assentamento esteja de acordo.

na Cajati a gente ficou 5 anos acampados. Depois viemos para a beira da BR aqui no Diamante, aí ocupamos aqui dentro perto da sede e depois fomos assentados. (Tatiana, 2014).<sup>17</sup>

O acampamento era em Tibagi, na fazenda Nossa Senhora Aparecida, foi nosso primeiro acampamento. Daí a gente ficou dois anos e oito meses em Tibagi, daí de lá a área não saiu e tinha um grupo que queria mudar de região aí a gente montou um grupo de 11 famílias e foi pra Querência do Norte, na Fazenda Pontal do Tigre, lá a gente ficou mais três anos no acampamento e a gente ganhou terra né. Ficamos mais 3 anos lá, construímos casa e tal, mas como meu marido trabalhava na organização, foi chamado pra contribuir no ITEPA. A gente virou o mundo quase, meus dois filhos que eu tenho, os dois nasceram no barraco. (Marli, 2014).<sup>18</sup>

O processo de luta, para a conquista do assentamento é demorado. Varia de família para família, alguns relatam dois anos, outros cinco anos de acampamento. Este tempo de espera, muitas vezes torna-se atroz, pois as dificuldades são inúmeras, como a falta de água para consumo básico, as roupas são lavadas no rio mais próximo (que pode não ser tão próximo), falta de saneamento, transporte, energia elétrica, moradia em condições precárias (barracos de lona, às vezes de madeira), dentre outros empecilhos.

Então para resistir no acampamento é necessário de algumas estratégias como a busca e obtenção de trabalhos temporários em terras próximas ou na cidade, além disso, os acampamentos dependem também de doações de assentados, parentes ou órgãos públicos. Como pode ser identificado na fala a seguir,

Eu trabalhei de boia fria no acampamento de Tibagi, colhia feijão e batatinha, nunca fiz parte de liderança no acampamento, mais ficava no barraco, lá em Tibagi só que trabalhei de boia-fria e não foi fácil, mas depois valeu a pena né. (Marli, 2014).<sup>19</sup>

Apesar das dificuldades encontradas no processo de acampar, a esperança da ocupação, vir a resultar em uma desapropriação é o que mantém viva a vontade do acampante de permanecer no barraco e enfrentar diversas situações. É o acampamento que dá visibilidade à luta pela terra e é o primeiro passo para a futura existência dos assentamentos.

---

<sup>17</sup> Entrevista, com membra do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, durante trabalho de campo em 2014.

<sup>18</sup> Entrevista, com membra do Assentamento Companheiro Antonio Tavares, durante trabalho de campo em 2014.

<sup>19</sup> Entrevista, com membra do Assentamento Companheiro Antonio Tavares, durante trabalho de campo em 2014.

Além dos vários conflitos travados pelos camponeses em busca da conquista da terra, o espaço do acampamento, apesar de ser marcado por muita solidariedade, também é palco de pequenas disputas entre os acampados, como argumenta Silva (2005, p. 4), “ é sob um plano enrugado e não liso que se dá o convívio nos acampamentos, entre disputas, entre relações de poder, entre sentimentos nobres e também mesquinhos”. Essas situações ocorrem, pois nem todos recebem ajuda de parentes ou conseguem empregos na região.

Alguns grupos dentro do acampamento se entendem melhor, outros nem tanto, uns se acham mais militantes e politizados, outros não atribuem significados políticos e ideológicos de estarem ali.

Neste processo, essas diferenças existem, mas todos entendem que precisam conquistar a terra para garantir sua sobrevivência. E assim, as pequenas disputas vão sendo ocultadas pelas necessidades mais urgentes, por exemplo, a questão de como garantir a segurança do local, o que fazer com as crianças, como cuidar da alimentação e da água, onde buscar ajuda, a escolha de quem vai servir de negociador com o INCRA, governo ou latifundiários. Essas preocupações são as iniciais, que se dão logo após o processo de ocupação determinam a divisão de tarefas entre os acampados.

Para que essa organização aconteça, existem várias comissões em um acampamento, como a de saúde, alimentação, educação, higiene, segurança, produção e finanças, lembrando que, essas relações mantidas pelos camponeses no decorrer do acampamento são reproduzidas posteriormente nos assentamentos. As comissões citadas realizam reuniões nos núcleos. Cada núcleo é composto por um número de famílias. No caso dos assentamentos pesquisados, os núcleos são formados por dez famílias, e cada núcleo possui uma liderança. Assim cada líder reúne as famílias do grupo que coordena para discutir questões relacionadas ao acampamento, incluindo a distribuição de tarefas.

No acampamento, eu participava da higiene, reunia os grupos para fazer limpeza dentro do acampamento, carpir, varrer. No começo tínhamos uma horta coletiva e plantava verdura pro povão tudo, plantava chá para o setor da saúde, onde eu participava também, aí precisava de chá ia na horta e pegava. (Nina, 2014).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Entrevista, com membra do Assentamento Companheiro Antonio Tavares, durante trabalho de campo em 2014

Além destas relações baseadas no aprendizado da vida em comunidade os camponeses sem-terra, realizam um conjunto de debates e discussões políticas em que as propostas do Movimento são trabalhadas pelas lideranças (homens e mulheres), que realizam análises acerca das reivindicações do grupo a fim de lutar por um ideal coletivo que é a conquista da terra. O espírito de luta coletivo que estes vivenciam no período de acampamento não desaparece com a formação do assentamento, pois os camponeses continuam batalhando por melhores condições de vida.

A partir do momento em que o camponês se articula ao movimento e passa a ser um acampado, desenvolve uma identidade coletiva e envolve-se em práticas que não costumava realizar, como a participação em manifestações populares, caminhadas e assembleias. Experiências essas que tornam o acampamento um espaço de aprendizagem política.

Grzybowski (1987), ao fazer uma análise sobre os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo, enfatiza como se dá o processo de formação e socialização política dos trabalhadores nos movimentos sociais.

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais. (GRZYBOWSK, 1987, pg. 59-60).

Gohn (1997), ao explicar sobre a origem dos movimentos sociais destaca que esta forma de organização da sociedade civil nasce a partir da situação de carências; seus participantes possuem um conjunto de ideias, metas e valores a atingir; possuem um número reduzido de pessoas (lideranças e assessorias) que formulam as demandas através das quais são aglutinadas mais e mais participantes que, no conjunto, as transformam em reivindicações.

Além disso, Gohn (1997) destaca que as lideranças formulam as estratégias de pressão e luta; utilizam amplamente as práticas coletivas (assembleias, reuniões e atos públicos), apoiadas ou não por meios de difusão massiva, como jornais, teatro, rádios comunitárias; encaminham as reivindicações e negociam com intermediários e interlocutores.

Diante da exploração social, os camponeses criticam os problemas relacionados à realidade política e social do país, lutando para uma possível transformação e nesse

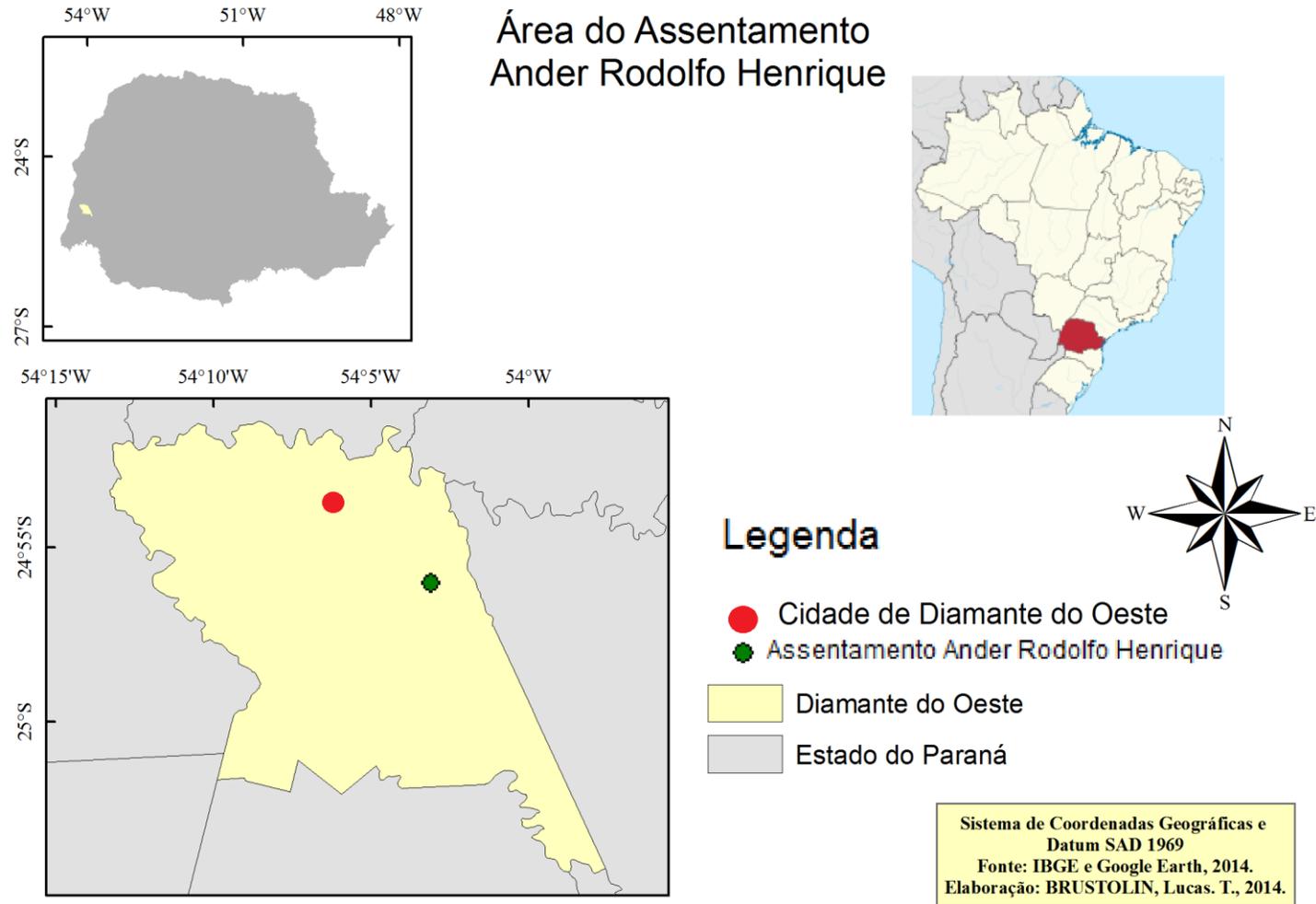
processo buscam pela mediação, através da negociação política com o Estado e proprietários de terras, criticando sua situação de exclusão e fortalecendo uma perspectiva de inserção social por meio da participação nos movimentos sociais no campo.

Outro elemento importante, que proporcionou aos acampados a percepção de liberdade foi a chance de adquirir conhecimentos sobre novas formas de produção, como a que está pautada em bases agroecológicas. Nesse período de acampamentos muitos, participaram de cursos de formação em agroecologia, devido a necessidade de realizar o debate sobre essa produção, uma vez que, a mesma é uma atribuição da parte dos dirigentes dos acampamentos, por ser uma decisão política adotada pelo MST de ruptura com o modelo convencional de produção agropecuária. A agroecologia também contribui, com uma ampliação das possibilidades de reprodução econômica dos lotes a serem conquistados, nesse sentido o acampado aprende a conhecer melhor o solo, sua fertilidade, as pragas, o funcionamento das plantas, o controle biológico, o uso de ervas medicinais, dentre outras técnicas.

Diante dessas considerações, entendemos que estes camponeses que resolveram participar de um movimento social, foram expulsos e expropriados de suas terras, não vendo a possibilidade de sobrevivência nas cidades e sem possuir condições financeiras para adquirir uma propriedade/imóvel, resolveram lutar pela conquista da mesma. É neste contexto de expulsão das terras que situamos como foi a luta dos camponeses e a conquista dos assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares.

### **2.1.1 A formação do assentamento Ander Rodolfo Henrique**

Nos caminhos de luta pela terra, os camponeses foram conquistando seu território. No Estado do Paraná o assentamento Ander Rodolfo Henrique, resultou na compra pelo Governo Federal, da fazenda Comil, desapropriada para realização do assentamento. Esta apresenta, segundo levantamento fornecido pelo PDA (2003), uma área de 3.097,69 ha com uma área de Reserva Legal (RL) de 5,9 km<sup>2</sup> e a Área de Preservação Permanente (APP) de 4,5 km<sup>2</sup> e está localizada parte no município de Diamante do Oeste (aproximadamente 74% da área, a 5 Km da área urbana) e parte no município de Vera Cruz do Oeste (aproximadamente 26% da área, a 22 Km da área urbana). O acesso ao assentamento é feito pela rodovia Estadual PR 488, que liga os dois municípios. A seguir figura, com a localização do assentamento:



**Figura 1.** Localização de Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante do Oeste/PR

**Fonte:** IBGE e Google Earth, 2014. Org.: REFATI, Daiana. C. e BRUSTOLIN, Lucas. T., 2014.

Diamante do Oeste era distrito pertencente ao município de Matelândia e em 1987. Através da Lei Estadual nº 8.674 foi desmembrado e passou a ser município em janeiro de 1989. Em relação a outros municípios da região, diferencia-se pela heterogeneidade de grupos sociais que o compõe. Sua atual configuração inclui duas aldeias indígenas (Tekoha Añetete e Tekoha Itamarã) e um assentamento do MST, data dos últimos 13 anos.

O município possui uma área de 309 Km<sup>2</sup> e uma população de 5. 027 habitantes<sup>21</sup>, dos quais 50% vivem na área urbana. Diamante está localizado no Oeste do Paraná, pertence a microrregião de Toledo, limita-se com os municípios de Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Missal e Ramilândia. Fica a 600 Km de Curitiba capital do Estado.

Segundo Silva (2011), a colonização de Diamante do Oeste deu-se, por imigrantes oriundos de Minas Gerais, São Paulo, regiões Norte, Nordeste e Norte do Paraná. As primeiras culturas na cidade eram o café, o rami e a hortelã. Os imigrantes tinham esperança de conseguir comprar um pedaço de terra barata. Outros tinham intenção de apenas ocupa-las, mas em geral, foram bem vindos na condição de mão-de-obra para os colonos gaúchos e catarinenses que já possuíam terras e queriam iniciar uma nova atividade, a cafeicultura. No entanto, não tinham experiência nesse ramo, assim, a presença desses agricultores provocou uma heterogeneidade étnica no município.

Segundo Madche (1984, citado por SILVA, 2011, p. 41), quem reside em torno da sede municipal e mais ao sul logo constata que no município de Diamante do Oeste reside outro povo com costumes e maneiras diferentes de ver a vida e o trabalho para seu sustento. É o povo originário da região Norte brasileira, principalmente, na esteira das grandes fazendas com a cultura do café, da hortelã, do rami, do algodão e da pecuária de corte. Os imigrantes que se instalaram nessa região, ou eram posseiros ou aqueles que vendiam sua força de trabalho nas fazendas.

No entanto, com o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, o que ocasionou a crescente mecanização e a decadência dessas culturas, uma grande parcela de posseiros e trabalhadores assalariados foi excluída da posse de seus meios de produção. Diante desse contexto, os trabalhadores viram-se obrigados a migrar, em busca de novas frentes de colonização, tanto os que vendiam sua força de trabalho (na

---

<sup>21</sup> Segundo o IBGE, censo de 2010.

região de Diamante, denominados de “nortistas”), quanto os que possuíam pequenas propriedades, essas incorporadas às grandes fazendas.

Diante dessa nova conjuntura instaurada no campo brasileiro, marcada pela concentração de terras e por ações do Estado que privilegiaram o latifúndio como a sua legalização e a promoção da mecanização, principalmente na década de 1960, os trabalhadores sofreram a expropriação de suas terras. Os avanços em relação a esse problema agrário brasileiro, estão relacionados à pressão exercida pela mobilização social dos agricultores, principalmente no final da década de 1980, com novas estratégias de luta, como as ocupações de latifúndios, realizadas pelo MST e o aumento do número de assentamentos.

A criação do assentamento Ander Rodolfo Henrique é resultado desse processo, conforme a fala de uma assentada, é possível entender como realizou-se a ocupação das terras do assentamento.

Primeiro nós fomos para o ITEPA, acampamento em beira de estrada, aí a gente ficou uns dias lá e depois foi para Cascavel, lá em Cascavel, lá na Cajati, a gente ficou, lá 4 anos acampados. Depois viemos para a beira da BR aqui no Diamante, aí depois ocupamos aqui dentro, perto da sede, acampados também, ainda mais depois que deu a morte do piázinho, que daí aconteceu o assentamento, sempre depois que acontece alguma coisa pra dar certo. Aí nós fomos pra perto da sede e deu o sorteio dos lotes, e cada um foi pro seu lote, mas nós ficamos um ano, acho que nos barracos ainda, cada um em cima de seu lote, e daí não tinha dinheiro pra fazer a casa, até que o INCRA mandou 5 mil reais pra cada um fazer uma casa. (Nelina, 2014)<sup>22</sup>.

A partir do depoimento de Nelina constatamos que a organização dos Sem Terra, que conquistaram o assentamento, no município de Diamante do Oeste, teve início em diversos acampamentos da região<sup>23</sup>, porém a ocupação da fazenda Cajati em Cascavel, foi o local onde concentrou um maior número de famílias, oriundas de cidades da região assim como do Paraguai. A ocupação da Cajati iniciou-se em 1999 e durou de 4 a 5 anos, somando um total de 3 mil pessoas, distribuídas em 1.560 famílias. No entanto, essas famílias sofreram dificuldades quanto a desapropriação desta área, então decidiram ocupar a fazenda Comil em Diamante do Oeste (PR) em setembro de 2001

---

<sup>22</sup> Entrevista com assentada do Ander Rodolfo Henrique, durante trabalho de campo, junho de 2014.

<sup>23</sup> Algumas famílias participaram somente da ocupação da Fazenda Cajati e posteriormente foram assentadas, já outras famílias iniciaram seu caminho de luta antes dessa fazenda, passando por diversos acampamentos, como na cidade de Rio Bonito do Iguaçu, no acampamento Ireneo Alves, nas cidades de Ibema e Saudade do Iguaçu, e também no acampamento em São Miguel do Iguaçu na BR 277, na antiga Fazenda Mitacoré.

que estava com problemas na justiça, devido ao não cumprimento da Legislação Ambiental, portanto era um imóvel com maior possibilidade de negociação.

Os membros do movimento ficaram acampados as margens da rodovia PR 488, próximo à estrada da fazenda Comil, durante o período de um ano. Em 2002, o filho de uma das famílias acampadas foi morto na beira da PR, por atropelamento, ele tinha cinco anos e chamava-se Anderson Rodolfo Henrique, por isto o nome do assentamento, em homenagem a ele. Diante desta tragédia, como uma atitude de protesto e pressão, as famílias resolveram ocupar a fazenda. No entanto, elas se reuniram em torno da sede, (Figura 2) não ocuparam toda a área, esperaram o processo de desapropriação e a divisão dos lotes pelo INCRA.



**Figura 2.** Acampamento do MST em Diamante do Oeste

**Fonte:** Foto PDA AMBIENS, 2003.

O INCRA realizou várias negociações com o proprietário da fazenda Comil, para a desapropriação da área, no intuito de chegar a um acordo de compra do imóvel que acabou sendo fechada por R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)<sup>24</sup>. Após esta ocupação, houve várias negociações para a desapropriação da área, até que em 5 de setembro de 2003, 108 famílias foram assentadas formando o assentamento Ander Rodolfo Henrique.

Para a implantação do assentamento foram previstos um conjunto de recursos para a instalação da infraestrutura necessária às famílias, pois estavam a muito tempo acampadas e a maioria sem condições financeiras para construir casas, galpões,

---

<sup>24</sup> Vale Ressaltar que essa forma de destinação das terras para fins de assentamento, vai contra a proposta de reforma agrária, que é a desapropriação sem o pagamento da terra, pois essas áreas geralmente encontram-se em situações irregulares, desta forma o latifundiário, recebe a renda da terra, gerada pela venda da mesma e conseqüentemente compra outra área maior em outras regiões.

estradas, dentre outras coisas. Sendo assim, logo que foram assentados receberam do Governo Estadual 5 mil reais em fundos perdidos para a construção das casas.

Os assentados, além de poderem contar com esse auxílio, acessaram também recursos provenientes do grupo A do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e já receberam todas as parcelas que totalizaram o valor de R\$ 21 mil reais. Este recurso se destina a melhoria da infraestrutura da propriedade e para a compra de gado. Os beneficiários têm três anos de carência para começar a pagar o financiamento e, se pago em dia, haverá um abatimento de metade do valor recebido.

No entanto, mesmo com auxílios, os primeiros anos de assentamento não foram fáceis, conforme relato de uma assentada.

Nesse período inicial, tinha um resfriador na sede né, aí as pessoas tiravam leite, isso quem tinha suas vaquinhas, aí tiravam leite e levava, aí chegava lá, tinha uma pessoa que media. Eu cheguei uma época que nós tirava de dois a quatro litros de leite e colocava num litro descartável e levava lá na sede a pé. A época mais difícil foi o começo. Não tinha dinheiro pra pagar um trator, era tudo na enxadinha, sem mão-de-obra, só eu e meu marido, foi complicado, aí as vezes a gente recebia doação, de comida. E eu tava grávida do meu piá, nós passemo quase um ano só comendo feijão com arroz e muitas vezes não tinha nem banha pra colocar no feijão. Mas daí depois veio um Pronaf, era 20 mil, pra nós começar comprar as vacas também, daí pra frente melhorou, daí agora já estamos pagando ele. (Tatiana, 2014)<sup>25</sup>.

Dessa forma vê-se que o benefício demorou para chegar fazendo com que os assentados sofressem muitas dificuldades, até para a alimentação. E como os recursos iniciais das famílias eram bastante limitados, as casas foram construídas de forma precária, com o chão batido e sem forração, conforme Figura 3.



**Figura 3.** Aspecto das casas no início do assentamento

**Fonte:** Foto PDA AMBIENS, 2003.

<sup>25</sup> Entrevista com assentada do Ander Rodolfo Henrique, durante trabalho de campo, junho de 2014.

Somente após os recursos liberados pelo Pronaf, no começo do ano de 2005, foi possível a melhoria das pastagens e a compra de gado, sendo que primeiro foram realizados investimentos em projetos que garantissem a renda da família e depois foram viabilizadas a reforma das moradias e demais benfeitorias.

No que se refere aos assentados, estes se organizaram em grupos de 10 famílias, sistema este que permanece até hoje. Cada grupo possui um coordenador (ra) que é responsável por articular e coordenar as atividades. O líder de cada grupo e os coordenadores dos setores, compõem a coordenação geral do assentamento, cuja principal função é garantir um projeto de desenvolvimento considerando a totalidade do assentamento.

Além dos núcleos de famílias os assentados estão organizados em setores. Estes são grupos temáticos que fazem parte de sua vida comunitária, que são: setor de educação; saúde e gênero; religião; disciplina/segurança; infraestrutura; finanças; produção; comunicação; esporte e frente de massas.

Existe ainda, uma Coordenação Regional e uma Coordenação Estadual. A Coordenação Regional tem 04 representantes do assentamento, e tem por objetivo representar o assentamento na região. Já a Coordenação Estadual tem um representante a cada 500 famílias, mas no assentamento em questão não há representantes da mesma.

Quanto à educação, o assentamento não conta com escola rural. Antes as crianças estudavam em uma escola montada no acampamento em Cascavel, com professores voluntários, mas foram transferidas e desde o início do acampamento frequentam a escola em Diamante do Oeste, havendo transporte para tanto.

Apesar de Diamante do Oeste ser um município pequeno abriga culturas diversificadas, pois nas escolas os alunos apresentam-se como moradores da cidade, da zona rural, do assentamento e das aldeias indígenas. Vale ressaltar que, durante a pesquisa de campo, em depoimento de alguns adolescentes, observou-se que os alunos do assentamento sentem um certo receio, diante dos alunos cidade, pois estes reclamam que os recursos destinados ao município, não ficam mais para a população “urbana”, o rumo destes agora é para os assentados e indígenas, dessa forma, cabe aos professores avaliar como trabalhar em sala de aula essa diversidade de grupos sociais, colocando todos como parte integrante da figuração social do município evidenciando também essa fragilidade social e econômica que abrange as pequenas cidades.

Já as manifestações culturais e de lazer no assentamento, segundo PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) (2003), podem ser consideradas nulas, com exceção dos cultos religiosos (católicos e evangélicos), rodas de chimarrão e jogos de futebol.

Outra atividade que beneficia o assentamento é o clube de mães que conta com a participação de 33,3 % das mulheres entrevistadas. O clube de mães é um espaço de socialização entre as mulheres, sendo que o mesmo não é formado só por mães, abrange mulheres de 22 a 53 anos de idade, neste realiza-se confraternizações, bingos e cursos, geralmente ofertados pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), os cursos são de derivados de leite, milho, mandioca, também de panificados, conservas, temperos e molhos, além de artesanatos.

Em relação as características físicas da fazenda Comil, desapropriada para a criação do assentamento, há predominância segundo o diagnóstico do meio natural realizado pelo PDA Ambiens<sup>26</sup> (2003), de clima subtropical úmido mesotérmico (Cfa), de verões quentes, com temperatura superior a 22° C, geadas menos frequentes, mês mais frio com temperatura inferior a 18°C, temperatura média geral de 20° C, tendências de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca bem definida.

O diagnóstico ainda constata que, de uma maneira em geral predominam no assentamento solos com saturação de bases alta, caracterizados pelo bom nível de fertilidade. Porém, nas áreas onde há solos Litólicos e Brunizem Avermelhado, as declividades acima de 15% e a pequena espessura dos perfis contribuem para a forte suscetibilidade a erosão, o que restringe o uso para cultivos que exigem movimentação do solo. Em função disso e pela boa fertilidade que estes solos normalmente apresentam o uso mais adequado seria para pastagens e silvicultura<sup>27</sup>.

No assentamento, ainda conforme a análise elaborada no PDA (2003), a vegetação é composta por, de forma geral, de floresta secundárias alteradas, com dossel descontínuo e uma grande quantidade de cipós. As espécies de maior interesse econômico sofreram, corte seletivo, sendo observados atualmente poucos indivíduos de perobas, cedros, canafistulas, entre outros, com altura superior a 30 metros.

---

<sup>26</sup> A Ambiens é uma organização coletiva de profissionais, fundada em 2000, na cidade de Curitiba Paraná. Desenvolve projetos relacionados ao planejamento urbano, rural, regional. Além de desenvolver políticas públicas nas áreas de habitação, regularização fundiária, desenvolvimento agrário e turismo.

<sup>27</sup> Silvicultura dedica-se ao estudo dos métodos naturais e artificiais de melhorar as florestas. Está relacionada à cultura madeireira e ainda busca auxiliar na recuperação das florestas através do plantio de mudas de forma a manter os biomas locais.

A gramínea que predomina no assentamento é a *Brachiaria Brizantha*, mais explorada na produção de bovinos em pastejo, além do *Panicum Maximum* Jacq CV Colônia, conhecido como capim ou pasto Colônia, forma touceiras grandes que podem atingir até três metros de altura. As pastagens ou gramíneas predominam no assentamento, devido a grande quantidade de produção leiteira, que é a principal fonte de renda dos produtores.

No momento, segundo relatos dos assentados, o leite é comercializado para dois laticínios da região, das entrevistas realizadas, 100 % dos entrevistados mexem com a atividade leiteira, que tem registrado neste ano preços que variam de R\$ 0,98 centavos e R\$ 1,00 real o litro por mês. Em média cada família produz 1000/ 1500/2000 litros de leite por mês, estas já possuem resfriadores de leite, que na sua maioria é de imersão de 300 L e 80% já possuem ordenha mecânica.

O assentamento conta ainda com práticas de manejo ecológico de solo, pastagens e Pastoreio Racional Voisin. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vinculada com o campo das ciências agrárias desenvolve projetos em propriedades de transição agroecológica e o assentamento em questão, faz parte do PLA - Projeto de Leite Agroecológico da UNIOESTE.

Segundo Corbari, et al (2014), nas visitas técnicas aos produtores, foram elaborados laudos de solo, recomendando correção de fósforo por meio de adubação orgânica, bem como práticas ecológicas como adubação verde, introdução de forrageiras leguminosas, integração entre espécies, entre outras, além da assistência técnica individual, houve a realização de um curso sobre as Práticas de Pastoreio Racional Voisin, que se constitui de uma didática em grupo, com aplicação teórico-prática em fundamentos sustentáveis de produção e manejo animal. O curso contou também com adequação individual das propriedades, estabelecendo o número de piquetes e lotação ideal para cada caso.

Quanto a produção de grãos no assentamento, segundo o PDA (2003), é especificamente o milho, que possui três funções, a primeira é a auto sustentação da família; a segunda que é a alimentação animal; a terceira é a comercialização mais específico o milho verde para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A produção do milho é viável dentro de um sistema onde sejam aproveitados para transformação em carne, leite e ovos, ou na produção orgânica, onde existe um mercado em franca expansão, além do que são

sistemas sustentáveis, não somente do ponto de vista econômico, mas também ambiental e social.

Outro cultivo agrícola que se destaca no assentamento é a mandioca que possui as mesmas funções do milho. Porém esta é comercializada em cooperativas da região. Segundo o PDA (2003), as linhas produtivas de potencial no assentamento são pecuária de leite e corte, frango, suíno, milho, mandioca, cana-de-açúcar, soja, olerícolas, frutíferas (laranja, banana, acerola, uva, abacaxi, maçã, limão, pêssego, dentre outros). Essa diversidade de produtos agropecuários produzidos no assentamento é destinada tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização de seus excedentes.

O assentamento possui também, um regimento interno, que define as normas da comunidade aprovado por assembleia, este documento designou à agroecologia como a matriz tecnológica a ser adotada por todas as famílias assentadas, sem exceção. Além da agroecologia no ano de 2010 foi aprovado pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, o PAA do Assentamento Ander Rodolfo Henrique beneficiando 26 famílias<sup>28</sup>.

Em síntese, o assentamento em questão, preocupa-se com a produção para o autoconsumo e também a produção com excedentes, para uma maior participação no mercado, sem perder de vistas os aspectos sociais e ambientais.

### **2.1.2 A formação do assentamento Antonio Companheiro Tavares**

Tratando-se do assentamento Antonio Companheiro Tavares, sua história inicia-se com a desapropriação da Fazenda Mitakoré. A fazenda está situada em localização privilegiada, à beira da BR 277, em frente ao Posto de Pedágio Santa Terezinha de Itaipu, no sentido São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, aproximadamente 20 quilômetros de Foz do Iguaçu e 10 quilômetros do município de São Miguel do Iguaçu.

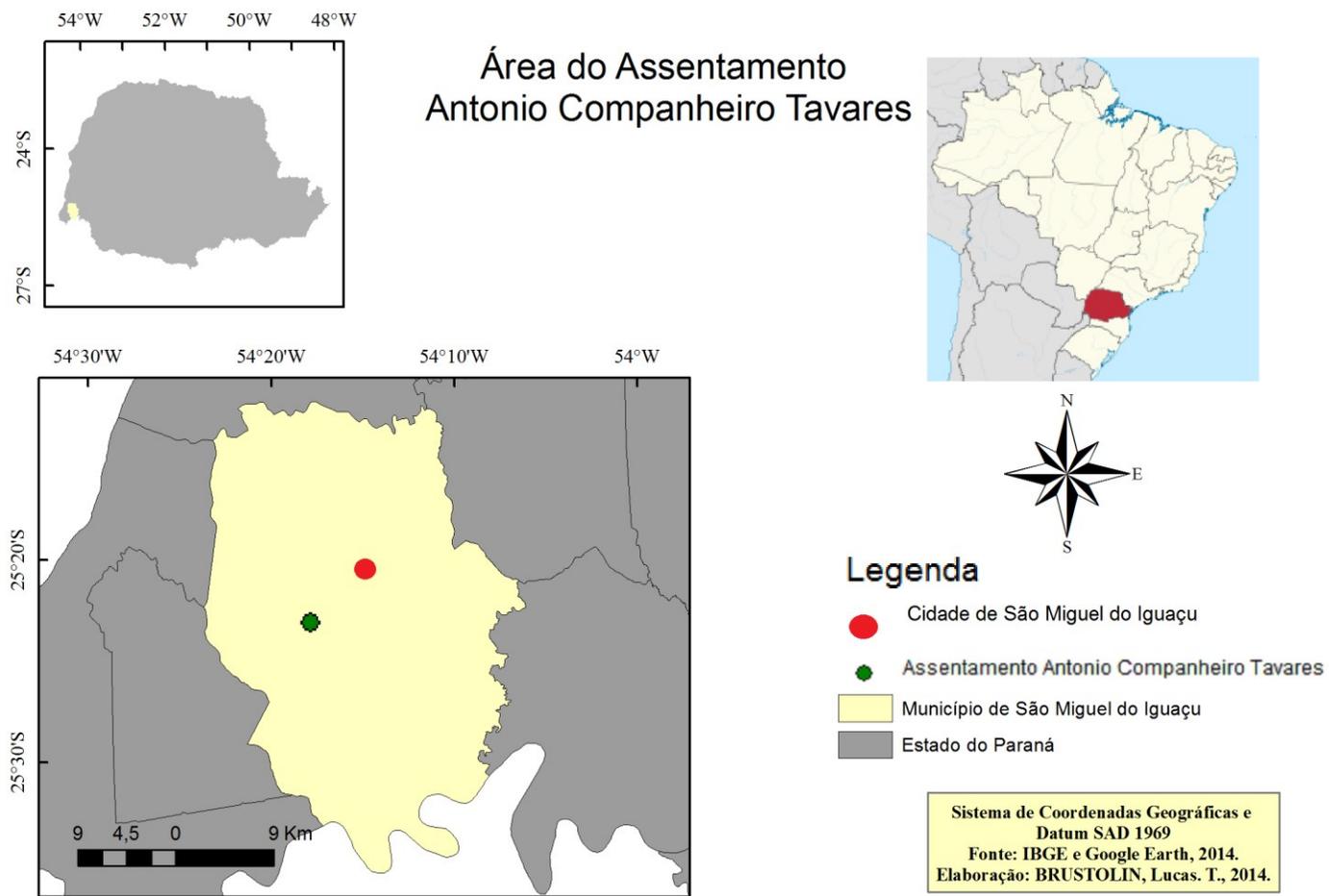
O município de São Miguel do Iguaçu possui segundo o censo demográfico do IBGE (2010), uma população de 25. 768 habitantes, sendo 16.485 residentes urbanos e 9.284 residentes rurais. Compreende uma área de 851,301 Km<sup>2</sup>, limita-se com os municípios de Itaipulândia, Medianeira, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Serranópolis do Iguaçu, está situado a 599 Km de Curitiba.

---

<sup>28</sup> Estes assuntos serão abordados com mais ênfase, nos próximos tópicos.

São Miguel, era um município pertencente a Foz do Iguaçu e Medianeira e em 1961, através da Lei Estadual nº 4338 de 29 de janeiro, desmembrou-se. Recebeu este nome, devido ao seu padroeiro São Miguel. O nome Iguaçu foi para distinguir de outras cidades do mesmo nome e também por fazer limite com o Parque Nacional do Iguaçu e com o Rio Iguaçu.

Na configuração social de São Miguel, além de um assentamento de reforma agrária, há uma aldeia indígena chamada Santa Rosa do Ocoí ou Tekoha Ocoy, habitada por indígenas da etnia Avá-Guarani. A aldeia possui cerca de 160 famílias, num total de 700 pessoas. Há também uma comunidade quilombola denominada Apepu, localizada ao lado do Parque Nacional do Iguaçu. As cinco famílias (cerca de 40 pessoas) que moram no local vivem da produção de subsistência das roças de milho e mandioca e foram reconhecidas pelo município e pela Fundação Cultural Palmares, em 2006, como remanescentes de quilombos.



**Figura 4.** Localização do Assentamento Antonio Companheiro Tavares

**Fonte:** IBGE e Google Earth, 2014. Org.: REFATI, Daiana. C. e BRUSTOLIN, Lucas. T.

A Fazenda Mitakoré, hoje assentamento Antonio Companheiro Tavares, praticava a exploração agrícola, voltada para o agronegócio e para o trabalho assalariado, reconhecida como “Fazenda modelo” da região Oeste do Paraná, passava essa imagem, pois se enquadrava nos padrões da denominada Revolução Verde, ( entre 1960 e 1980) usufruindo de alto gabarito tecnológico, com o uso de diversos insumos, como agrotóxicos, sementes híbridas, dentre outros, além de realizar pesquisas agropecuárias e sediar encontros entre produtores, para estimular o agronegócio e o uso indiscriminado de venenos altamente nocivos ao meio ambiente.

Durante a década de 1980, era propriedade do político paranaense José Eduardo de Andrade Vieira, conhecido como Zé Eduardo do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Esta fazenda ganhou diversos prêmios internacionais de produção de grãos, principalmente por produzir girassol, soja e aveia.

Segundo fontes do PDA (2005), devido ao grande número de dívidas contraídas pelo político londrinense, a Fazenda Mitakoré foi “expropriada” na década de 1990, pelo Banco Bamerindus – entidade bancária a qual Zé Eduardo tinha hipotecado a propriedade; esse banco, porém, veio a ser liquidado pelo Banco Central, como parte de uma dívida que havia contraído com os cofres da União. O Banco Bamerindus foi fundado pela família do ex-senador paranaense Zé Eduardo que era seu presidente e posteriormente vendido ao HSBC.

Dessa forma, várias foram as indagações sobre o destino da fazenda, umas delas era que a área da Mitakoré, seria leiloada ou direcionada pela União para outras atividades, como pesquisa ou exploração agrícola convencional. Diante dessa conjuntura que o MST da região, viu na área a possibilidade de implementar mais um assentamento de reforma agrária, dando assim à fazenda uma função social que até então não era cumprida. O movimento objetivava implantar uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária) no local, de forma a coletivizar a terra e o trabalho.

Nesse contexto, o histórico de luta pela fazenda se iniciou em seis de agosto de 1997, quando um grupo de 380 famílias, vinculadas ao MST, ocuparam parte da propriedade acampando perto do Pedágio e também em seu interior.

No entanto, alguns conflitos internos marcaram esse período, alguns acampados se contrapuseram a coletivização, e ocuparam a área em lotes familiares. O objetivo era transformar o assentamento em “modelo de organização em agroecologia”.

Segundo a narrativa de uma assentada, é possível compreender como ocorreu o processo de acampamento.

Acho que foi em 1997 que meus pais e meus irmãos entraram ali e ficaram acampados. Mas passavam e chamavam de ladrão, davam tiro nos barracos. Ele falava que ia desistir, que ia embora. Ainda mais que eu, e minhas irmãs continuamos morando no Paraguai, em Ciudad del Leste, e nós ficamos lá na nossa casa um período, e o pai, ficou aqui, daí dentro de mais ou menos um ano, nós vendemos e viemos pra cá. Como nós três trabalhava fora né eu não fiquei acampada. Eles ficaram acampados, uns 4 anos perto do pedágio e em 2002 já recebemos a terra. (Adriana, 2014)<sup>29</sup>.

Observamos que o período inicial do acampamento foi marcado por forte repressão, calúnias, ameaças, agressão verbal e até mesmo tiros nos barracos, não é citado quem realizava estes atos, mas possivelmente a repressão vinha de quem tinha interesse na área.

No entanto, apesar do período do acampamento ser desgastante e sofrido, também foi um período de aprendizagem para os membros, pois nas instalações da antiga fazenda Mitakoré, ocorreram encontros, oficinas, troca de experiências e cursos de formação política, inclusive para o público de acampamentos e assentamentos de outras regiões.

E foi nesse período de ocupação e legalização da área, que constituiu-se no local o ITEPA (Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária), na Figura 05 é possível verificar a instalação do mesmo, reconhecido pelo Estado em 2003.



**Figura 5.** Instalações do ITEPA e da Escola José Gomes da Silva

**Fonte:** Trabalho de campo, realizado em junho de 2014. Org.: REFATI, D.C. 2014.

---

<sup>29</sup> Entrevista realizada, durante trabalho de campo. Junho de 2014.

Conforme Souza (2010), o ITEPA, tem a finalidade de promover ações educativas e capacitação para assentados e acampados da reforma agrária e a seus filhos. As capacitações visam diversas áreas do conhecimento técnico, científico e humano, tais como a promoção e desenvolvimento da Agroecologia, por meio da condução de pesquisas e estudos que contribuam para o desenvolvimento das famílias, e a criação de iniciativas de agroindustrialização para geração de agregação de valor e maior viabilidade econômica das famílias assentadas da reforma agrária. Para cumprir esses objetivos, foi destinada ao ITEPA uma área de 162 hectares, localizado na área da antiga fazenda e atualmente pertencente ao Assentamento Antonio Tavares.

O ITEPA foi fundado em 21 de maio de 2000, quando as famílias acampadas resolveram ocupar a totalidade da área, inclusive a sede da fazenda, para estimular uma desapropriação, até então, as famílias estavam mais concentradas perto do Pedágio. Mesmo ocupando a sede, a destinação da área para assentamento só foi liberada dois anos depois. Ou seja, foram cinco anos (1997 a 2002), de resistência no acampamento, para em outubro de 2002, sair a desapropriação, onde a área passou a chamar-se de assentamento Antonio Companheiro Tavares.

A área total do assentamento é de 1.098,91 hectares, com 80 famílias assentadas, sendo que cada uma possui em média 10 hectares ou 04 alqueires. O assentamento recebeu esta denominação de Antonio Companheiro Tavares, em homenagem a um trabalhador rural que foi morto em conflito, no dia 02 de maio de 2000 a caminho de Curitiba.

Este dia ficou marcado na luta pela Reforma Agrária, foi um dia onde 185 pessoas ficaram feridas e Antonio Tavares Pereira, companheiro de luta, morto. O conflito aconteceu com a Polícia Militar do Paraná, em Campo Largo, região metropolitana.

Segundo o MST (2012), cerca de 1.000 Sem Terra de várias regiões do Paraná viajaram para Curitiba para realizar uma mobilização, inicialmente no Parque Barigui, seguindo com uma marcha até a sede do Incra, para fazer a entrega da pauta de reivindicações, que defendia a realização da Reforma Agrária, e fornecimento de créditos para assentamentos. No entanto, ao chegarem na BR-277, município de Campo Largo, os cerca de 50 ônibus que levavam os trabalhadores rurais foram interceptados por viaturas da PM, que dispararam de forma covarde, contra os trabalhadores. De acordo com relatos, assim que os primeiros trabalhadores desceram dos ônibus, policiais

começaram a atirar. Antônio Tavares Pereira, 38 anos, foi atingido no abdômen e faleceu horas depois.

O Governo do Paraná, na época comandado por Jaime Lerner do então PFL – Partido da Frente Liberal – reagiu imediatamente, diante da morte de Antonio Tavares Pereira, concentrando esforços para convencer a opinião pública de que, Antonio não era integrante do MST. Este episódio, assim como o massacre de Eldorado dos Carajás<sup>30</sup> (1996, Pará), é decorrência de uma política repressiva contra os trabalhadores rurais sem-terra no Brasil, que perdura até os dias de hoje.

Depois de dois anos da fatalidade que acometeu a vida de um companheiro, o assentamento foi conquistado, porém outra luta viria, a permanência na terra. A conquista da terra é muito importante, mas a permanência nela também é uma luta que exige muita organização dos assentados. É necessário: arranjo territorial, que envolve questões de infraestrutura, abastecimento de água, meio ambiente (APPs), destinação do lixo, dentre outros; arranjo social, onde são divididas as tarefas em setores, como de educação, cultura, lazer, esportes, saúde, habitação, saneamento e por fim é necessária uma organização produtiva, que envolva os sistemas de produção que serão adotados, as formas de comercialização, entre outras questões. A organização produtiva gerou muitos conflitos internos na fase inicial do assentamento em questão, pois alguns queriam a organização da produção de forma coletiva e outros de forma individual.

Segundo Schreiner (2013), no primeiro ano os assentados cultivaram a terra coletivamente, o resultado financeiro não foi o esperado pelos trabalhadores e também havia desconfiança em relação às lideranças, que administravam a comercialização dos produtos. No ano seguinte 60 famílias ocuparam lotes individuais e 40 famílias permaneceram na CPA, na cooperativa coletiva.

Diante da resistência e das dificuldades de implantação da coletivização, da desistência e do remanejamento de famílias para outros assentamentos o projeto foi substituído pela criação da Cooperativa de Industrialização da Família Camponesa (COOPERCAM), que abrange assentamentos rurais de toda a região Oeste, inclusive o assentamento Ander Rodolfo Henrique, outros localizados desde o município de

---

<sup>30</sup> O massacre ocorreu em abril de 1996, durante uma operação da Polícia Militar do Pará para desobstrução da rodovia que liga Marabá a Paraupébas, resultando na morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra, deixando mais de 70 feridos. Inclusive no canteiro do pátio do ITEPA, estão cravados 19 troncos de árvores queimadas, significando, a natureza destruída e vidas tombadas na luta coletiva pela reforma agrária.

Cascavel a Foz do Iguaçu, mas cujas a sedes encontram-se no espaço do ITEPA. Atualmente, as famílias vivem em lotes individuais.

A COOPERCAM foi fundada em 2009 e atualmente possui 400 associados, que comercializam seus produtos através do PAA e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Segundo Loss, et, al (2013), no ano de 2013, com projetos já aprovados a cooperativa comercializou R\$ 3 milhões através do PAA, e mais de R\$ 570 mil no PNAE Estadual, além da perspectiva de acessar a novas modalidades como a compra institucional, venda a presídios, universidades, hospitais, restaurantes populares. A cooperativa tem diversificado a produção, comercializando, principalmente o leite, frutas, carne, verduras, soja. Buscando melhoria na produção, preocupando-se com a produção de alimentos “limpos” e a sustentabilidade das famílias.

As famílias estão organizadas em grupos produtivos, que possuem um coordenador, que tem a função de participar em conjunto com o setor produtivo da cooperativa na definição do planejamento de plantio e culturas. Através de parcerias, a cooperativa busca atender as demandas do seu quadro social, como oferecer apoio à ITAIPU Binacional para assessoria técnica, através de convênio com o CAPA– Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Também possui dentre seus cooperados, técnicos que desenvolvem atividades de organização social e produtiva.

O ITEPA no assentamento Antonio C. Tavares, proporcionou diversos benefícios aos assentados, dentre eles a realização de cursos, capacitando pessoal de outras regiões e outros acampamentos e assentamentos, conforme relata uma assentada.

Quando eu tinha 16 anos, eu morava no “16 de maio” com a minha família, aí ficamos sabendo que ia ter um curso prolongado aqui no ITEPA, aí era de 76 dias o curso, de formação política mesmo né, aí veio uns quantos jovens de lá da área e eu vim também. Que foi em 2003. Eu vim e fiz os 76 dias, participei da coordenação Estadual, que tinha aqui no ITEPA, daí voltei pra casa, mas antes disso, a escola ela ia olhando o pessoal que vem fazer o curso, que tinha perfil, que podia ajudar aqui na escola, que tinha vários setores, pecuária, biblioteca, refeitório, ciranda, um conjunto de setores né. Aí foi feito uma proposta pra mim vim contribuir na biblioteca. Daí foram lá conversaram com a minha família, aí eles deixaram eu vim, então eu vim. (Simoni, 2014)<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Entrevista durante trabalho de campo, em julho de 2014.

Antes de explicar como é a organização, territorial, social e produtiva, dos assentados no Antonio Companheiro Tavares é pertinente, descrever como o ITEPA beneficiou o assentamento.

Souza (2010), em seu estudo sobre a prática do Pastoreio Racional Voisin (PRV) no assentamento constatou, que através do ITEPA foi implantado o PRV (uma prática muito benéfica de piqueteamento com aquisição de animais de raças zebuínas e europeias para cruzamento), a produção de suínos ao ar livre (SISCAL), produção de aves poedeiras e de corte em sistema de piqueteamento, produção de sementes crioulas - barracão de classificação de sementes e de armazenamento de sementes, formação de agrofloresta e de pomar, implantação de uma fábrica de ração, construção de cisternas e construção de agroindústria para beneficiamento de leite.

Além disso, segundo Souza (2010), os assentados e região, através do ITEPA, puderam fazer cursos de agroecologia. Esses cursos chamavam-se de Cursos Prolongados de Agroecologia, e eram voltados à formação política e agroecológicas. Quatro turmas participaram do mesmo, cada uma com 100 alunos, nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, com duração de 75 dias cada. O ITEPA, também recebia apoio da entidade Desenvolvimento e Paz, do Canadá.

O ITEPA também conta em sua estrutura com a Escola José Gomes da Silva, esta é responsável por cursos técnicos integrados ao ensino médio, visando o desenvolvimento sustentável por meio da agroecologia nos assentamentos rurais, assim como, curso de Saúde Comunitária. Conforme os relatos de uma assentada: “tinha muito aluno, em 2004 começou o primeiro curso técnico de agroecologia, depois teve a segunda turma, daí teve um curso técnico de saúde comunitária também, no qual eu participei.” (Simoni, 2014)<sup>32</sup>.

O Curso Técnico de Agroecologia da Escola formou 26 alunos (as) e o curso de Saúde Comunitária, formou 21 alunos (as). Segundo depoimentos dos assentados, ambos os cursos foram realizados em parceria com a ET- UFPR (Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná), que destinou os cursos, para formação dos filhos e filhas dos assentados, dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, e também do Paraguai.

Os cursos, conforme MST (2004), são realizados no método da pedagogia da alternância, sendo divididos em tempo escola e tempo comunidade. O conteúdo é

---

<sup>32</sup> Assentada e hoje administradora do ITEPA, atua na administração da COOPERCAM (Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa).

concentrado em etapas de aproximadamente vinte dias e os militantes voltam a cada período para suas regiões, onde desenvolvem trabalhos de base e não se desprendem de suas realidades. Esta metodologia também permite a formação de várias turmas ao mesmo tempo.

Relatos dos assentados revelam que desde 2004 o ITEPA conta com mais de 70 auxiliares. Os que mais se destacavam nos cursos de formação, eram convidados a contribuir no ITEPA e na Escola, como relata a Simoni em fala anterior. Ao continuar seu relato explica que quando veio trabalhar no Instituto, passou por vários setores, “depois da biblioteca, fui pra parte dos suínos, tratar os porcos, fazer limpeza do chiqueiro, ajudava na cozinha, e depois, no embelezamento, na parte da limpeza e ornamentação do espaço”. (Simoni, 2014).

No ano de 2010 foi iniciada uma nova turma de curso técnico em Agroecologia na Escola José Gomes da Silva. Além destes, também são realizados pequenos cursos e oficinas, como: cultivo de plantas medicinais e preparo de xaropes, preparo de produtos de limpeza, produção de compostos orgânicos para horticultura ecológica, transformação do leite em derivados (queijo, manteiga, doce de leite), e da cana-de-açúcar (melado e açúcar mascavo), oficina de permacultura, entre outros.

Atualmente o ITEPA apesar de desenvolver atividades de extrema importância não está mais funcionando. Os assentados relatam que estão passando por problemas de organização e contratação de profissionais para atuar na instituição. Relatam ainda, que só estão recebendo turmas para visita e conhecimento da estrutura do assentamento e das propriedades agroecológicas, sendo que contam com poucas pessoas (2 ou 3) para a realização de refeições nos alojamentos.

Quanto à questão do não funcionamento do ITEPA, Gonçalves (2008), ao realizar pesquisa de doutorado, sobre o modelo agroecológico adotado pelo MST no Paraná, constata que no ITEPA ocorre uma má gestão de suas infra-estruturas, além de dívidas na escola, incapacidade de levar adiante as iniciativas produtivas desenvolvidas na área, mudança constante no quadro dos técnicos que abandonam o Movimento e o assentados descontentes com a tomada de decisões e pela política do trabalho voluntário, o abandono de algumas experiências, enfim, um conjunto de situações e problemas internos que minam a capacidade de proposição do MST, cria “rachas” políticos expressivos no assentamento, estabelecendo um quadro político e social estritamente problemático.

Tratando-se da organização territorial dos assentados, em relação à infraestrutura de estradas, o assentamento encontra-se em situação privilegiada, pois conta com 29 Km de estradas internas já implantadas. Segundo o PDA (2005), dessas estradas, um pouco mais da metade do total, recebeu a ação de um projeto de readequação de estradas rurais, em convênio com o INCRA e com o município de São Miguel do Iguaçu.

Conforme consta no PDA (2005), os recursos hídricos do assentamento estão em situação precária, com muitos lotes sem acesso a águas superficiais provenientes de nascentes e córregos. Isso é consequência das áreas florestais do local, se encontrarem em estágio avançado de degradação, necessitando de recuperação imediata das APPs (Área de Preservação Permanente) e recomposição da RL (Reserva Legal). Mas cabe ressaltar que apesar disso, há na área do assentamento potencial para exploração de águas subterrâneas.

Para a melhoria do meio ambiente no assentamento, foi previsto no PDA, um programa ambiental, este compreende ações para recuperação da área florestal por meio da substituição do plantio de eucaliptos, por vegetação nativa e manutenção da vegetação em processo de regeneração, para a solução do problema de destinação final do lixo inorgânico, foram orientadas técnicas de separação dos materiais e destinação correta destes resíduos.

Sobre a organização social do assentamento, as temáticas comunitárias foram divididas em serviços básicos de saúde, lazer, habitação, educação e cultura. Quanto ao lazer, o assentamento conta com o clube de mães, com 27 participantes, este já chegou a ter 67 mulheres que participavam. O clube objetiva realizar atividades de recreação. Em conversa com as assentadas, há a reclamação de poucos cursos ofertados pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

No que diz respeito a educação e a infraestrutura no assentamento, os alunos contam com transporte escolar que os leva até colégios do município de São Miguel do Iguaçu. A infraestrutura das casas, as moradias são de alvenaria ou mistas (madeira e alvenaria), em frente à casa, observa-se sempre um jardim e ao lado ou atrás, um pomar e uma horta, as demais instalações como galpões, situam-se próximo a casa ou um pouco mais adiante, essa descrição é da configuração atual, no entanto, no início do assentamento, assim como no assentamento ARH, as famílias também sofreram com dificuldades quanto a moradia e as benfeitorias em geral, conforme relatos da assentada

Neusa “Então a gente sofreu muito, nós morava ali naquele barraquinho que hoje nós fizemos a estrebaria”. (Neusa, 2014)<sup>33</sup>.

Os investimentos, como o Pronaf A, e os fundos perdidos, foram de fundamental importância para começar a vida no assentamento.

A principal atividade econômica do assentamento é a atividade leiteira, 100% das entrevistadas trabalham com esse ofício que é fundamental para a sobrevivência na família na terra.

A produção de grãos que predomina é a soja. Foi substituída em alguns lotes, por outras culturas, mas mesmo onde ainda é cultivada, os assentados desenvolvem diversos outros cultivos para consumo próprio, além de criação de animais, comercializando o excedente.

Além da soja a produção do milho é bastante expressiva, principalmente para o trato dos animais, assim como a produção de arroz, batata doce, mandioca, feijão, hortaliças, árvores frutíferas, leite e os derivados (nata, manteiga), frangos, ovos, porcos (processados, como salame, banha, torresmo) e as pastagens em geral.

Ainda há no assentamento uma área coletiva, na qual se pretende produzir arroz irrigado, em uma proposta com orientação de produção agroecológica. Porém essa área ainda não está em produção.

Em síntese, o assentamento Antonio Companheiro Tavares, apresenta boas condições em sua infraestrutura, por aproveitar as benfeitorias da antiga fazenda Mitakoré, usufruindo de uma variedade de atividades culturais e diversas ofertas de lazer, pois o assentamento já possuía uma área estruturada com um centro comunitário, que depois foi acrescida com a construção de um pavilhão e uma igreja pelos próprios assentados, já havia um campo de futebol, cancha de bocha, churrasqueira. Esta área é utilizada para a realização de festas, reuniões e clube de mães. Uma vez que a área de esportes e lazer, já encontrava-se estruturada os assentados só melhoraram as instalações, diferentemente do assentamento Ander R. Henrique, que não contou com essa estrutura em seu período inicial.

O assentamento Antônio Companheiro Tavares, também conta com um relevo mais favorável do que o relevo do assentamento Ander Rodolfo Henrique, pois no Ander o relevo é declivoso e a paisagem apresenta afloramento de rochas que propicia a formação de solos rasos. Esses apresentam pequeno volume a ser explorado pelas raízes

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada durante trabalho de campo em julho de 2014.

quando comparados com solos profundos (altamente intemperizados), que por sua vez possuem maior reservatório de nutrientes e maior capacidade de acúmulo de água. Em adição, tem-se o fato de que a maior declividade do assentamento Ander Rodolfo Henrique proporciona maiores níveis de erosão. Logo, observa-se nesse local a prática da pecuária de corte e leite e a agricultura familiar com base no plantio de pequenas hortas e pomares. De posse dessas observações, nota-se que a relação solo/relevo do assentamento Antonio Companheiro Tavares proporciona condições mais favoráveis a prática da agricultura.

Foi possível verificar que ambos os assentamentos são espaços sociais e geográficos de continuidade da luta pela terra. Assim é de fundamental importância que políticas públicas sejam implementadas para melhorarem a qualidade de vida nesses locais.

## **2.2 Desenvolvimento rural sustentável, gênero e agroecologia nos assentamentos.**

A agricultura brasileira sofreu um processo de modernização tecnológica a partir da década de 1960, período denominado de “Revolução Verde”, que priorizou um modelo agroexportador de commodities. Dessa forma, os agricultores de pequena escala tiveram que se adaptar às diretrizes deste modelo, acarretando externalidades ambientais, econômicas e principalmente sociais, dentro deles o êxodo rural.

O processo de modernização, na perspectiva da subordinação da agricultura ao capital e aos interesses industriais, gera a partir de 1990 a preocupação com o desenvolvimento rural sustentável, que entrou na agenda dos movimentos sociais, principalmente do MST, que assumiu nesta década o desafio de implantar nos assentamentos rurais de reforma agrária, uma agricultura diferente do padrão de desenvolvimento imposto pela Revolução Verde, a de base agroecológica.

Temas relativos a sustentabilidade e conservação ambiental, começaram a ser discutidos com mais força a partir 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, onde pela primeira vez se debatem meios de criar uma relação mais harmoniosa entre sociedade e natureza, porém o conceito de desenvolvimento sustentável, somente ganhou mais visibilidade quando foi adotado em importantes documentos, como quando, em 1987, a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland

apresentou para a ONU o documento “Nosso Futuro Comum”, que ficou conhecido como Relatório Brundtland.

Nesse Relatório, o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

Brundtland (1991) destaca que, a sustentabilidade se baseia em dois conceitos chave: a prioridade na satisfação das necessidades das camadas mais pobres da população, e às limitações que o estado atual da tecnologia e da organização social impõe sobre o meio ambiente.

Aliado aos conceitos chaves, o relatório também parte do princípio que os modelos atuais de desenvolvimento tanto dos países do Norte quanto do Sul são inviáveis, pois ambos seguem padrões de crescimento econômico não-sustentáveis a longo prazo. O relatório, dessa forma, propõe, uma nova concepção da economia, levando em consideração as variáveis ambientais, a importância da participação política e do equilíbrio entre o uso dos recursos e o crescimento demográfico.

Brundtland (1991), afirma que, há muitas maneiras de uma sociedade se tornar menos capaz de atender no futuro às necessidades básicas de seus membros, a exploração excessiva é uma delas. Uma tecnologia mal empregada pode marginalizar amplos segmentos da população. A monocultura, o desvio de cursos d’água, a extração mineral, a emissão de calor e de gases nocivos na atmosfera, as florestas comerciais e a manipulação genérica – todos esses são exemplos da intervenção humana durante o desenvolvimento. E o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas que sustentam a vida na Terra, como: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.

Ainda conforme o relatório, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Para que ocorra a sustentabilidade é necessário que haja mobilização por parte de todas as nações, de modo que, criem estratégias que permitam a substituição de seus atuais processos de crescimento, frequentemente destrutivos. Para tanto é necessário que todos os países modifiquem suas políticas, tanto em relação ao seu próprio desenvolvimento, quanto em relação aos impactos que poderão exercer sobre as possibilidades de desenvolvimento de outras nações.

Na década de 1990 houve uma aproximação dos movimentos de mulheres nacionais e de outros países, com as lutas ecológicas e em eventos internacionais. Segundo Siliprandi (2009) a Conferência Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992 (conhecida como Eco-92) e posteriormente a IV Conferência Mundial da Mulher (BEIJING, 1995), foram de extrema importância para a discussão das questões ambientais e para a construção da visibilidade das mulheres enquanto sujeitos políticos. As conferências foram palcos privilegiados em que os diversos grupos de mulheres de base urbanas e rurais, integrantes de governos, acadêmicas, tecnocratas do sistema ONU e feministas em geral apresentaram propostas, disputaram espaços, mostraram suas divergências e construíram alianças, contribuindo para que as interfaces entre feminismo e ecologia pudessem ser melhor identificadas e reconhecidas.

Segundo Siliprandi (2009), as mulheres presentes nas Conferências citadas, defendiam "um olhar feminino sobre o mundo", faziam críticas ao consumo predatório dos países do Norte, que agravava a pobreza no Sul, e ressaltavam a importância das ações locais para a recuperação do meio ambiente. Além disso, tratavam das relações entre saúde e degradação ambiental, defendiam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e denunciavam que as consequências da crise ambiental recaíam sobre aquelas mais pobres, sem poder de voz ou de intervenção sobre o andamento dos processos, marginalizadas dos espaços de decisão.

Pode-se afirmar que a Eco-92 foi um espaço importante de debate sobre as questões ambientais e também foi local em que as mulheres apareceram de forma expressiva na cena pública internacional, reivindicando seu lugar na discussão ecológica.

Outro aspecto fundamental para considerar na discussão sobre desenvolvimento sustentável, diz respeito a ideia de um novo paradigma, as "sociedades ou comunidades sustentáveis".

Segundo Diegues (2003) o conceito de "sociedades sustentáveis" parece ser mais adequado que o de "desenvolvimento sustentável", pois as sociedades sustentáveis, possibilitam, definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que

pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política.

Diegues (2003) se contrapõe a visão de que o desenvolvimento é o foco da sustentabilidade, pois faz uma crítica à concepção de desenvolvimento, como estratégia e instrumento para se chegar a uma melhoria da qualidade de vida da população. Os conceitos de desenvolvimento e mesmo o chamado “sustentado” se baseiam na necessidade de se atingir o grau de “desenvolvimento” atingindo pelas sociedades industrializadas. Está cada vez mais claro que o estilo de desenvolvimento dessas sociedades, baseados num consumo exorbitante de energia, artificialmente barata e intensiva em recursos naturais, sobretudo aqueles vindos dos países do Terceiro Mundo, é igualmente insustentável a médio e longo prazo.

A partir dessas considerações é possível afirmar que a sustentabilidade traz consigo um paradigma do sistema capitalista. A preocupação com a manutenção do meio ambiente, que vem com um rótulo de sustentabilidade ambiental para a sociedade, pode apenas servir de máscara para as necessidades da própria indústria capitalista em manter e preparar recursos para o seu futuro funcionamento. Assim, o discurso em prol do meio ambiente, deixou de ser um argumento de ambientalistas para também ser apropriado pelo capital. Não apenas no sentido prático da necessidade de manutenção de recursos a serem utilizados no futuro; mas como um promissor mercado consumidor, uma vez que no marketing, a sustentabilidade vem sendo divulgada como uma nova forma de consumo, que abarque as preocupações com o futuro do planeta. Em meio a essa preocupação, a indústria tem fomentado a inovação de tecnologias que levem a marca verde. De qualquer forma, o interesse industrial é o de dominar um novo mercado consumidor.

Dessa maneira, quando analisamos a relação da sociedade e meio ambiente, ressalta-se a necessidade de pensar em uma sustentabilidade. Mas não uma sustentabilidade atrelada a lógica e as necessidades do grande capital, mas sim uma que respeite os limites ambientais do planeta como também considere integrante da natureza o próprio homem.

Na concepção de Boff (1999), em sua obra “Saber Cuidar: Ética do Humano”, o que a civilização precisa é superar a ditadura do modo-de-ser-trabalho-produção-dominação. Essa ditadura nos mantém reféns de uma lógica que hoje se mostra destrutiva da Terra e de seus recursos, das relações entre os povos, das interações entre capital e trabalho, de espiritualidade e de nosso sentido de pertença a um destino

comum. Libertados dos trabalhos desumanizadores, recuperaríamos o trabalho no seu sentido antropológico originário e com atividade criativa, capaz de realizar o ser humano.

Boff (1999) afirma, ainda, que sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor. Na prática a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente. O móvel deste tipo de desenvolvimento não está na mercadoria nem no mercado, nem no estado, nem no setor privado, nem na produção de riqueza. Mas na pessoa humana, na comunidade e demais seres vivos que partilham com ela a aventura terrenal.

Diante desse contexto, o debate sobre as agriculturas alternativas, torna-se cada vez mais necessário, pois estas promovem uma mudança na técnica da produção, respeitando a natureza, baseadas em conceitos ecológicos.

Segundo Darolt (2002), o movimento alternativo à agricultura convencional foi gradativamente incorporando várias correntes de pensamento, dando origem à agricultura biodinâmica, à agricultura biológica, à agricultura natural, à agricultura orgânica, à permacultura e à agricultura regenerativa, que se diferenciam conforme suas técnicas de produção. O conjunto dessas vertentes, na década de 1970, passou a ser denominado agricultura alternativa. A partir de 1980, uma disciplina de base científica conhecida como agroecologia, derivada da ecologia e da agronomia, passou a ser adota para designar o conjunto de práticas agrícolas alternativas.

Para Saquet (2010), a agroecologia nos remete a uma agricultura menos agressiva ao ambiente que promove a inclusão social, proporciona melhores condições econômicas para os agricultores e favorece a segurança alimentar dos produtores e dos consumidores em geral.

Vários pesquisadores, como Francisco Roberto Caporal, Stephen R. Gliessman, Miguel Altieri, José Antonio Costabeber, dentre outros, apresentam em suas obras, uma posição favorável ao modelo agroecológico, o que, mostra a relevância dessa temática.

Gliessman (2000), considera a agroecologia como a que proporciona conhecimento e metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Além disso,

para o pesquisador, a agroecologia, valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Altieri (2004), também as reflexões de Gliessman e destaca que, a agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

O referido autor ainda argumenta que a agroecologia oferece um arcabouço teórico metodológico para o esclarecimento das interações que permeiam os sistemas agrícolas ecológicos e também ajuda no entendimento de como eles funcionam. Destaca que a sustentabilidade de um sistema de cultivo agroecológico é proveniente do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos existentes no meio. Quando existe um equilíbrio destas condições e as plantas são resistentes a adversidades, o agroecossistema é produtivo e saudável.

Para Caporal (2011), a finalidade da agroecologia não é “levantar uma nova bandeira” de caráter revolucionário que proponha um novo paradigma “modernizador”, mas sim oferecer atividades de faceta transformadora. Esta articulação começa pelos saberes locais e tradicionais, valorizando-os e integrando-os à ciência para ter como consequência a produção do conhecimento orientado para a preservação socioambiental.

O autor ainda destaca que o conceito de transição é de vital importância para a ciência agroecológica, pois a transição agroecológica insere gradualmente mudanças de cunho ecológicas nos agroecossistemas. Mas essas mudanças não são apenas no manejo da propriedade, com a substituição de práticas agrícolas convencionais por práticas ecológicas, referem-se a modificações no procedimento econômico, político, social e cultural, englobando mutações tanto na racionalidade econômico-produtivo como também nas ações e percepções dos atores envolvidos no programa agroecológico.

Caporal e Costabeber (2004) ainda ressaltam que, para que os pressupostos agroecológicos sejam respeitados, essa agricultura deve primar pela conservação dos recursos naturais, respeitar os aspectos sociais e culturais, propiciar força política e empoderamento dos atores envolvidos, obter bons resultados econômicos, possuir uma perspectiva durável, ou seja, deve ser uma agricultura sustentável.

Altieri (2012a), também destaca que para isso, é necessário além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores

públicos, com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. Enfatiza que é necessária uma transformação mais radical na agricultura, que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas, que conformam e determinam a agricultura.

Segundo Altieri (2012b), os movimentos camponeses e indígenas, organizados que se baseiam na agricultura, como o movimento camponês internacional da Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, há muito tempo sustentam que os agricultores precisam da terra para conduzir a comida para suas próprias comunidades e seu país.

É neste contexto que está inserida a produção agroecológica dentro de assentamentos de reforma agrária. O MST, durante a ocasião do IV Congresso do MST, em 2000, na cidade de Brasília, “amadureceu” ideias acerca da necessidade de propor novas formas de organização da gestão do MST e novas formas de organização da produção. Como alternativa renovada, suscitou o debate sobre a agroecologia.

Nessa perspectiva, os camponeses se configuram como elemento central na construção do desenvolvimento rural sustentável, pois promovem um diálogo entre os saberes que lhes foram passados de geração em geração (saberes populares) e os saberes científicos e técnicos. A junção de conhecimento contribui para a valorização e empoderamento de cada integrante do movimento, cuja meta, dentre outras, é a construção de novos modelos de agricultura. A partir da fala de um assentado, que já foi liderança do MST, podemos compreender como foi o início das discussões sobre agroecologia no movimento.

Em 2002, eu entrei pro MST, retornei do Paraguai e peguei o movimento em mudança, o movimento tinha uma certa organicidade por grandes regiões, e os objetivos das famílias que participavam era conquistar a terra. E quando o movimento foi estudando que não era só conquistar a terra para resolver os problemas, então foi criado um novo jeito de se organizar, dividir por brigada de 50 famílias. Foi onde, que nós tivemos o bom senso de fazer as Jornadas de Agroecologia, pra tentar ver se nos conseguia dar qualidade, pra fazer uma produção contrapondo o sistema de produção, que expulsou o camponês da terra. Então essa discussão eu encarrei desde o início, no movimento. E eu fui testemunha de muitas prozas, em muitos locais. (Dalmeri, 2014)<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Entrevista realizada, com assentado do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

Por meio da narrativa exposta, podemos entender que a organização do MST, depende primeiramente de toda uma estrutura, dividida em setores, que são a frente de massas<sup>35</sup> composta por quem gerencia a luta pela terra; o setor de produção quem gerencia as cooperativas, faz o acompanhamento técnico, os projetos de investimentos, o setor de finanças, formado por quem gerencia os gastos, os investimentos e faz a prestação de contas; a comunicação, os que fazem a assessoria de imprensa, trabalha em rádios comunitárias e jornais; o setor de gênero, o que promove as discussões, debates, sobre as relações de gênero; o setor de saúde, composto por quem desenvolve a medicina popular, hortas medicinais e ações em medicina social e comunitária e o setor de educação, composto por quem cuida da alfabetização de jovens e adultos, escolas itinerantes em acampamentos e escolas formais em assentamentos.

O coletivo que define as principais ações políticas do movimento é a Direção Estadual, em cada Estado brasileiro, participam dessa estrutura organizacional dirigentes com diferentes funções, nos setores já mencionados.

Com o passar do tempo as direções perceberam que era necessário democratizar mais as decisões tomadas em assentamentos e acampamentos. Dessa forma, novos mecanismos de organização e gerenciamento foram criados, visando uma maior participação da base, ou seja, das famílias dos camponeses, aproximando-as da direção.

Foi então quando criaram as brigadas. As brigadas são coletivos que envolvem 500 famílias assentadas e acampadas organizadas regionalmente, assumindo diferentes funções na coordenação do MST. Atualmente, existem no Paraná mais de trinta brigadas.

No sistema de brigada, a ênfase é a ampliação da participação da base nos núcleos de famílias. Cada família acampada ou assentada se insere em um Núcleo de 10 famílias, participando ativamente na eleição de um Coordenador e uma Coordenadora que venham a desenvolver os trabalhos de base nestes lugares, abordando temas diversos e debatendo sobre suas principais necessidades.

Conforme o assentado demonstra em sua fala acima, foi a partir da organização em brigadas, que o debate sobre a agroecologia se intensificou no movimento, ainda cita a Primeira Jornada Paranaense de Agroecologia, esta que ocorreu em julho de 2002 em Ponta Grossa, ano em que o assentado entra para o MST. Esta Jornada reuniu 5.000

---

<sup>35</sup> É importante frisar que as lideranças que organizam as linhas políticas do MST, sempre consideraram os camponeses, sem-terra ou assentados, que participam da organização como massa.

pessoas de todas as regiões do Paraná, provenientes de assentamentos e de entidades como, igreja, ONGs, sindicatos.

A criação das jornadas teve como finalidade criar um evento anual de estudo e debate sobre a agroecologia. Nestes eventos, o Movimento e seus parceiros procuraram fazer a formação de acampados e assentados, através de oficinas, e o aprimoramento político, por meio de palestras e debates, para que depois em seus lotes nos assentamentos e acampamentos, pudessem pôr em prática o que aprenderam. Na organização desses eventos, participavam também o CAPA (Centro de Apoio ao Pequenos Produtor), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CRESOL (Sistema Cooperativo de Crédito Solidário), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), a Rede ECOVIDA (entidade que promove a Certificação Solidária), entre outras instituições.

A Terceira Jornada ocorreu em 2004, sob o lema “Construindo um projeto popular e soberano para a agricultura camponesa: por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”, no “Centro Chico Mendes de Agroecologia”.

Em 2005 as Jornadas foram realizadas no município de Cascavel. Em março de 2006, a Jornada ocorreu com manifestações do MST em uma fazenda da Syngenta, localizada em Santa Tereza do Oeste, onde a empresa desenvolvia seus experimentos na região do Oeste paranaense.

O MST ao ocupar a referida fazenda, apontou o desrespeito à Legislação Ambiental pela Syngenta, pois a mesma cultivava experimentos transgênicos a menos de um km do Parque Nacional do Iguaçu, a ação serviu para denunciar o desrespeito da empresa e dos demais produtores com as normativas ambientais.

A primeira ocupação na Syngenta Seeds durou 16 meses. Em 22 de outubro de 2007, a fazenda foi reocupada, mas na ação, uma milícia fortemente armada foi de encontro a ação dos sem-terra, ocorrendo a morte de um militante do MST.

Em 2008, quando ocorreu a Sétima Jornada, o MST, reuniu 4.000 pessoas e articulou marcha pelas ruas de Cascavel, para denunciar a violência praticada pela Syngenta, assim como difundir a agroecologia.

O tema da 13ª Jornada de Agroecologia, de 2014, ocorrida em junho no município de Maringá (Norte/PR), foi “Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos”.

Portanto desde 2002, essas jornadas são um espaço de formação política, organizadas em escala estadual, para difundir a agroecologia, através de palestras,

oficinas, abarcando conhecimentos técnicos, mas também tradicionais, consolidando uma espécie de escola popular e camponesa sobre a luta cotidiana pela agroecologia. Além de ser um importante momento para a realização de marchas e manifestações, contra o capital monopolista, contra os transgênicos, o agronegócio, a agrobiotecnologia, entre outros.

O MST então, a partir desse viés agroecológico, propôs que esse modo de produzir, fosse implantado, nos assentamentos de reforma agrária.

No assentamento Ander Rodolfo Henrique, a agroecologia foi uma tomada de decisão política, de ruptura com o modelo convencional de produção agropecuária, decisão essa, tomada desde a implantação do assentamento em 2003.

A medida foi tomada por uma coordenação do assentamento que além de definir a matriz tecnológica agroecológica definiu também, algumas normas que estão no PDA (2003), como; a não utilização de sementes híbridas, não ao plantio de eucalipto, proibição de queimadas, não utilização de vermífugos, boricidas e carrapaticidas em animais. Conforme o PDA,

(...) na linha de produção agrícola, fica definida a proibição de uso de qualquer produto químico, quer seja na lavoura ou pastagens, açudes, gado de leite e corte e animais como galinhas, porcos entre outros. A mesma definição deverá ser respeitada por todos sem exceção. Pois, as famílias optaram a linha de produção 100% orgânica. Cabendo a todos reflorestar e proteger as nascentes, o meio ambiente de maneira geral". (PDA, 2003, p. 34).

Na fala abaixo verificou-se que às mudanças do sistema de produção convencional para o agroecológico ocorrido no Ander R. Henrique se deu no início do governo Lula com a ajuda da ITAIPU e do INCRA. Ainda segundo o assentado, pode-se notar que as discussões que contemplavam tais mudanças podem ser consideradas como pioneiras no estado do Paraná.

(...) surgiu a discussão, no início aqui, o primeiro assentamento, do Estado do Paraná, foi conscientizar as famílias que estavam assentadas a não usar químicos, fazer uma produção diferenciada, o que fez nós convencer essas famílias? Que nós ia mudar o sistema de produção, e a própria ITAIPU o INCRA na época, no início do governo Lula, deram uma força, mas foi um propaganda enganosa, porque nós não conseguimos, eles não cumpriram aquilo que disseram pra nós, que a produção do assentamento ia ter um preço especial, e nós aguentamos

aqui uns 10, 11, anos na agroecologia, na coragem, todos aqui eram agroecológicos. (Dalmeri, 2014)<sup>36</sup>.

Conforme os relatos do assentado, o desenvolvimento da agroecologia no assentamento Ander Rodolfo Henrique, perdurou por 11 anos. Das 108 famílias do assentamento, hoje 23 são agroecológicas, sendo que uma família possui certificado de orgânico na Rede Ecovida.

A partir da fala dos assentados e assentadas, podemos analisar os motivos, pelos quais, a maioria das famílias optaram pela volta da produção convencional.

Um dos motivos apontados, está relacionado com a falta de assistência técnica e incentivo do governo para a implementação desse sistema agrícola. Tal fato está expressa na fala da assentada abaixo:

O lote agora não é mais agroecológico, pois o pessoal sentiu muita dificuldade, por que foi assim, agora é agroecologia e vocês se viram, mas não veio uma assistência técnica, não veio um dinheiro específico, nenhum incentivo pra mexer com isso né. Era só proibido o veneno, mas só isso não basta. (Tatiane, 2014)<sup>37</sup>.

Pode ser verificado nas falas seguintes que a invasão do mato também é um dos fatores limitantes ao desenvolvimento da agroecologia.

(...) quase ninguém vencia limpar, faz um ano então que a maioria do pessoal passou a usar químico, mas antes o pessoal produzia o leite (...). Então o pessoal de certa forma, tinha deficiência né, de manter os animais sem químico e tal e muitos perderam gado aí, porque era uma definição política do assentamento. (Antônia, 2014)<sup>38</sup>.

A falta de mercado para escoamento do produto também é apontado como um dos fatores que limitam a produção orgânica. “Na verdade o sistema não proporcionou nós continuar. Por que o pessoal produzia de uma forma diferenciada, mas quando ia vender não tinha mercado”. (Dalmeri, 2014)<sup>39</sup>.

A ausência de mão-de-obra no campo também é um fator que restringe a prática da agroecologia no assentamento Ander Rodolfo Henrique. Tal limitação é evidente na fala a seguir: “Outra situação que o assentamento enfrentou e está enfrentando é que a

---

<sup>36</sup> Entrevista realizada, com assentado do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>37</sup> Entrevista realizada, com assentada do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>38</sup> Entrevista realizada, com assentada do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>39</sup> Entrevista realizada, com assentado do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

juventude não quer mais ficar na terra. Acho que esse é um dos principais problemas, por que daí não tem mão-de-obra para trabalhar também né”. (Dalmeri, 2014)<sup>40</sup>.

Outro problema relatado pelos assentados é que apesar da produção de alimentos orgânicos desprender maior força física e seja um processo laborioso, o produto é comercializado com o mesmo preço que aqueles produzidos convencionalmente. A fala abaixo deixa claro essa situação:

Foi difícil, muito trabalho na roça, tudo na enxada, cursos de capacitação tinha, mas ajuda não tinha, só tinha as reuniões deles. O Milton ia mais nas reuniões, e o valor do produto era a mesma coisa na hora de vender, muita gente mesmo planta e vende fora, por que o município aqui não ajuda muito também. (Dolores, 2014)<sup>41</sup>

As famílias que continuaram no sistema de produção agroecológico, diferentemente do restante, afirmam gostar de trabalhar com a agroecologia, porém também encontram dificuldades, por ser uma tarefa mais árdua.

(...)A gente mexe com agroecologia, na produção de leite, milho, mandioca, verdura, nós vendemos o leite e o milho é pro gasto, para tratar as vacas, fazer silagem. Não sinto dificuldades para trabalhar com a agroecologia só é um pouco mais pesado. Depende só de braço, é eu, meu marido e o meu outro filho, só em três, em sete alqueires, nós paga as horas para o trator da prefeitura e vamos fazendo. (Maria, 2014)<sup>42</sup>.

Outros assentados mesmo desistindo da agroecologia em sua propriedade, afirmam que não usam em grandes quantidades os agrotóxicos: “A gente leva o negócio controlado, porque não quer se afundar em veneno, a gente passa um pouquinho onde precisa”. (Ivone, 2014)<sup>43</sup>.

Além disso, muitos outros assentados, mesmo não adotando integralmente a prática agroecológica, mantêm em seus lotes uma diversidade de alimentos, onde não é utilizado agrotóxicos. Esses produtos por sua vez, são comercializados no PAA<sup>44</sup> e no PNAE.

---

<sup>40</sup> Entrevista realizada, com assentado do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>41</sup> Entrevista realizada, com assentada do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>42</sup> Entrevista realizada, com assentada do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>43</sup> Entrevista realizada, com assentada do Ander Rodolfo Henrique, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>44</sup> O PAA, foi criado em 2003 como uma das políticas estruturante do Programa Fome Zero. Através dele podem ser adquiridos alimentos diretamente dos agricultores. Seus objetivos são, por um lado, incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional. Por outro, contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e colaborar na formação de

No assentamento Antonio Companheiro Tavares, a agroecologia ainda está em processo de transição. Até agora 30 famílias estão inseridas nesse sistema, dentre as 30, 10 estão em processo de transição, portanto formaram um grupo, pois são as famílias que possuem toda a propriedade agroecológica e em processo de certificação pela Rede Ecovida.

Quando foi elaborado o PDA do assentamento Antonio C. Tavares em 2005, ficou definido junto às famílias e a equipe técnica, quais atividades produtivas que deveriam ser desenvolvidas no assentamento. A decisão foi que a maior parcela da unidade produtiva seria destinada à produção de leite ou grãos (soja e milho) e também uma parcela seria destinada para a produção de mandioca e abacaxi, como alternativa de renda. De todos os sistemas produtivos propostos, priorizam uma parcela, para o consumo familiar.

As famílias do referido assentamento desenvolveriam suas parcelas produtivas, através da aplicação de recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Porém, houve atraso deste crédito de investimento, e os recursos para assistência técnica ficaram travados para os assentamentos. O tempo passou e as famílias buscaram outros recursos para fazer investimentos no lote.

Até esse período, todos cultivavam soja e milho, em mais da metade da área que possuíam.

Souza (2010), após realizar pesquisa no assentamento Antonio C. Tavares, intitulada de “Proposta de um Índice de Conformidade ao RPV (Pastoreio Racional Voisin)”, constatou que, no período de 2005, todas as famílias cultivavam soja ou milho, em pelo menos cinco hectares da sua unidade produtiva, ou seja, metade da área que possuíam. Até então a renda monetária líquida anual gerada era de R\$ 2.620,00, ou mensal de R\$ 218,34, no caso da soja. O milho gerava uma renda de aproximadamente R\$ 4.792,40 por ano ou R\$ 399,34 por mês. O preço desses grãos estava em alta e as condições climáticas estavam favoráveis.

Esta renda, segundo o PDA (2005), é uma renda que estava abaixo do mínimo que o INCRA utiliza como referência, que são três a quatro salários mínimos por mês, mesmo considerando que toda a área fosse cultivada com um dos grãos.

---

estoques. Podem participar do PAA homens e mulheres agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Para participar do programa é preciso estar enquadrado nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF). O PAA paga pelos produtos fornecidos preços de referência estabelecidos regionalmente, até um determinado limite de valor entregue “por unidade produtiva familiar”. (Siliprandi, 2011, p. 157).

Foi nesse período que se iniciou um processo de grandes perdas econômicas. As famílias do assentamento Antonio C. Tavares não conseguiram obter renda suficiente para pagar os recursos investidos nas lavouras de grãos e isso gerou um grande endividamento. Os principais fatores que causaram essas perdas foram as estiagens prolongadas ocorridas durante três safras consecutivas e a queda dos preços dos grãos, que são definidos pelo mercado internacional e que independem de questões locais, como por exemplo, os fatores climáticos. Diante desse contexto, houve gradativamente uma mudança da atividade desenvolvida pelas famílias, que passaram a optar pela diminuição do cultivo de grãos e pela ampliação da produção de leite.

A atividade leiteira então cresceu no referido assentamento, pois estava conseguindo gerar renda mensal e não ocasionava endividamentos. Em consequência do aumento da atividade leiteira, houve uma redução de agrotóxicos e de adubos, auxiliando na conversão para a agroecologia.

Atualmente no assentamento Antonio C. Tavares a maioria das famílias não cultiva grãos para comercialização e o leite é a principal atividade, além do que permitiu uma adoção de formas mais ecológicas para a realização da produção.

Ao observar esses acontecimentos, vê-se que o assentamento estava e continua passando por um processo de conversão à agroecologia. Como é natural que ocorre, esse processo está mais avançado em algumas propriedades e menos em outras.

Dentre as decisões que levam os agricultores a realizar agroecologia destaca-se o fato de que a utilização de agrotóxicos na agricultura convencional acarreta problemas de saúde.

Qualidade de vida, porque na verdade, que nem o Gilberto já se intoxicou com veneno e ele falou que foi péssimo, e a gente também tem filho pequeno que brinca, que corre lá fora, que nem nosso vizinho, que o menino pegou um negócio no pé e depois descobriram que era derivado de veneno, o solo contaminado e o menino pisou em cima. Daí nós optamos, a mais de dez anos já, a não usar veneno. (Adriana, 2014)<sup>45</sup>

Outra vantagem está no fato de que os assentados reconhecem que a ingestão de produtos orgânicos não oferece riscos à saúde, o que leva a entender que entre alguns assentados essa prática está relacionada com qualidade de vida e não com a finalidade

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada, com assentada do Antonio Companheiro Tavares, em trabalho de campo, julho de 2014.

econômica. Apesar da dificuldade de manejo dos produtos orgânicos, o aspecto positivo de seu consumo pode ser detectado na fala das assentadas abaixo:

Tem dificuldades, porque a maioria do que tu planta dá trabalho pra limpar. Mas eu acho que ainda compensa, é melhor tu poder entrar na horta e tirar uma verdura pra comer, que seja saudável, do que tá tudo limpinho ali, e tu tem que ficar lavando o alimento em 4, 5 águas. (Marli, 2014)<sup>46</sup>.

Interessante notar que para alguns assentados a agroecologia é mais do que uma estratégia de desenvolvimento agrícola, sendo considerada como uma filosofia de vida. Mas uma vez essas evidências apontam para o fato de que essa prática é realizada por satisfação pessoal, no qual está fortemente associada com condições mais saudáveis de vida. Essas assertivas podem ser verificadas na fala da assentada abaixo:

É tipo assim, nós fazemos porque a gente gosta e se identifica com isso. Que nem agora, a gente tá pra ser certificado né e sendo certificado a gente pode comercializar também pelos programas 30% a mais. Mas não é esse o nosso objetivo, pela questão financeira né, é de você produzir mesmo um alimento de qualidade pra família, pra gente poder também comercializar nos programas e mais pra frente na cooperativa e colocar também no mercado, num preço acessível, porque é isso que eu falo nas reunião. (Simoni, 2014)<sup>47</sup>.

Nesse sentido, a agroecologia está sendo praticada nos assentamentos devido à crescente preocupação dos assentados em relação a qualidade de vida. A trajetória de lutas de vários dos assentados tem demonstrado que experiências pretéritas com veneno não lhes trazem boas recordações e pelos seus relatos, as experiências foram as menos positivas possíveis.

A agroecologia vista como atividade econômica para algumas famílias não é viável, tendo em vista que os trâmites burocráticos principalmente os relacionados com a obtenção de certificados significa uma constante fiscalização da produção dos assentados pelos órgãos competentes. Atrelado a isso, pesa a questão da desvalorização desses produtos mesmo que demandem considerável esforço físico e tempo durante sua produção.

---

<sup>46</sup> Entrevista realizada, com assentada do Antonio C. Tavares, em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>47</sup> Entrevista realizada, com assentada do Antonio Companheiro Tavares, em trabalho de campo, julho de 2014.

Contudo as pessoas que praticam a agroecologia, mesmo com percalços, a preferem como meio de produção em seus lotes, pois não estão preocupados com a questão financeira e sim com uma vida mais saudável e tentando levar um exemplo de sustentabilidade para as pessoas em geral, conforme podemos perceber na fala a seguir, do senhor Alfredo Corbi.

No mercado quem é que vai comprar produtos por serem agroecológicos se tiver o preço mais alto, o pobre? Não! E se tem o mesmo preço, o pobre vai chegar lá e vai dizer, á eu vou comprar isso! Então são essas questões, de pensar no ser humano, porque se eu sou contra o agronegócio, eu vou colocar um preço alto, pra eles comerem sem veneno? Porque a elite pode comprar, não é o assalariado que vai comprar, então eu não me importo se eu ganhar o mesmo preço, e como eu participo no PAA o governo paga 30% a mais para nós e quem vai comer é o pobre, porque o governo doa né. (Alfredo, 2014).

Diante dessas considerações, as mudanças ocorridas no sistema produtivo do lote, com a transição para a agroecologia beneficiou a qualidade de vida tanto dos produtores, quanto dos consumidores, além de promover mudanças no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, indo na direção da mesma perspectiva da ética do cuidado com o meio ambiente e com os seres humanos, enfatizada anteriormente por Boff (1999).

Em adição, a participação em experiências agroecológicas possibilitou a ampliação do espaço de atuação das mulheres assentadas (em ambos os assentamentos pesquisados) para além de atividades que habitualmente costumam realizar no assentamento.

Percebemos que a agroecologia permite uma maior valorização de atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres na organização familiar do lote, como horta, pomares, animais domésticos, quintal, processamento de produtos como polpas e massas. As mulheres se envolvem em várias etapas do processo produtivo, além disso as que participam de conversas com técnicos, do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) por exemplo, ou que participam de mobilizações e grupos de troca de experiência referentes a agroecologia, possuem um maior contato com o espaço público, exterior ao lote. Dessa forma, adquirem novos conhecimentos e habilidades, o que possibilita um reconhecimento sobre o trabalho que desenvolvem e conseqüentemente o aumento da autoestima e estímulos para que continuem. Isso acontece também se participarem de alguma feira.

O fato das mulheres poderem obter renda pelo seu trabalho, já que elas são quem detém maior conhecimento dos produtos da agroecologia (frutas, verduras, temperos, hortaliças, processamento de produtos caseiros) e que geralmente são comercializados no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) aumenta o seu poder dentro da família, permitindo assim, avanços quanto a sua autonomia.

Vale destacar que por determinação da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) a partir de 2013, os projetos aprovados de PAA e PNAE, dentro dos assentamentos, devem possuir uma quantidade de 30% em nome de mulheres.

Através da fala da Dona Maria do assentamento Ander R. Henrique, quando questionada, de um modo geral, sobre o papel que as mulheres desempenham dentro do lote, podemos verificar algumas dessas considerações sobre o poder de decisão das mulheres.

É de tudo um pouco. Bom, a maioria dos incentivos vem das mulheres, as ideias melhores acho que parte das mulheres. Isso é porque temos que mexer com tudo né! É lá fora é aqui dentro, é cuidar dos filhos é almoço na hora certa, é mandar os filhos pra escola, é sempre as mulheres (...) eu digo as melhores ideias porque pelos homens eles plantavam tudo junto, sem organização, esses dias mandei ele capinar o mato ele me cortou fora os pés de chá, ou então planta as minhas verduras onde tem sombra! (MARIA, 2014).

Podemos verificar que sem as mulheres os homens não conseguiriam realizar as atividades comumente realizadas por elas no assentamento. Através da fala, percebe-se que a mesma assumiu seu papel de grande importância nas decisões referentes a família e ao lote, pois acredita em sua capacidade intelectual e afirma que as melhores ideias são dela, além do incentivo, que é muito importante para a realização de atividades diversas relacionadas ao lote e isso é possível devido as portas abertas proporcionadas pela agroecologia, que lhe proporcionou uma nova perspectiva de agricultura.

Na fala de Tatiane, também podemos observar essas relações,

Bom, se for pegar o meu marido, vamos dizer assim, ele gosta de mexer nas coisas mais grossas né, do serviço pesado. E pra mulher vamos dizer assim é mais para as coisas pequenas, é pensar, é a razão é ter paciência com os filhos, por que homem para dizer a verdade não tem muita paciência. (TATIANA, 2014).

Através da fala de Tatiana, podemos perceber que a mesma não se considera apenas mão-de-obra no lote e sim como detentora da razão, do pensar, da paciência, mesmo que atribui “as coisas pequenas” como trabalho de mulher, o que dá a entender que são atividades mais relacionadas com a casa e o quintal, mas mesmo assim, ela percebe que a mulher tem uma sensibilidade maior para as questões ecológicas.

Entretanto este processo que aumenta a decisão das mulheres e lhe confere mais autonomia, verificado com a sua participação em políticas públicas, também pode lhe causar maior marginalização. Pois se o sistema produtivo aumentar e integrar-se mais fortemente com o mercado, as relações se invertem, as atividades que são de domínio das mulheres passam a ser controladas pelo homem, e as mulheres voltam a atuarem como auxiliares.

Dessa forma, é preciso desestabilizar a lógica patriarcal e abrir espaços para mudanças e reconhecer as mulheres para além dos papeis tradicionais, (mantenedora da casa, da família, dos filhos). Sobre essa questão do patriarcalismo Siliprandi (2009), afirma que, para quebrar lógica patriarcal é preciso que haja um processo de “empoderamento”, que vai depender, basicamente, de que as mulheres consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos políticos ativos, nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade. Enfim, que elas sejam reconhecidas.

As assentadas que assumiram a transição para a agroecologia no seu lote o fizeram por vários fatores. Por representar uma alternativa viável de melhoria nas condições de vida das famílias, conforme a fala da Dona Marinês, do assentamento Antonio C. Tavares.

Justamente, é pela qualidade de vida, é você viver melhor, você não viver com medo que você vai se intoxicar de veneno, você usar as coisas natural né. O objetivo nosso da agroecologia é você saber que o seu alimento não tem contaminação, que você pode dar pra alguém comer. Então essa é a questão que fez com que a gente aderisse isso aí. (MARINÊS, 2014).

Siliprandi (2009), ao desenvolver sua pesquisa sobre mulheres e agroecologia enfocando-as como novos sujeitos políticos no campo, afirma que,

toda a discussão sobre a alimentação saudável feita por essas mulheres tem um forte componente relacionado com a saúde. Desde a questão mais básica, que é não passar fome e não ficar desnutrido, até outros aspectos relacionados com a sanidade dos produtos – estarem livres de

resíduos de agrotóxicos, de aditivos, corantes e conservantes; serem frescos, puros, pouco processados. Comer bem e com qualidade é um pressuposto para se ter disposição, vontade de trabalhar, assim como alegria de viver; e se essa é uma conquista que resulta diretamente do seu trabalho, é motivo de orgulho maior ainda. (SILIPRANDI, 2009, p. 256).

A compreensão de Siliprandi (2009) está relacionada com a pesquisa em questão, pois as mulheres sabendo que os produtos são frutos do seu trabalho e que estão sem veneno têm orgulho em compartilhá-los com outras pessoas, como cita Marinês a cima. Outras mulheres também possuem essa compreensão, para Nina, “a mulher tem mais sensibilidade para a produção orgânica, porque a mulher já cuida da família, da saúde, do que vai pôr na panela” (NINA, 2014).

As mulheres assumem a agroecologia também, por a considerarem uma filosofia de vida, conforme argumenta Simoni quando questionada se enfrenta muitos problemas com essa produção.

Olha eu não acho difícil, só que você tem que ter força de vontade, determinação e tem que trabalhar, principalmente com a enxada né, e é assim, você não usa veneno, tem uma grama doida que entra no meio da tua roça e tem que ir carpir, tem o mato vindo, você tem que carpir, usar o arado. Que nem a gente usa um aradinho com o cavalo né, a junta de boi e a enxada. Se tem que ter vontade, determinação, na verdade é uma filosofia de vida a agroecologia. (SIMONI, 2014).

A agroecologia, dessa forma, pelo olhar das mulheres, permite compreender que as pessoas possuem uma autonomia em relação à forma que decidem produzir; (isso relaciona-se com o fato de encarar a agroecologia como filosofia de vida) quanto à forma que decidem se alimentar e aos cuidados com o meio-ambiente, e com a saúde das pessoas. As mulheres também estão atentas quanto ao uso dos agrotóxicos e possuem uma rejeição quanto a isso, elas sabem de suas consequências sobre a vida das pessoas e para o meio ambiente.

Dessa forma, o desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia, poderão ser sustentáveis se forem baseados no modo de produção camponês e contemplarem uma outra relação entre as pessoas e a natureza, pautada no enfrentamento contra o agronegócio, para que aconteça a condição de implantação de uma agricultura alternativa.

Existem resistências e conquistas das mulheres muito importantes no contexto da agroecologia, construídas na esfera do trabalho e da vida cotidiana. Mas, as

conquistas não estão desconectadas de um contexto de lutas feministas realizadas nos movimentos sociais, principalmente. Nesse sentido, por meio do trabalho das mulheres na agroecologia e suas lutas em movimentos feministas, encontra-se a possibilidade de seu empoderamento.

### **CAPÍTULO III**

#### **O TRABALHO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES E ANDER RODOLFO HENRIQUE**

*“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.*

*(Margarida Maria Alves)*

O trabalho feminino no campo, contribui de forma significativa para a permanência da família na terra, pois as mulheres desenvolvem uma série de atividades no lote, em casa, na agroecologia, em políticas públicas. No entanto a divisão sexual do trabalho, atribui papéis distintos para cada um dos sexos. Geralmente às mulheres é reservada a esfera do privado, na família rural são educadas para assumirem as atividades reprodutivas e domésticas e mesmo que desenvolvam tarefas fora do lar, seu trabalho não é reconhecido, considerado como uma ajuda, ou como um “não-trabalho”. Enquanto o homem assume o papel de provedor da família, sendo lhe reservado o local público e da produção.

Diante disto, as mulheres camponesas começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, em associações, lutando pelos seus direitos. O MST foi o que impulsionou a criação de alguns desses grupos, denunciando e

combatendo as formas de discriminação as mulheres, principalmente quando o movimento passou por reformulações. As principais demandas das mulheres estavam ligadas a igualdade de direitos, melhores salários, oportunidades de posse da terra, titulação dos lotes, entre outras.

Na atualidade, as mulheres reivindicam com maior ênfase a inserção nas atividades produtivas, acesso ao crédito, políticas públicas e assistência técnica. Ganha importância também a relação entre gênero e agroecologia com destaque para o trabalho das mulheres na preservação do meio ambiente.

Com base nesse contexto, o presente capítulo, utilizando o gênero como categoria de análise, permitirá a problematização da luta das mulheres camponesas nos movimentos sociais no Brasil e a análise do seu trabalho e decisões nos assentamentos rurais pesquisados, enfocando o seu trabalho no âmbito do lote, em atividades comerciais, domésticas, formação profissional e política, buscando contribuir para a visibilidade do trabalho das mulheres no campo.

### **3.1 O conceito e as desigualdades de gênero**

As categorias homem e mulher são socialmente construídas. A sociedade formula um padrão sociocultural que determina como deve ser o papel masculino e o feminino, definindo, por exemplo, “o que é coisa de mulher e o que é coisa de homem”. Dessa forma aprendemos a ser homens e a ser mulheres e a aceitar como “naturais” as relações entre os gêneros, definidas social e culturalmente.

Scott (1995) pontua que gênero pode ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. É a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres. Gênero ainda pode ser entendido como a organização social da diferença sexual, em uma relação assimétrica e de poder.

Segundo Vannuchi (2010), a despeito das relações de gênero serem desiguais e marcadas pela supremacia masculina, é preciso fugir da perspectiva de vitimização da mulher; primeiramente, porque as relações de gênero são interpessoais, de interdependência, e como tal pressupõe responsabilidades mútuas na relação de poder

estabelecida. Mas, sobretudo porque vitimizar é contribuir para a instalação do sentimento de impotência, é fragilizar.

Vannuchi (2010), ainda pontua que em cada momento histórico, um processo específico de socialização, realizado por indivíduos e/ou instituições responde pela internalização, nos sujeitos sociais. A educação que a criança irá receber no seio da família, primeira instância de socialização, tem peso fundamental e é a primeira responsável pela construção dos modelos de meninas e de meninos, exercendo uma ação domesticadora sobre ambos os sexos, mas não indistintamente, posto que “o modelo feminino é muito mais artificial, envolvendo maior grau de repressão e subordinação” (WHITAKER, apud, Vannuchi, 1989, p. 64).

As crianças possuem papéis e comportamentos pré-determinados, impostos por suas famílias com o intuito de moldá-los conforme o que acham que é papel feminino e masculino. Os meninos, por exemplo, ganham brinquedos que estimulam a capacidade de resolver problemas, a criatividade, o raciocínio lógico, tais como: legos, caixa de ferramentas de plástico para montar e desmontar carrinhos e caminhões, postos de gasolina montáveis, armas de brinquedo, autorama, aeronaves, bonecos de guerras, dinossauros, bola, entre outros. Essas são brincadeiras que ativam os movimentos corporais, além de promoverem comportamentos ativos, audaciosos e ousados. Apesar de serem estimulados fisicamente em contrapartida seus sentimentos são reprimidos com expressões como “homem não chora”, “homem é forte”.

Às meninas estão reservadas as brincadeiras relacionadas com fogãozinho, panelinhas, ferro de passar de plástico, cozinhas, vassourinhas, uma infinidade de eletrodomésticos e bonecas com acessórios diversos (mamadeiras, chupetas, roupas, escova, maquiagem), brincam de casinha, de salão de beleza, de mamãe e filhinha, de comidinha, ou seja, brincadeiras que estimulam a permanência da criança na esfera do privado. Suas atividades na maioria das vezes reproduzem o universo doméstico, além de “aprenderem” a ser boas mães e esposas.

Na verdade as crianças carregam em sua essência a vontade de brincar com vários brinquedos, são movidas pela curiosidade e pela aventura. Entretanto, são os adultos que pré-estabelecem comportamentos de meninas e de meninos e que impõem o tipo de brinquedo “correto” para cada sexo. Tal preocupação em categorizar as brincadeiras pode estar relacionada com diversos fatores, um deles é o de “influenciar” na futura escolha sexual da criança.

Outra especificidade comportamental, segundo Vannuchi (2010) é que as meninas, ao contrário dos meninos, são incentivadas posturas dóceis, de aquiescência e submissão, traduzidas como predicados de feminilidade são, mesmo que de forma implícita, estimuladas a fazer do choro poderosa arma, utilizável em qualquer situação de conflito, porque quando choram percebem-se acolhidas, confortadas e protegidas.

Assim, podemos perceber que as diferenças de gênero iniciam-se na infância e refletem na vida adulta. Essas diferenças são estabelecidas culturalmente por uma grande maioria das sociedades, das famílias, das religiões, muitas vezes na escola e na universidade. Não é apenas a característica biológica de um indivíduo, ou seja, o órgão sexual que vai determinar suas preferências ou personalidade.

No decorrer da história, as mulheres são discriminadas pelo fato de serem mulheres. Por exemplo, a religião, dentre elas a cristã, desde seus primórdios situou a mulher em segundo plano. Na explicação bíblica<sup>48</sup> da origem do pecado, Eva ao comer o fruto proibido torna-se a responsável por Adão e a humanidade não herdar o paraíso, a partir de então o homem deve arcar com o próprio sustento e a mulher sofrer as dores do parto, além de ser dominada pelo marido.

Ainda com relação a religião, pode-se citar o exemplo da igreja católica, no período da Inquisição em que, agia de forma implacável contra todos e principalmente as mulheres que desafiasse seus princípios. Atualmente a mulher ainda aparece como figurante, auxiliar, não lhe é permitido desempenhar as mesmas funções do homem durante a celebração mais importante, a chamada missa.

Nas décadas de 1950 e 1960 as mulheres estavam restritas as atividades do lar e o homem considerado o provedor do sustento da família. Nessa época a mulher era vista como se suas principais atividades fossem aprender a cozinhar e a cuidar da casa. Quanto a educação era mais aceitável uma mulher abandonar os estudos, para aprender a costurar, bordar, cozinhar, no máximo, poderia fazer o magistério para tornar - se professoras, pois o ideal era aprender as consideradas “atividades de mulheres” para posteriormente reproduzi-las no casamento. Vale ressaltar que as mulheres que decidiam não se casar nessa época, eram alvos de inúmeras chacotas e preconceito<sup>49</sup>.

Já o ambiente do trabalho urbano, mesmo na atualidade, é menos atraente para a mulher do que para o homem, pois os melhores cargos e os melhores salários ainda são

---

<sup>48</sup> A bíblia é passível de várias interpretações.

<sup>49</sup> Este quadro de subordinação ainda está presente nos dias de hoje, porém não com tanta intensidade como nessas décadas citadas.

preferências masculinas, mesmo com as mulheres desempenhando a mesma função que o homem.

Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) (2013) no Brasil, embora as mulheres tenham mais anos de estudo superior do que os homens – 7,9 anos entre as mulheres e 7,4 anos entre os homens –, a renda das mulheres representa 73, 7% da renda dos homens. Em média, em 2013, os homens receberam R\$ 1.890 por mês e as mulheres R\$ 1.392.

As mulheres do campo, até o final da década de 1980, eram vistas como “do lar”. Não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais; não tinham direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, pois seus nomes não constavam no “bloco” de produtor. Além disso, as mulheres camponesas possuem uma série de atividades não remuneradas que desempenham no meio rural, o chamado trabalho invisível, sobre essa questão Heredia (1979) afirma que, na agricultura familiar, além de cuidar da casa, as mulheres participam do trabalho no campo e se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e tratar dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família. Essas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários. Para as mulheres rurais em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas.

Tavares (2011) salienta em seu estudo sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, afirma que o Brasil continua sendo um país violentamente desigual. Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência.

Ainda segundo a autora diante desse contexto o governo brasileiro lançou recentemente uma grande iniciativa, o Brasil sem Miséria, que visa expandir um programa de transferência condicional de renda, Bolsa Família, para dezesseis milhões de pessoas entre os brasileiros mais pobres. Além de oferecer capacitação profissional, microcrédito, extensão rural, especialmente no Nordeste, e melhorar o acesso universal aos serviços públicos.

Tavares (2011) destaca também, que no campo político, o Brasil elegeu em 2010 a primeira mulher Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, que nomeou nove mulheres ministras e priorizou o empoderamento econômico das mulheres e o

enfrentamento à violência de gênero. Em 2002, também foi criada, no âmbito do Executivo, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, atualmente Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e em 2006 foi aprovada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, um marco no cumprimento de garantias internacionais e constitucionais sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência.

Entretanto, apesar desses avanços importantes, Tavares (2011) afirma que o Estado brasileiro não conseguiu melhorar a situação da maioria das mulheres brasileiras, especialmente das mais pobres, rurais, negras e indígenas, que continuam a experimentar exclusão social e violência de gênero.

Vale ressaltar que, para as mulheres rurais outros agravantes se somam, elas muitas vezes residem em locais de difícil acesso, onde não possuem contatos com outras mulheres para se organizarem em grupos ou se atualizarem das questões relacionadas a educação, saúde, políticas públicas, questões políticas, além disso, estão muito mais presas a família, pois desempenham diversas atividades na casa, quintal (cuidado com pomares, horta, jardim, animais domésticos, etc.) e na maioria das vezes vão para a roça ou para a ordenha.

No decorrer da história as mulheres têm se organizado em busca de seus direitos. Atualmente existem diversos movimentos de mulheres, tanto do campo, quanto da cidade, que surgiram devido aos avanços que tiveram os movimentos feministas, desde o século XIX. O movimento feminista sempre esteve pautado na ideia de mudanças e conquistas, como, melhores salários, melhores condições de trabalho, mais saúde para as mulheres, entre outras demandas. Essas questões não estão desvinculadas das lutas das mulheres na atualidade, como a luta das mulheres pela terra, pela igualdade salarial, liberdade sexual, pelo fim da violência doméstica, do assédio nas ruas, do preconceito racial, entre outras.

Soares (1995), afirma que o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece um poder não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem.

Pinto (2010), na escrita de um dossiê sobre feminismo, história e poder, afirma que, a primeira onda do feminismo aconteceu nas últimas décadas do século XIX,

quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. O movimento ficou conhecido como sufragista, promoviam grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918.

Contudo, Valenciano (2006), em sua pesquisa sobre “a participação de mulheres na luta pela terra: discutindo classe e gênero”, salienta que essa primeira onda do movimento feminista não esteve vinculada a uma luta de classe, porque as mulheres não ergueram a bandeira da emancipação da sua condição, mas reivindicaram apenas direitos civis.

Pinto (2010) relata que no Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto, liderada por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando o movimento. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Ainda segundo Pinto (2010), este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só apareceu novamente, com importância, na década de 1960. No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: “O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”.

Segundo Valenciano (2006) a obra de Beauvoir, enfatizava as profundas raízes da opressão feminina, analisando o desenvolvimento psicológico das mulheres e as condições sociais que as tornam alienadas e submissas aos homens. A partir dessas novas ideias, o movimento feminista alastrou-se pelo mundo. Sutiãs foram queimados nas ruas; a libertação sexual tornou-se um fato político; as palavras de ordem se multiplicaram.

A década de 1960, pós Segunda Guerra Mundial, momento em que as mulheres ocuparam diferentes cargos e funções, para Pinto (2010) é particularmente importante para o mundo ocidental: nos Estados Unidos surgia o movimento hippie, na Europa, aconteceu o “Maio de 68”, em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. No Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, a partir de 1968, uma ditadura civil militar das mais rigorosas. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970, pois muitas mulheres, devido a lua pela democracia, se exilaram na Europa para fugir da repressão, lá tiveram contato com os movimentos feministas e quando retornaram ao país estabeleceram uma nova postura de militância.

Valenciano (2006), afirma que entre 1970 e 1980, as mulheres organizadas centraram-se na luta pela redemocratização do país. Nos setores mais pobres, surgiram, com o apoio da Igreja Católica, clubes de mães e associações de dona-de-casa. Milhares de mulheres reuniram-se em eventos, congressos, sendo que, em 1979, aconteceu o I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza. Grande destaque deve ser dado aos movimentos feministas sindicais, que, desde 1963, se faziam presentes no cenário nacional, tendo sido sufocados pelo golpe militar. Somente ressurgiram em meados da década de 1970. No I Conclat (Congresso das Classes Trabalhadoras), em 1981, a voz feminina soou, principalmente com as demandas das empregadas domésticas pelo reconhecimento da profissão e extensão dos direitos trabalhistas à sua categoria. Cada vez mais, ganhou espaço na mídia a violência contra as mulheres, sobretudo os assassinatos cometidos por seus companheiros.

Segundo Valenciano (2006), a partir de 1979, as trabalhadoras camponesas despontaram e começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, nas associações, lutando pelos seus direitos. O MST foi o berço de alguns desses grupos e ajudou a impulsionar tais objetivos, denunciando e combatendo, todas as formas de discriminação à mulher. Os grupos de mulheres oriundos da Luta pela Terra, como o Coletivo de Gênero, deram margem a uma série de reivindicações, protestos e anseios, presentes em vários encontros, passeatas, caminhadas, acampamentos e assentamentos. E ainda não se restringiam às questões essencialmente feministas; mas objetivavam

questionar a condição da classe trabalhadora na qual estavam inseridas. (VALENCIANO, 2006. p. 124).

Dessa forma, é de fundamental importância, construir um breve histórico sobre as principais lutas das mulheres camponesas no Brasil, no MST e organizadas em diversos movimentos de mulheres e feministas.

### **3.2 Movimentos e organização de mulheres camponesas no Brasil**

O movimento feminista brasileiro foi fundamental para as mulheres obterem conquistas no texto constitucional de 1988. Como podemos observar, o movimento vem desde as décadas 1960/70 lutando em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como na vida em sociedade. A organização do movimento, culminou na conquista de inúmeros novos direitos na Constituição Federal de 1988, como afirma Piovesan (2014) sobre “a igualdade de gênero na Constituição e os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil”.

O êxito do movimento de mulheres, no tocante aos ganhos constitucionais, pode ser claramente evidenciado pelos dispositivos constitucionais que, entre outros, asseguram: a igualdade entre homens e mulheres em geral; (art. 5º, I) e especificamente no âmbito da família (art. 226, § 5º); proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (art. 7º, XXX, regulamentado pela Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995; o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8º, tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, nos termos da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, bem como adotada a Lei “Maria da Penha” – Lei nº 11.340, de 7 agosto de 2006, para a prevenção e o combate da violência contra a mulher). Além desses avanços, merece ainda destaque a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispondo que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Adicione-se, também, a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, que dispõe sobre o crime de assédio sexual. (PIOVESAN, 2014, p. 4).

Quanto à organização das mulheres rurais, a origem dos movimentos de mulheres ligadas ao campo, está relacionada com a consolidação do movimento feminista no Brasil.

Segundo Deere (2004), nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela CPT na década de 1970, muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e de educação. Mas, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Essas reivindicações refletiram no crescimento da participação das mulheres na força de trabalho agrícola e a discriminação que estas enfrentaram, tanto como trabalhadoras assalariadas como dentro dos sindicatos rurais.

Sobre essa discriminação dentro dos sindicatos, Deere (2004), afirma que, durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à CONTAG, assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. Além disso, as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura. Seu trabalho era considerado 'invisível', quer como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas temporárias. Foi só em 1985, no Quarto Congresso da CONTAG, que as questões das mulheres rurais foram seriamente tratadas em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores.

Para Deere (2004) o ímpeto veio da primeira reunião oficial do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Sertão no estado nordestino de Pernambuco, em torno de 1984, quando o MMTR-Sertão Central foi oficialmente fundado. A principal preocupação era aumentar a participação das mulheres trabalhadoras rurais dentro do movimento sindicalista. Nessa reunião, foi formulada uma proposta para ser apresentada no congresso da CONTAG em Brasília a ser realizado no próximo ano, de que uma prioridade da organização deveria ser a sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais e a consideração de seus interesses. Além disso, as mulheres membros dos sindicatos rurais no Sul estavam também se reunindo regularmente no início da década de 1980, preocupadas principalmente em como aumentar seu número na estrutura do sindicato estadual e local.

Segundo Deere (2004), as mulheres representaram somente 1% dos participantes nesse congresso nacional da CONTAG em 1985, mas a entidade, adotou o objetivo de incorporá-las dentro da estrutura do sindicato e reconheceu que elas passam por

problemas específicos de discriminação, principalmente a da questão salarial. Assim, por volta de 1987, as mulheres representavam aproximadamente 29% dos membros dos sindicatos filiados à CONTAG.

Deere (2004), enfatiza que a reivindicação pelos direitos da mulher à terra surgiu também no Sul nesse período. No texto redigido na preparação para o congresso de mulheres trabalhadoras, no Rio Grande do Sul em 1986, organizado pelo grupo conhecido como ‘as Margaridas’ (tomando o nome da líder nordestina assassinada Margarida Alves), foi proposto “que o título de propriedade distribuído pela reforma agrária fosse emitido em nome do casal, independentemente de seu estado civil legal”. Além disso, “se a família é a base para a seleção dos beneficiários, então que os direitos da mulher chefe de família (viúvas, mulheres separadas, mães solteiras) à propriedade e aos benefícios da reforma agrária sejam reconhecidos”. (Deere, 2004, p. 181).

Segundo Deere (2004) durante o período do presidente José Sarney, em 1985, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), foi criado pelo Ministério da Justiça, incluindo representantes da sociedade civil, inclusive muitas feministas. O CNDM, trabalhando em conjunto com o crescente movimento de mulheres rurais, foi responsável pelo aumento da atenção do Estado às questões das mulheres rurais.

Além disso, Deere (2004) enfatiza que houve crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural na década de 1980, caracterizado pelo crescimento do movimento autônomo de mulheres rurais, o MMTR. Os MMTRs estaduais surgiram no Sul e no Nordeste quase ao mesmo tempo. Por exemplo, os encontros de fundação das associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais ocorreram nos seguintes anos: 1984 em Santa Catarina; 1985 no Paraná; 1986 na Paraíba; 1987 em Pernambuco e no Espírito Santo; e em 1989 no Rio Grande do Sul. Neste mesmo período em Santa Catarina, surge o MMA (Movimento de Mulheres Agricultoras) que em 1986, com 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais, liderou uma enorme caravana até Brasília, a fim de colocar seus direitos na pauta constitucional. Suas preocupações imediatas eram assistência à saúde, benefícios de previdência social, participação nos sindicatos, etc.

Em seu estudo sobre “os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira”, Deere (2004), evidencia que a reivindicação das mulheres pelo direito à terra foi mais persistentemente articulada pelas mulheres da CONTAG, sendo essa uma questão importante no Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília em 1988, quando as participantes fizeram

um forte lobby pelo artigo constitucional que estabeleceria explicitamente os direitos das mulheres à terra na reforma agrária. Esse artigo constitucional, bem como muitos outros que tratavam dos direitos das mulheres, foi o resultado de uma emenda popular à Constituição, a partir de uma campanha nacional de assinaturas. Foi o resultado da interação entre CNDM e as lideranças femininas dos sindicatos, assim como do crescente movimento de mulheres rurais, que pediam que os direitos das mulheres à terra, especificamente, fossem incluídos na pauta constitucional como parte da expansão geral dos direitos das mulheres na Constituição de 1988.

Deere (2004), afirma que, além da inclusão de mulheres na reforma agrária, houve outras conquistas das mulheres rurais na Constituição de 1988 como o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas. Esses benefícios incluem, além do direito ao seguro desemprego e por invalidez, 120 dias de licença - maternidade remunerada para as mulheres. Além disso, a idade de aposentadoria para mulheres rurais foi estipulada em 55 anos e para os homens rurais em 60 anos, ou após 30 anos de serviço para mulheres e 35 para homens, condições mais favoráveis do que para os trabalhadores urbanos. Sendo assim mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.

Dessa forma, com a Constituição Federal de 1988, expandiu os direitos das mulheres devido à pressão exercida pelos movimentos feministas e movimentos de mulheres rurais, que surgiram na década de 1980 em vários Estados brasileiros. Na década de 1990 esses movimentos se articularam e em 2004 uniram-se sob uma única sigla o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas).

Sobre essa questão, Boni e Bossett (2013), afirmam que, o MMC foi criado do resultado da união de vários movimentos de mulheres do campo que se incorporaram à Via Campesina por ocasião da IV Conferência da Via Campesina. Particularmente em Santa Catarina, esse movimento apresenta uma história de quase três décadas, sendo que nesse período, mudanças políticas e estruturais aconteceram no campo que influenciaram sua postura. Anteriormente, de forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existem desde a década de 1980, como é o caso do MMA

(Movimento de Mulheres Agricultoras) em Santa Catarina, do MMTR no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990 esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na criação do MMC em 2004.

Boni e Bosett (2013) destacam que uma das justificativas do MMC sobre a opção de fazer parte da Via Campesina e denominar-se enquanto movimento de mulheres camponesas ocorreu pelo fato de que o termo camponês englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas, bem como a associação entre as atividades de subsistência e comercialização que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e à produção de alimentos.

As militantes do MMC, segundo Boni e Bosett (2013), não concordam com essa visão de que o camponês “está um passo atrás” em relação aos agricultores familiares. Não consideram o campesinato um modo atrasado ou com menor inserção no mercado. O diferenciam da agricultura familiar de campesinato, sendo este último compreendido como um modo de produção diferenciado, mas nunca inferior. Para o MMC o conceito de camponês possui um sentido de resistência, que pode-se referir a muitos aspectos, mas principalmente contra o modelo hegemônico de agronegócio.

Segundo Gaspareto e Menezes (2013), sobre o MMC de Santa Catarina, durante a realização da VIII Assembleia Estadual de 2001, a centralidade das discussões foi a construção de um projeto de agricultura camponesa agroecológica. Este se constituiu em um dos pilares da luta do MMC em âmbito nacional. Para o MMC, três razões motivam as mulheres a lutar nessa direção: um Projeto Popular de Agricultura visando a viabilização de políticas agrícolas como, por exemplo, crédito especial para mulheres; a defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, consideradas patrimônio da humanidade como garantia da soberania alimentar; e o direito à terra através da reforma agrária e o fim do latifúndio, estabelecendo o limite de propriedade.

Assim como Boni e Bosett (2013) destacam que o MMC se intitula de movimento camponês para englobar toda a heterogeneidade de mulheres que representam o campesinato, Gaspareto e Menezes (2013), destacam que o Movimento também entende que a agricultura camponesa reproduziu padrões da cultura patriarcal e de opressão da mulher. Por muito tempo, a dominação de gênero vem tratando a mulher como inferior e desprovida de autonomia, invisibilizando seu trabalho e suas

potencialidades. A proposta de agricultura camponesa no MMC estabelece uma superação das relações de dominação da mulher. Busca-se considerar a presença e o poder de decisão feminina, bem como a valorização de uma cultura camponesa e feminista que redimensione as relações sociais com a natureza, suas crenças, rituais, festas e mutirões entre outros.

Gaspareto e Menezes (2013), ainda destacam que, em 2007, o MMC lançou a campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis, com o lema: Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza. Em novembro de 2008, o MMC realizou a Segunda Festa da Família Camponesa em São Miguel do Oeste/SC, onde as mulheres, organizadas nos grupos de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, apresentaram nas bancas as sementes que recuperaram, alimentos, sucos, artesanato, plantas medicinais, mudas de árvores nativas, entre outras. Assim, as diferentes atividades promovidas pelo MMC, cujo debate incentiva a construção de um projeto popular de agricultura, contam com a participação e o envolvimento das jovens que neste espaço vão acumulando diferentes aprendizados.

No meio rural destaca-se também na discussão de gênero o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que no seu processo de organização e consolidação incorporou lutas que vão além da reforma agrária, como: educação, agroecologia, discussão de gênero, entre outras.

Diante desse contexto, principalmente nos anos 1990, com o aumento do número de ocupações, acontece uma abertura do MST às questões de gênero, pois aumentaram o número de mulheres como lideranças e participantes do Movimento. Entretanto, segundo Schewendler (2009) “mesmo havendo um aumento significativo da presença da mulher na luta pela terra, visando o acesso às terras de reforma agrária, apenas 12% dos lotes de terras em assentamentos no Brasil estão em nome das mulheres”. (SCHEWENDLER, 2009, p. 181).

Essa situação revela que a luta pela terra exigiu não apenas a consciência de classe para mulheres e homens, mas também o debate, e a luta contra desigualdades postas nas relações de gênero. As mulheres então chamaram a atenção do movimento para a necessidade de promoverem a igualdade de gênero, ampliando a participação feminina na luta pela transformação social.

Segundo Furlin (2013), inicialmente, a Comissão de Mulheres do MST tinha o seu espaço no Jornal Sem Terra, no qual divulgava os trabalhos realizados nas instâncias de base, inserindo, também, alguns temas, com o intuito de contribuir na

reflexão e no estudo das mulheres. Mais tarde esses temas foram compilados, dando origem ao Caderno de Formação nº 15, intitulado “A Mulher nas Diferentes Sociedades”.

Furlin (2013) ainda destaca que a articulação das mulheres foi ganhando força e espaço no Movimento e, por conta disso, em 1988, garantiu o capítulo VIII, referente à organização das mulheres, no documento sobre as normas gerais do MST. Este capítulo foi uma das primeiras conquistas das mulheres do MST, e o documento, o primeiro a abordar a importância da atuação feminina nas instâncias de poder.

Algumas das regras elaboradas no documento das normas gerais do MST, segundo Furlin (2013), são: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder, e de representatividade; devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, em todas as atividades do movimento; deve-se estimular a organização de comissões de mulheres dentro do movimento dos sem-terra, nos assentamentos e nos acampamentos, para a discussão de seus problemas específicos; a nível municipal, estadual e nacional devemos estimular para que as mulheres sem-terra participem ativamente das comissões e demais formas de organização do Movimento.

Embora esse quadro de normas, incorporado ao discurso do MST, represente uma conquista na trajetória de organização das mulheres, para Furlin (2013), a insistência pela participação feminina revela a existência das desigualdades de gênero na concessão de direitos e na atuação em instâncias de poder, bem como as discriminações que se reproduziam na base do Movimento.

Furlin (2013) destaca que as normas anteriormente citadas propõem que se estimule a organização de comissões de mulheres no MST. Esta parece ser uma estratégia apresentada pelas mulheres com o intuito de conquistar espaços de poder e visibilidade, já que, estando num movimento de luta por transformações sociais, ainda necessitam se organizar dentro do próprio movimento para conquistar seus direitos como mulheres e lutar por relações igualitárias de gênero. Tal situação parece contraditória, mas remete a afirmação de Pinto (1992), de que uma das formas de inserção e construção de espaços de poder é aquela em que as mulheres, aderindo a um movimento liderado por homens, passam a constituir grupos distintos de luta, no interior do próprio movimento.

Dessa forma, foram as mulheres que tomaram a iniciativa de se organizarem dentro do Movimento. Em 1986 criou-se uma comissão de mulheres para discutir seus

problemas e fazer ponte entre as bases e a direção nacional do MST (Furlin, 2013, p. 190). Com isso, pretendiam pressionar o Movimento para que este se sensibilizasse diante das suas reivindicações, já no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, percebia-se certa preocupação das lideranças em relação à participação feminina, e também havia o critério de que 30% dos participantes fossem mulheres. O cartaz do I Congresso apresentava a imagem que depois passou a integrar os elementos impressos na bandeira do Movimento, de um casal (uma mulher na frente de um homem), trazendo a ideia de que a luta pela terra faz-se com a participação ativa e igual. (Furlin, 2013, p. 191).

Em 1990, ocorre o II Congresso do MST. A partir desse Congresso o movimento assume novos compromissos com as mulheres. Furlin (2013), afirma que em 1996, após o III Congresso Nacional do MST, as mulheres – mais articuladas e contando com o apoio do Movimento – realizaram o I Encontro Nacional das Mulheres do MST, no qual começaram a falar em gênero e a discutir as causas da discriminação entre homens e mulheres, com o intuito de entender como, historicamente, foi-se construindo a dominação de gênero e como essa discriminação foi se manifestando na sociedade em geral e no MST. Desse Encontro resultou a aprovação de alguns encaminhamentos práticos e a elaboração de um plano de trabalho, impresso em uma espécie de cartilha com o título: “A Questão da Mulher no MST”. Tal material foi destinado não somente às mulheres, mas a todos os membros do Movimento, e deveria servir como roteiro de estudo e reflexão nos grupos de base.

Após o primeiro Encontro Nacional das mulheres do MST, gênero passou a ser um campo de reflexão dentro da organização do MST com a mesma importância dos outros setores. E a partir desse momento, (1999) o Coletivo de Gênero é criado pelo o movimento.

Deere (2004), destaca que foi somente em 1996, quando se constituiu o Coletivo Nacional de Mulheres, que o MST assumiu o direito das mulheres à terra. Em 1999, esse fórum (Coletivo Nacional de Mulheres), foi reconstituído como Coletivo Nacional de Gênero, com número igual de homens e mulheres membros, e o plano era que estruturas similares fossem criadas em nível sub-regional e estadual. De acordo com um de seus membros, o mandato do coletivo de mulheres nunca tinha sido muito claro, e o que se tornou evidente foi a necessidade de uma ‘revolução cultural’ nas relações entre homens e mulheres: “Tem que ser um problema tanto de homens como de mulheres e em todas as suas dimensões”.

Sobre o acesso das mulheres à terra Siliprandi (2009) destaca que o cadastramento para candidatar-se ao lote de assentamentos de Reforma Agrária era feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no nome do “chefe da família”, tradicionalmente o homem. A titulação conjunta entre os homens e as mulheres, no caso de serem um casal, era opcional (passou a ser obrigatória após muita luta dos movimentos de mulheres, em 2003), o que significava que raramente acontecia, seja por desconhecimento desse direito por parte das mulheres, seja porque havia má-vontade por parte dos órgãos públicos, que consideravam esse procedimento uma complicação desnecessária, já que teoricamente a lei assegurava direitos iguais a homens e mulheres. As solteiras tampouco eram contempladas com um lote, porque os critérios utilizados priorizavam quem tivesse família. Desta forma, na prática, as mulheres acabavam excluídas da posse da terra.

Deere (2004), afirma que vários fatores explicam a maior abertura do MST para as questões de gênero nesse momento. Havia um crescente reconhecimento dentro da liderança de uma tendência das mulheres se afastarem da participação ativa assim que os assentamentos eram constituídos. A exclusão da maioria das mulheres dos direitos à terra significou sua exclusão de informações referentes às associações e cooperativas que tomam decisões importantes, como a administração de planos de produção, infraestrutura, investimentos sociais, etc., nos assentamentos.

Uma das primeiras atividades do Coletivo de Gênero foi a publicação de um panfleto de treinamento. Segundo Deere (2004) destinado a promover reflexões sobre as relações de gênero. Um dos tópicos foi “As Mulheres e a reforma agrária” e incluiu o seguinte ponto com relação aos direitos das mulheres à terra: “Que na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família, portanto a conquista da terra é uma conquista da família. Nada mais justo que, quando o INCRA vem fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois”. (p. 191). Esse ponto implica que a distribuição conjunta de terra para casais seja agora política do MST, e assim foi confirmado pelas mulheres da liderança do movimento. Todavia, essa reivindicação ainda não fazia parte do discurso público do MST.

Quanto a CONTAG, Deere (2004), afirma que o ano de 2000 rendeu algum progresso em relação ao avanço dos direitos da mulher à terra. Como parte da coordenação nacional para a Marcha Mundial de Mulheres, a CONTAG lançou eventos no Brasil pela celebração do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Foi relatado que mais do que 36 mil mulheres participaram de eventos locais por todo o país e armaram

o palco para a marcha planejada para Brasília, a Marcha das Margaridas, no dia 10 de agosto (o aniversário de assassinato da líder sindical nordestina Margarida Maria Alves<sup>50</sup>).

Deere (2004) afirma que, o slogan da marcha era “Contra a fome, a pobreza e a violência”. Nos panfletos distribuídos antes da marcha, um tema recorrente era “a valorização da participação de mulheres na reforma agrária”.

Para Deere (2004) o reconhecimento da importância dos direitos das mulheres à terra geralmente acontece por duas razões: pelos argumentos produtivistas e de empoderamento. A abertura do MST às questões de gênero, no final da década de 1990, está relacionada com a crescente aceitação do argumento produtivista, ou seja, que o não-reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento. Agora se reconhece que a distribuição e a titulação conjuntas da terra para casais são uma pré-condição para a participação das mulheres nas assembleias dos assentamentos, nas associações e cooperativas, e que esta participação leva a melhores resultados tanto para a comunidade como para as próprias mulheres. Dado o compromisso do MST com a igualdade social e de gênero, há uma aceitação crescente do argumento do empoderamento, ou seja, que as relações de gênero devem mudar, o que por sua vez requer um crescimento no poder de barganha das mulheres dentro da família e da comunidade como medidas interativas e complementares. Mas esse é um processo muito mais lento e que ainda precisa se realizar.

Segundo Butto e Dantas (2011) as políticas de desenvolvimento rural até a década passada não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens. Esta concepção contribuía para a naturalização das desigualdades de gênero e a conseqüente dependência das mulheres ao universo masculino. O Estado brasileiro iniciou de maneira muito limitada, algumas iniciativas em prol da igualdade de gênero, após a realização da primeira Marcha das Margaridas em 2000.

A partir do ano de 2003, fortaleceram - se os diálogos entre movimento de mulheres rurais e setores governamentais, desse diálogo resultou duas Conferências

---

<sup>50</sup>Margarida Maria Alves, foi um dos exemplos de liderança feminina, eleita presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, em 1973 (e re-eleita quatro outras vezes, sucessivamente), assassinada em 12 de agosto de 1983 por pistoleiros contratados por latifundiários donos de usinas de cana-de-açúcar da região. Enquanto sindicalista, defendeu a garantia dos direitos dos assalariados, sistematicamente descumpridos pelos patrões. Tornou-se, após a sua morte, um símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais, ficando conhecida por sua frase “Da luta eu não fujo”, pronunciada pouco tempo antes de morrer. Outras lideranças rurais femininas também ficaram conhecidas nacionalmente. (SILIPRANDI, 2009, p. 126).

Nacionais de Políticas para as Mulheres (2003 e 2007), nas quais a participação das agricultoras familiares foi bastante expressiva. Desde então, o governo vem estruturando uma série de políticas públicas com enfoque de gênero e visando o empoderamento das mulheres. (SILIPRANDI, 2009).

O Pronaf foi umas das políticas públicas que ganhou o enfoque de gênero. O programa oferece linhas de crédito para o financiamento da produção. No início do mandato Lula tornou-se objeto de maior debate entre a sociedade e o Governo Federal. Os movimentos sociais nesse período reivindicaram a criação de uma linha especial para as trabalhadoras rurais.

Pesquisa realizada em 1999 por Grzybowski (apud, Butto e Dantas 2011), indicava que, dentre os/as beneficiários/as do crédito, um percentual de 93% equivalia a homens e apenas 7%, a mulheres. Dois anos mais tarde, o percentual pouco tinha se alterado.

Segundo Butto e Dantas (2011), o Governo Federal, sob o mandato do governo Lula, inicia ações nessa área no plano safra 2003/2004 com a instituição de um sobreteto de 50% sobre o valor total para o grupo familiar - o chamado, Pronaf Mulher que apoiou atividades agrícolas e não agrícolas, através do acesso individual ou coletivo e facilitado nas condições de obtenção e pagamento.

Butto e Dantas (2011) ainda destacam que após um amplo trabalho de difusão, capacitação e avaliação sobre o crédito para as mulheres junto às organizações de mulheres da sociedade civil, através das Cirandas do Pronaf para as Mulheres, durante o ano de 2005, verificou-se que a principal dificuldade das mulheres para obter o financiamento era o medo da dívida e a ausência da assistência técnica para elaborar e acompanhar a execução dos projetos de financiamentos.

Sendo assim, houve o investimento por parte do Governo na capacitação de mulheres rurais e a criação da Rede ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) para Mulheres, a fim, de prestar serviços de assistência técnica e extensão rural às mulheres.

O PAA e o PNAE, também são políticas públicas que viabilizaram o acesso das mulheres à produção e comercialização, de uma diversidade enorme de produtos, como frutas, verduras, produtos processados tradicionalmente utilizados no consumo da casa, como polpas e doces, esses são produtos tradicionalmente vinculados a esfera feminina e ao autoconsumo, mas que com o PAA ganham mais valor e passam a ser comercializados pelas mulheres, que trabalham com isso.

Dessa forma, esses programas além de abrirem perspectivas para a venda dos produtos, garantem a produção de alimentos saudáveis, pois visam a redução dos agrotóxicos, especialmente pelos produtos serem destinados a escolas e creches, contribuindo para a transição da agroecologia na propriedade.

### **3.3 - O Trabalho e a participação das mulheres nos assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares**

As mulheres, na luta para alcançar direitos e políticas públicas para sua emancipação, tiveram que se organizar em movimentos de mulheres, movimentos feministas, em sindicatos, dentre outras organizações. Quando optaram por trabalhar com a agroecologia encaram o enfrentamento com as grandes empresas do agronegócio, como foi o caso recente no município de Itapetininga em São Paulo, quando mulheres do MST, ocuparam a empresa Suzano Papel e Celulose para impedir o desenvolvimento de mudas de eucalipto transgênico.

Além dessas lutas, as mulheres precisam atuar dentro de sua residência, no que diz respeito a convivência com os próprios companheiros, pois na divisão sexual do trabalho, a sobrecarga recai sobre as mulheres, em função de a maioria dos homens não realizarem afazeres domésticos e com os filhos. Além disso o cuidado com a casa, por não gerar renda é considerado como um não-trabalho ou uma atividade invisível. Contudo é de fundamental importância que seja valorizado todas as tarefas que as mulheres desempenham e que essas também sejam melhores divididas, pois são o que permitem a permanência da família na terra.

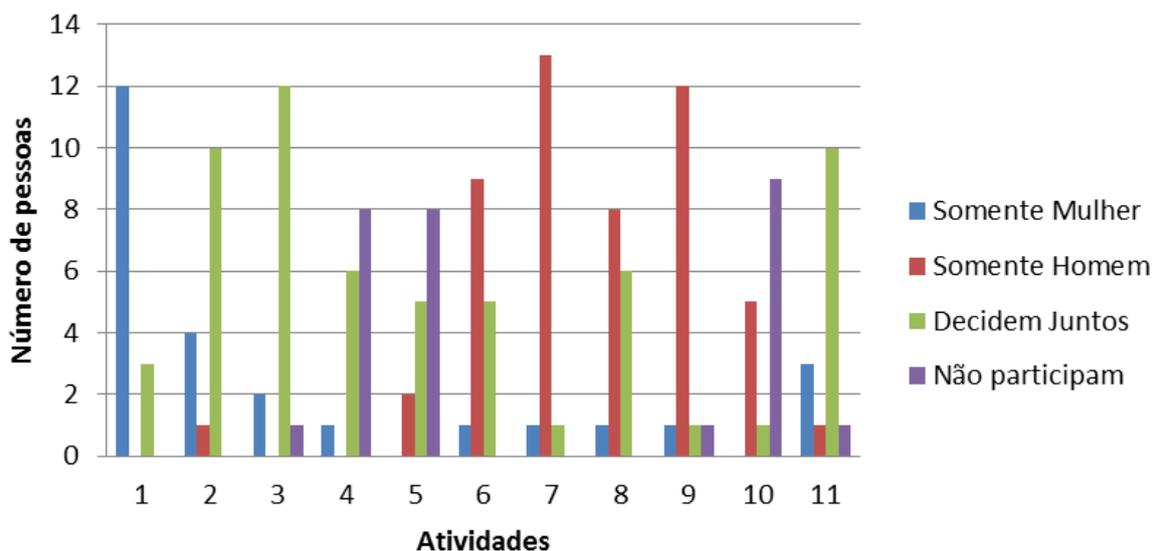
Nesse sentido, a discussão a seguir é uma análise da divisão sexual do trabalho nos assentamentos, para se compreender de que forma as mulheres participam e decidem em atividades do/no lote (compra, venda, plantio, colheita...), do lar (atividades domésticas, animais domésticos, quintal, horta, pomar...) e sociais e políticas (clube-de-mães, reuniões, assembleias, cursos técnicos...).

A Figura 6 mostra a participação das mulheres do assentamento Ander Rodolfo Henrique em atividades no âmbito do lote como plantio de culturas, compra e venda de produtos, atividades domésticas, manejo de animais e participação no PAA. Das mulheres entrevistadas 80% realizam os serviços domésticos sozinhas. Cuidados com a horta e o pomar (26,7%), ordenha (20,0%) e atividades com animais domésticos

(13,3%), são também realizadas de forma expressiva pelas mulheres sem a ajuda dos homens.

Sozinhas possuem menor participação (6,7%) no plantio de culturas, na compra e venda de produtos tanto para o lote como para a roça e na venda de animais. 53% não participam de atividades relacionadas com o PAA (plantio/colheita e venda de produtos) e outras 60% não manejam gado de corte.

De forma mais expressiva mulheres e homens realizam atividades na horta e no pomar (66,7%), com animais domésticos (80%) e com ordenha (66,7%). O homem mais especificamente realiza a compra e venda de produtos para a roça (86,7%), a venda de animais (80%) e o plantio de culturas (60%). Nenhum dos maridos ou filhos das entrevistadas decidem sozinho questões associadas aos serviços domésticos e no plantio e colheita de produtos para o PAA.

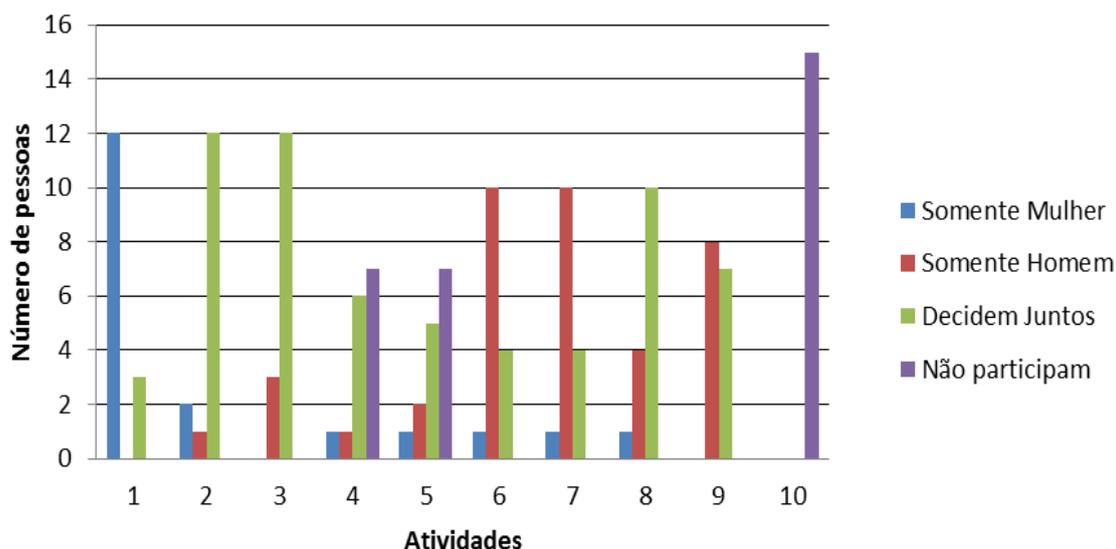


- |                              |  |                      |
|------------------------------|--|----------------------|
| 1 - Serviços domésticos      | 5 - PAA (venda)                            | 9 - Venda de animais |
| 2 - Horta e pomar            | 6 - Plantio de culturas                    | 10 - Manejo bovino   |
| 3 - Animais domésticos       | 7 - Compra e venda de produtos para a roça | 11 - Ordenha         |
| 4 - PAA (plantio e colheita) | 8 - Compra e venda de produtos para o lote |                      |

**Figura 6.** Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Ander Rodolfo Henrique

Fonte: pesquisa de campo 2014

A Figura 7 mostra as mesmas atividades supracitadas, para as mulheres assentadas em Antonio Companheiro Tavares. Assim como no Ander Rodolfo Henrique 80 % das mulheres realizam os serviços domésticos sozinhas. Atividades realizadas juntamente com seus companheiros são predominantemente aquelas relacionadas com a horta/ pomar e atividades com animais domésticos (80 %). Compra de produtos para o lote (66 %), atividades de plantio e colheita (40.0 %), assim como atividades relacionadas com a venda de produtos (33,3 %) junto ao PAA, também são realizadas juntamente com o marido. Nenhuma das entrevistadas nem seus maridos manejam bovinos para corte. Neste assentamento as mulheres não participam da ordenha sozinhas. E atividades como plantio de culturas e compra e venda de produtos para a roça, são os homens que realizam de forma mais expressiva (66,7 %), assim como a venda de animais (53%).



1 - Serviços domésticos

2 - Horta e pomar

3 - Animais domésticos

4 - PAA (plantio e colheita)

5 - PAA (venda)

6 - Plantio de culturas

7 - Compra e venda de produtos para a roça

8 - Compra e venda de produtos para o lote

9 - Venda de animais

10 - Manejo bovino

11 - Ordenha

**Figura 7.** Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Antonio Companheiro Tavares

Fonte: pesquisa de campo, 2014

A partir dos dados das figuras 6 e 7 verifica-se que em ambos os assentamentos, 80% das mulheres entrevistadas realizam atividades domésticas sozinhas e não realizam de forma expressiva, atividades relacionadas com a compra e venda ou plantio de produtos, além da venda de animais. De um modo geral, as tarefas que as mulheres mais realizam, são as relacionadas com a casa, o quintal, com animais domésticos, preparo de produtos para o PAA e ordenha. Ao homem cabe as atividades mais relacionadas com o planejamento do lote, com o que gera renda, detendo o poder de decidir o que será plantado e vendido.

Essa análise corrobora com a pesquisa de Sartre, et.al (2013), que realizou estudo sobre a difícil autonomização das tarefas femininas (mulheres camponesas) em áreas de fronteira, mais especificamente no sudeste paraense, no qual, identificou que as grandes decisões que poderíamos chamar de estratégicas são da responsabilidade do marido, que pode até consultar a sua esposa, não significando que o ponto de vista da mesma possa levá-lo a reavaliar a sua decisão. O marido assegura a produção dos grãos e do gado, além de se encarregar da derrubada de mata ou preparo da terra para plantar. A mulher cuida, em primeiro lugar, das tarefas domésticas de limpeza e confecção das refeições, bem como dos pequenos animais e, quando tiver, do quintal.

Foi possível identificar tal situação a partir da fala da assentada Marlei do assentamento Ander R. Henrique, que reside no mesmo lote do sogro e sogra, juntamente com o marido, quando questionada sobre quais atividades costuma executar no lote.

Na verdade, nós aqui é tudo entre família que a gente pensa né. Na verdade é planejado assim o básico. Vai plantar mandioca, na verdade é mais as palavras dos homens, a gente mais obedece né. Mas assim se eu decidir por exemplo, quero plantar um pé de melancia, então a gente vai lá e planta, quero planta um melão, vai lá e planta, quero plantar um alho, alguma coisa. Se não tem semente, então a gente vai atrás de semente e vai e planta, então, a decisão sempre mais é dos homens né, mas é planejado de todo mundo as vezes. (MARLEI, 2014).

Em relação aos cuidados com o embelezamento do quintal, com o planejamento da horta e o pomar, Marlei ao ser questionada, se essas atividades são as mulheres que realizam, afirma que, “aqui na verdade acho que é né, minha sogra e eu que planeja isso”. (MARLEI, 2014).

Pelo depoimento de Marlei é possível perceber que as mulheres tomam decisões quanto aos produtos básicos destinados ao autoconsumo da família, como mandioca, melancia, melão e alho além de organizarem a semeadura de determinados produtos, ou seja, ficam com as tarefas dos arredores do lote. Entretanto, não costumam fazer o que gera uma renda maior para a família, como por exemplo, decidir o que plantar em toda a terra que possuem. Na fala da mesma depoente fica subentendido, que para realizar tais tarefas é necessário ter a permissão, o consentimento do homem e que a opinião da mulher quanto ao planejamento é levada em consideração somente às vezes. Essas tarefas que Marlei realiza no lote é considerada “especificamente feminina” e que perdem o caráter de trabalho, ganhando a condição de “ajuda”.

Wedig e Menasche (2013), ao pesquisarem práticas alimentares entre camponeses enfocando relações de gênero na região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, também identificaram que a horta e o quintal são espaços de cultivo do qual ficam encarregadas as mulheres. É ali que, em geral, elas plantam a maior parte dos alimentos utilizados na cozinha e que são para o gasto. Esse espaço é completado com um cantinho da roça, onde se produz feijão, cana-de-açúcar, aipim, batata-doce e amendoim para o consumo familiar. Já as lavouras comerciais estão, na maior parte dos casos, sob responsabilidade do pai de família – apenas em casos raros, quando não há homens na família, a mulher pode vir a assumir esses compromissos.

Sobre essa questão, Garcia Jr. (1993) aponta que a tarefa de plantar desempenhada pelas mulheres no roçado, é considerada trabalho se comparada com suas atividades domésticas, porém, se comparada com as atividades masculinas no roçado, plantar não é considerado trabalho. Neste sentido a qualificação do trabalho feminino é relacional, recebendo, muitas vezes, uma dupla avaliação.

Estudos realizados sobre a divisão sexual do trabalho, na agricultura, apontam que as mulheres têm ocupado uma posição de subordinação à autoridade centralizada do marido, razão pela qual seu trabalho é em muitos casos definido como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens e realizem as mesmas atividades (BRUMER, 2004).

Na divisão sexual das atividades, a responsabilidade pelo trabalho considerado produtivo (produção destinada à comercialização) é usualmente incumbência masculina, enquanto o trabalho reprodutivo (cuidado com as crianças, com a casa, preparação da comida) é considerado de responsabilidade das mulheres. Sendo menos reconhecido, o

trabalho feminino permanece marcado por certa invisibilidade. (BRUMER; ANJOS, 2008).

A figura a seguir (figura 8) demonstra como é realizado pelas mulheres o trabalho doméstico e nos arredores da casa ou no quintal.



**Figura 8.** (A) Dona Neusa mostrando sua horta em fase de construção, situada aos arredores da casa, no assentamento Antonio C. Tavares. (B) Assentada do Ander R. Henrique, realizando trabalho doméstico na preparação de pães para entregar ao PAA

Fonte: Trabalho de campo, junho de 2014.

Os dados indicam que as mulheres do assentamento Ander Rodolfo Henrique são mais autônomas, tendo em vista que sozinhas realizam atividades com animais domésticos, vendas de animais e ordenha.

Essas atividades são sempre realizadas com os homens no assentamento Antonio Companheiro Tavares, indicando um maior corporativismo e uma maior inserção das mulheres em questões historicamente associadas com o patriarca da família.

No assentamento Antonio Companheiro Tavares, por exemplo, 100% das entrevistadas realizam a atividade da ordenha juntamente com o marido e no assentamento Ander R. Henrique 66,7% realizam esta atividade em conjunto com o marido. A ordenha é considerada de extrema importância para as famílias e a principal atividade de ambos os assentamentos e é através da mesma que pode-se obter uma renda mensal garantida.

Uma outra diferença marcante entre os assentamentos é que somente no Ander Rodolfo Henrique é praticado o manejo de bovino para corte, (pelo menos nas 15 propriedades entrevistadas), atividade essa realizada exclusivamente pelos homens. Tal fato está relacionado com o relevo mais movimentado dessa área, o que teoricamente desfavorece a implementação de plantios em decorrências das maiores taxas de perda de água e sedimentos pelo escoamento superficial (erosão).

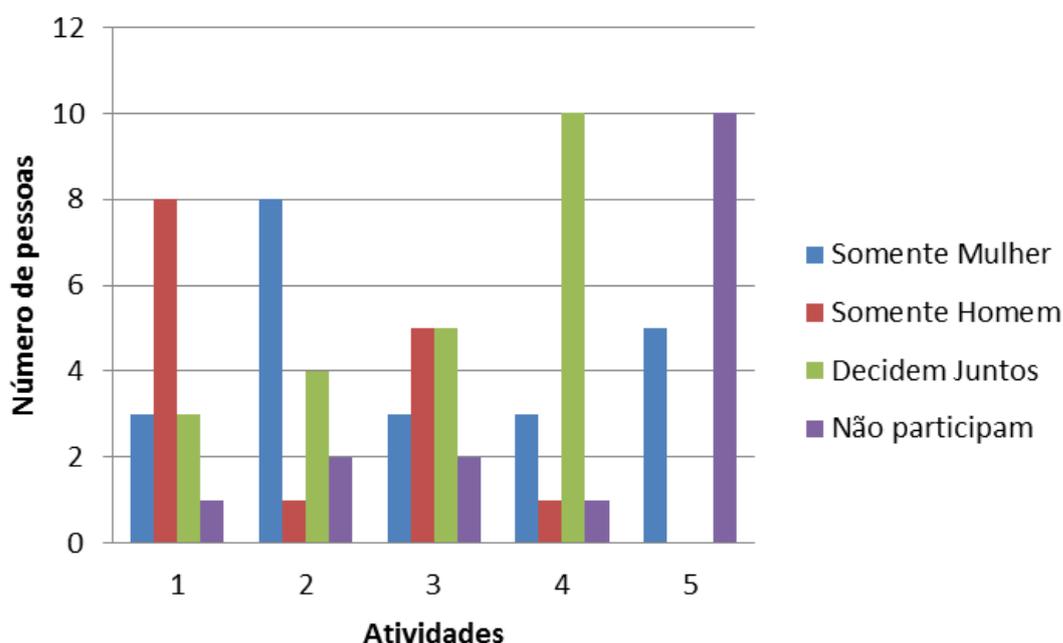
Em geral, as mulheres estão mais vinculadas ao ambiente familiar e doméstico e os homens mais centrados na produção e no espaço público. Entretanto, as mulheres também estão inseridas em outras atividades no contexto rural, o que confere a elas um grande passo para o empoderamento, pois realizam atividades relacionadas com a horta, limpeza da terra (capinar) e colheita, seleção, processamento e embalagem de produtos agrícolas, entre outras tarefas. Por meio da fala de Nadir, do assentamento Ander R. Henrique, pode-se verificar como é a divisão de trabalho no PAA.

(...) tudo o que tem em cima do lote a gente vende, por exemplo a banana. A gente vende a banana, até a maçã, quando ela produz bem a gente entrega também. A gente prepara e entrega. Eu meu esposo e esse menino aí, mão de obra não tem porque é difícil né, então a família que trabalha aqui. Hoje mesmo a gente entregou 100 pés de alface e uns 10 ou 12 quilos de cebola, já deixei pronto e ele já foi levar. (NADIR, 2014).

Nota-se que o processo de produção dos alimentos (plantio, colheita, lavagem, embalagem) destinados ao PAA é realizado por todos os membros da família, mais expressivamente pelas mulheres. O homem se encarrega do transporte e do recebimento do dinheiro. Mais uma vez o homem atuando na esfera do espaço público, da comercialização e a mulher permanece reservada ao espaço privado do lar. Porém a decisão do que será destinado ao PAA é um campo em que os homens não participam, o que confirma a ideia do empoderamento feminino.

Quanto à participação das mulheres do assentamento Ander R. Henrique em atividades profissionais e políticas, na figura 09 verifica-se que sozinhas predominantemente realizam cursos técnicos (53,3 %), como artesanatos (crochê, macramê, tricô, pinturas, entre outros), cursos de derivados de leite, mandioca e milho verde, conservas temperos e molhos e panificados. Sozinhas (20%) participam de conversas com técnicos, palestras políticas, tal como àquelas realizadas em mobilizações do Dia Internacional da Mulher e encontros e assembleias. Conversa com técnicos e participação em assembleias (6,7 %) são atividades que menos participam.

Entretanto, o comparecimento assembleias é a atividade mais realizada em comunhão com o marido (66,7 %). Somente 33,3 % participam do clube de mães.



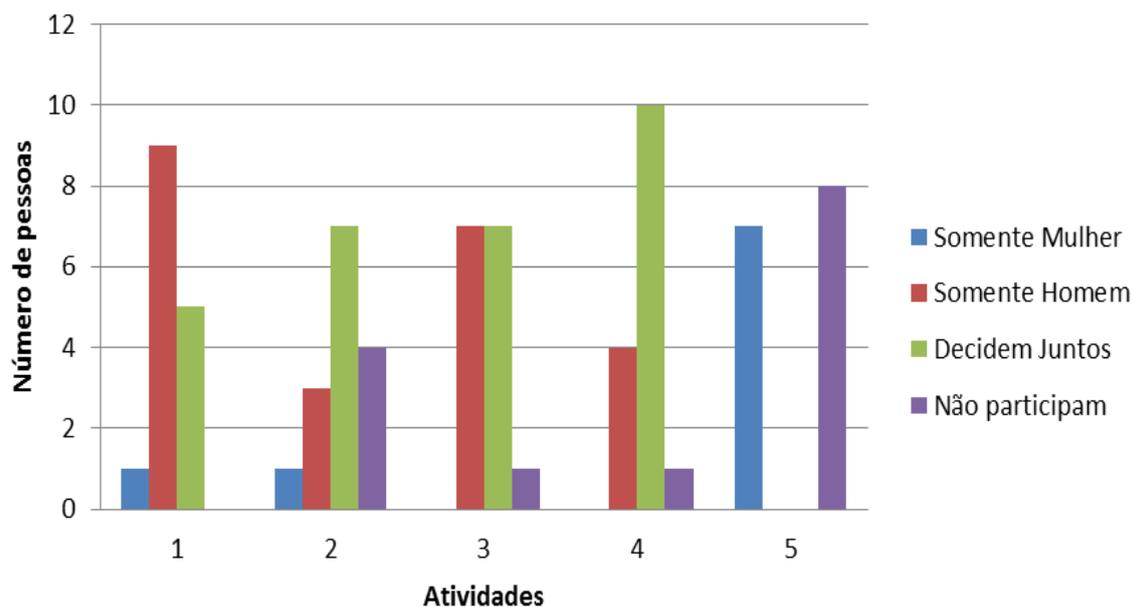
- 1 - Conversas com técnicos
- 2 - Cursos técnicos
- 3 - Palestras políticas
- 4 - Encontros e assembleias
- 5- Participação no clube de mães

**Figura 9.** Participação e/ ou acompanhamento em algumas atividades no assentamento Ander Rodolfo Henrique

Fonte: pesquisa de campo, 2014

Na Figura 10 são apresentadas as mesmas atividades contidas no gráfico anterior para as mulheres assentadas em Antonio Companheiro Tavares. Pode-se observar que 6,7 % das mulheres entrevistadas participam de conversas com os técnicos externos e de cursos técnicos. Dentre esses, pode-se destacar cursos de derivados de leite, de mandioca e de milho verde, assim como cursos de conservas e artesanatos (crochê e pintura). Juntamente com seus maridos, participam ativamente (66,7 %) de encontros e assembleias. Esses encontros estão relacionados com reuniões de coordenadorias de grupos de famílias em geral e de grupos familiares agroecológicos, enquanto as assembleias ocorrem quando da necessidade de discutir uma pauta específica ou tentar solucionar alguma demanda relacionada com a infraestrutura ou a necessidade de captação de recursos e/ou bens no âmbito geral do assentamento. As mulheres que

frequentam as palestras políticas a fazem juntamente com seus maridos (46,7 %). Por fim, 43,7 % das mulheres frequentam o clube de mães.



1 - Conversas com técnicos  
2 - Cursos técnicos  
3 - Palestras políticas

4 - Encontros e assembleias  
5 - Participação no clube de mães

**Figura 10.** Participação e/ou acompanhamento em algumas atividades no assentamento Antonio Companheiro Tavares

Fonte: pesquisa de campo, 2014

Os dados indicam que as mulheres do Ander R. Henrique têm maior participação em atividades relacionadas com sua formação pessoal e política. Essas participam predominantemente de cursos técnicos que estão em sua maioria relacionados com a produção de alimentos em geral. Entretanto, cursos ministrados pela equipe da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), CAPA, entre outros, que estão voltados para fins agrícolas são predominantemente cursados pelos homens.

Siliprandi (2005) ao realizar estudos a respeito dos discursos sobre as mulheres rurais verificou que há uma disposição enorme das mulheres em participar ativamente em projetos econômicos e de geração de trabalho e em lutar por questões de preservação

do meio ambiente, tudo isso, sem prejuízo do seu papel de membro ativo da família e da comunidade.

Essa necessidade de satisfação pessoal e profissional em associação com a necessidade de “ser independente” é um dos fatores que levam essas mulheres a procurar por formação técnica, inclusive em áreas não tradicionais. Outro fator é devido a essas mulheres estarem ligadas diretamente às questões relacionadas a luta pela terra, sendo que no período de acampadas, receberam formação política destinada a relações de gênero, no qual não somente legitimam a luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas também são responsáveis por iniciar uma nova representação da figura feminina na família e na sociedade.

A assentada do Ander R. Henrique enfatiza que sempre faz um esforço em participar de cursos.

(...) cursos têm quando o SENAR oferece. A gente sempre faz um esforço de participar, é a maioria das vezes sou eu, porque minha sogra acha que tá velha de mais para participar desses cursos, então eu vou. Já participei de derivados de mandioca, de milho e de panificação e de conservas, temperos e molhos. (MARLEI, 2014)<sup>51</sup>.

As mulheres do Antonio Companheiro Tavares reúnem-se em maiores quantidades no clube de mães. Um dos fatores que indicam menor participação no clube de mães do assentamento Ander Rodolfo Henrique, está relacionado à própria vontade em participarem, conforme consta na seguinte afirmativa:

Eu não participo por enquanto de nada, não sou muito chegada assim. Tem o clube de mães lá em cima mas eu não participo, não gosto. Eu ia nas mobilizações no acampamento, quando era mais nova, mas agora sofro muito da coluna. (MARIA, 2014)<sup>52</sup>.

Outros fatores que impedem as mulheres na participação de palestras políticas, mobilizações, assembleias, conversas com os técnicos é a necessidade de cuidar dos filhos e das tarefas da casa e do quintal que é uma extensão da casa. Outras vezes, as próprias mulheres se acomodaram por considerar ter alcançado o objetivo de conseguir a propriedade da terra. Podemos verificar essas relações a partir da fala da assentada do Antonio C. Tavares.

---

<sup>51</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, julho de 2014.

<sup>52</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, julho de 2014.

Geralmente que nem antes, de eu tá grávida era mais eu que lidava, o Gilberto sempre tava nas lideranças, e quem tirava o leite era eu, que cuidava fora, tinha a horta, mas agora que eu tenho bebê de novo, tô meia parada. O meu marido sai bastante e na verdade é mais eu que faço as coisas aqui. (ADRIANA, 2014)

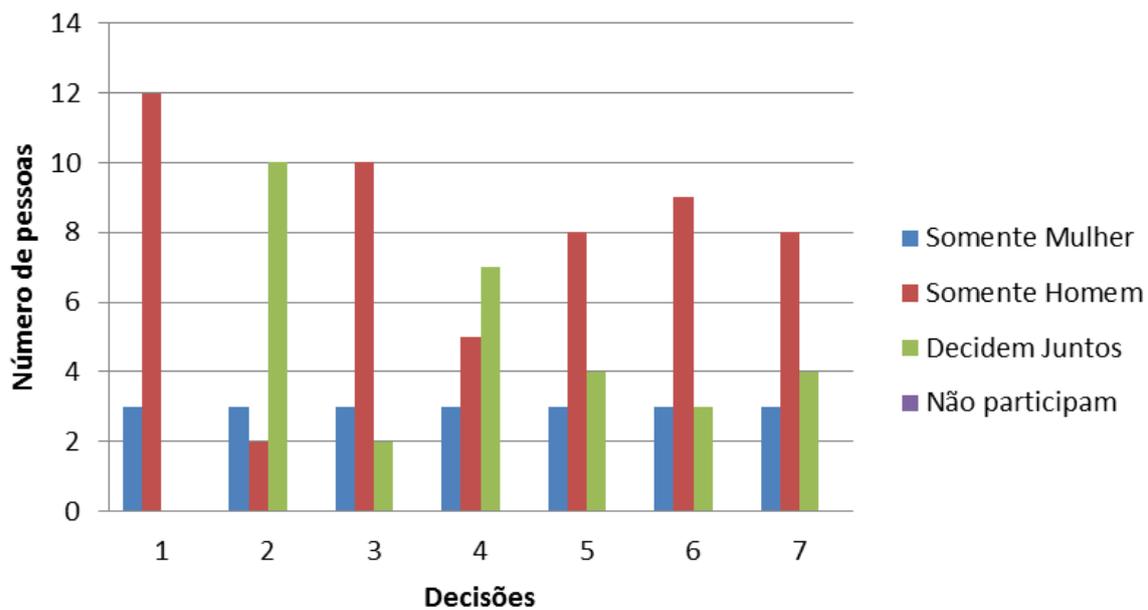
Segundo Furlin (2013), estudos recentes têm evidenciado que após a conquista da terra, nos assentamentos, a participação das mulheres nos espaços públicos e nas instâncias de decisão se reduziu significativamente e um dos fatores é o impedimento por parte dos esposos.

Sobre essa questão, Dalmeri, assentado do Ander R. Henrique, ao ser questionado sobre qual é o papel das mulheres nos assentamentos, opina que,

Bom eu acho que é uma questão cultural, aí tem muitas meninas que aceleram muito o processo né e daí os homens não assimilaram isso, e dá muita briga de casal, por que a mulher de fato quer assumir seu papel, mas os rapazes ainda não tão preparado para essa mudança radical, que eu acho que é a cultura né, o costume e na verdade os homens são machistas mesmo, uns falam que não, mas se tu analisar bem, ainda tem muito machismo. (DALMERI, 2014).

Dessa forma, percebe-se que o homem, muitas vezes tem consciência de que a mulher precisa de mais espaço para se engajar em atividades que culturalmente são feitas pelo “chefe da família” ou pelos homens e que foram naturalizadas pela sociedade, como organizar uma assembleia, uma reunião. Porém, ainda possuem muita dificuldade em acreditar que suas esposas são capazes de extrapolar a esfera do lar e do quintal.

Quanto aos membros da família que são responsáveis por tomadas de decisões no âmbito do lote no assentamento Ander Rodolfo Henrique, a figura 11, evidencia que todas as entrevistadas participam de todas as decisões. Somente 20% das mulheres são donas dos lotes. 20% das mulheres decidem sozinhas questões referentes à compra e venda dos produtos agrícolas ou animais, o que será plantado e quanto a realização de um financiamento agrícola. Junto com o marido decidem predominantemente quanto a distribuição dos serviços no lote (66,7%), e secundariamente o que será plantado (46,7%) e como se dará a compra e venda das culturas e dos animais (26,7%). Dentre as decisões consultadas, as mulheres têm menor poder de decisão em questões relacionadas com a realização de um financiamento agrícola.

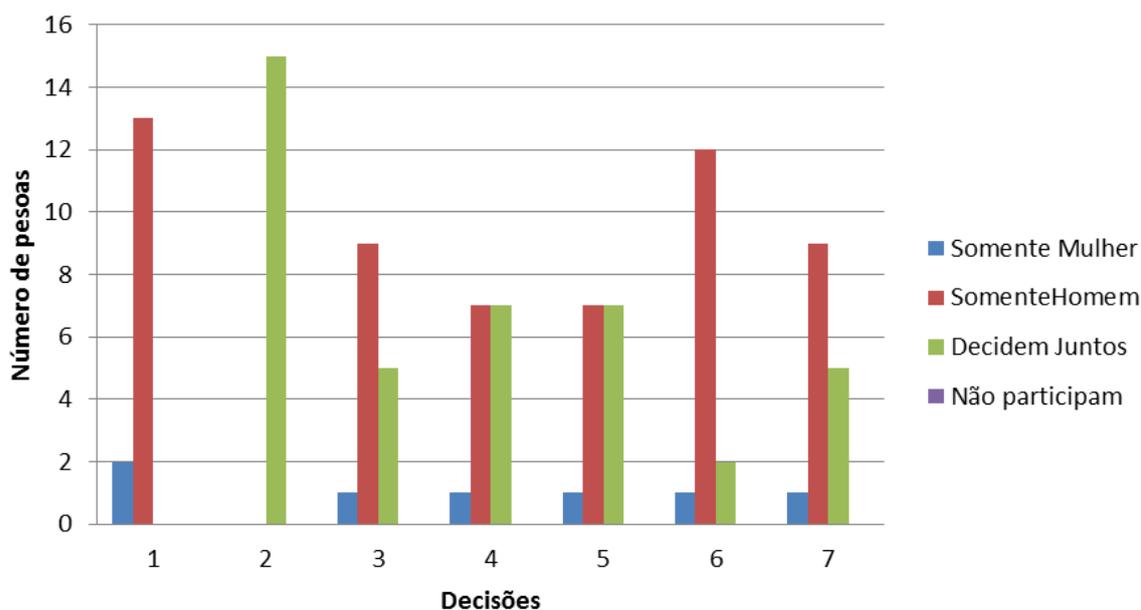


- |                                 |                                |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 1 - Dono do lote                | 5 - Compra e venda de culturas |
| 2 - Distribuição dos serviços   | 6 - Compra e venda de insumos  |
| 3 - Financiamento agrícola      | 7 - Compra e venda de animais  |
| 4 - O que será plantado no lote |                                |

**Figura 11.** Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Ander Rodolfo Henrique

Fonte: pesquisa de campo, 2014

Na Figura 12 são apresentadas a porcentagem das diferentes decisões tomadas pelas mulheres assentadas em Antonio Companheiro Tavares, sendo que aqui, 13,3% são donas dos lotes. Nenhuma das entrevistadas tomam decisões sozinhas a respeito da distribuição de serviços no lote, decisão essa sempre realizada em comunhão com o marido. À exceção dessa última, em todas as demais decisões consultadas (6,7 %) as mulheres participam sozinhas. O que será plantado no lote, a compra e venda de culturas (46,7 %), seguido de quem realizará o financiamento agrícola e quem irá comprar e vender os animais (33,3 %) são as decisões mais realizadas em conjunto com os homens.



- |                                 |                                |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 1 - Dono do lote                | 5 - Compra e venda de culturas |
| 2 - Distribuição dos serviços   | 6 - Compra e venda de insumos  |
| 3 - Financiamento agrícola      | 7 - Compra e venda de animais  |
| 4 - O que será plantado no lote |                                |

**Figura 12.** Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Antonio Companheiro Tavares

Fonte: pesquisa de campo, 2014

Observa-se que em ambos os assentamentos, as mulheres decidem juntamente com os homens grande parte das atividades analisadas. Isso reflete diretamente no fato de que as mulheres cada vez mais participam de atividades diversas no ambiente do lote, inclusive desenvolvendo serviços anteriormente somente destinados aos homens. Isso se confirma através da fala de uma assentada: “A gente faz de tudo um pouco. Mexe com gado, planta, tira o leite, mexe com os porcos, galinhas, são essas as atividades que nós temos”. (Tatiana, 2014)<sup>53</sup>

Medeiros (2008), ao referir-se a um estudo de gênero realizado no Pontal do Paranapanema, pelas autoras Melo; Cappellin; et. al (2008) afirma que, apesar de uma trajetória bastante marcada pela instabilidade, após o assentamento, a capacidade de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação efetiva na produção. Destaca

<sup>53</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, com assentada do Ander Rodolfo Henrique, em julho de 2014.

inclusive, que o discurso que pode estar escamoteando esta diferença é a declaração recorrente de que “ambos decidem tudo”, “ambos trabalham”, “ambos discutem”. Mas, a palavra final muitas vezes é só dos homens. As autoras interpretam o uso do termo “ambos” como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas.

Parte das mulheres do assentamento Ander R. Henrique decidem sozinhas quanto a distribuição dos serviços nos lotes. Os serviços são todas as atividades relacionadas com o lote (quem vai tirar o leite, quem vai plantar, colher, capinar, etc.). Essa evidência ajuda a explicar o fato de que essas mulheres realizam atividades sozinhas, tais como ordenha, cuidados com animais e cuidados com a horta. Provavelmente quando da tomada da decisão, as mulheres desse assentamento escolhem realizar essas atividades devido ao maior poder de participação nessas questões e também porque algumas moram sozinhas no lote. As mulheres do Ander R. Henrique também opinam sobre a realização de financiamentos agrícolas.

Apesar de em ambos os assentamentos as mulheres participarem de forma semelhante quanto à decisão do plantio no lote. No entanto, as mulheres do Antonio Companheiro Tavares participam mais na compra e venda de culturas. Essas também possuem maior decisão quanto a quem compra e vende os animais, enquanto as mulheres de Ander Rodolfo Henrique decidem mais quanto a compra de insumos agrícolas.

Apesar do exposto, os homens são preponderantes nas tomadas de decisões, que são a distribuição de serviços, financiamento agrícola, compra e venda de culturas, insumos e animais. É muito pequena a participação individual das mulheres nessas decisões, no assentamento Ander (20%) e no assentamento Antonio Tavares (menos de 20%).

Sobre essa questão, Marli, do assentamento Antonio C. Tavares, argumenta que,

Nós dois trabalhamos com a produção de leite. Nós se ajudamos bastante, em casa, ele ajuda a fazer pão, lavar roupa e tudo né. Mas eu, que nem na roça, não vou. Que nem colher melancia que é pesado, ou mexer com galpão, estrutura pesada, não vou também. Nem comprar as coisas pras vacas eu não vou, prefiro corta o pasto, na hora de fazer os negócios da roça ele também se vira, mas a gente divide bastante as tarefas. (MARLI, 2014).

Através da fala da Marli, podemos perceber que, o que a mulher considera como divisão de tarefas é quando o homem à ajuda em alguma atividade doméstica, o que é muito importante, porém, isso aponta para uma consequente exclusão de sua participação nos domínios que envolvem decisões quanto à comercialização e/ou produção dos produtos, financiamentos, entre outras.

Melo; Cappellin; et al. (2008) relataram que o fato de a mulher trabalhar é extremamente importante para a renda familiar, mas as decisões quanto a definição das despesas (totais) são diretamente tomadas pelos homens em qualquer dos níveis de renda. Tanto os mais pobres quanto os mais abastados têm uma visão tradicional do papel feminino e a única concessão que fazem é admitir a parceria. Essa concessão é dada pela resposta de que “ambos” decidem o que plantar, sobre o pedido de financiamento e até sobre a educação dos filhos.

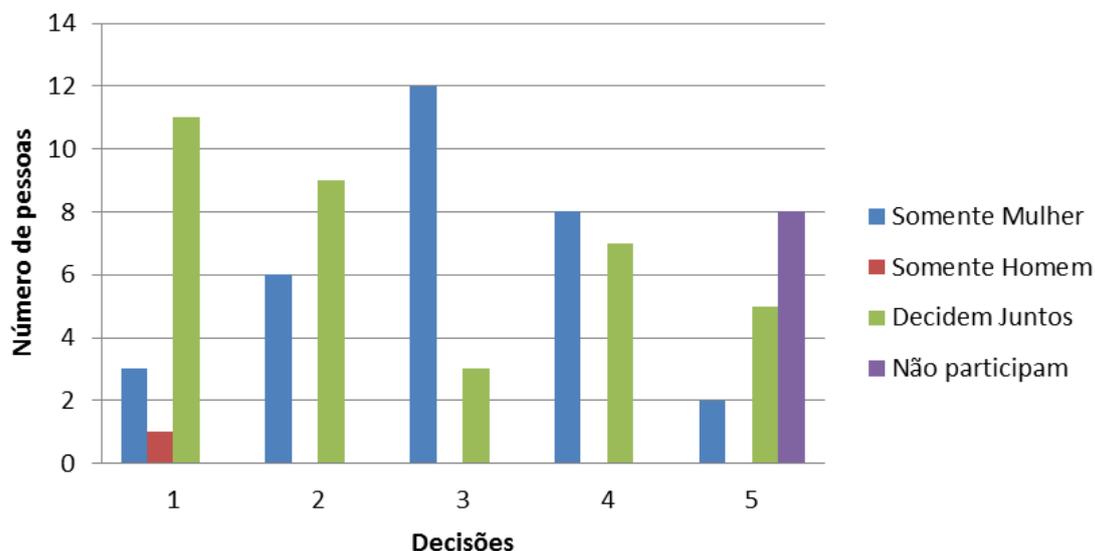
Apesar da pequena diferença, há mais donas de lotes do sexo feminino no assentamento Ander Rodolfo Henrique. As mulheres que afirmaram serem proprietárias dos lotes participam de quase todas as atividades no âmbito do mesmo, isso é principalmente devido à ausência do homem/marido para dividir as funções e para realizar as atividades reconhecidas como pesadas. No depoimento a seguir é possível identificar as dificuldades encontradas quando a figura masculina está ausente.

“ É uma batalha pra gente, ser mãe, ser dona de casa, ser o homem lá dá na roça. Tudo é eu, esses que tão aí trabalhando é pião, para fazer serviço pesado a gente paga, eu sô sozinha, com dois piás pequeno, eu que administro tudo, tô lá na roça, tô lutando, agora que tô nova ainda, mas tarde tem os filhos, depois que eu me aposentar eles tomam conta, mas agora eu tenho que me virar”. (MARIA, 2014).

Apesar das dificuldades com a realização das tarefas pesadas, as mulheres não as deixam de fazer, mesmo que tenham que pagar o serviço do peão. Isso demonstra que as mesmas são capazes de administrar e planejar um lote sozinhas desenvolvendo atividades em todos os segmentos, na casa, na roça, no quintal, na ordenha, etc.

A Figura 13 mostra a participação das mulheres em decisões no âmbito doméstico no assentamento Ander R. Henrique. Sozinhas decidem o que deve ser plantado no quintal (80%) e quais produtos devem ficar para autoconsumo (53,3%). Tem menor participação no que será destinado ao PAA (13,3%) e quais animais serão criados (20,0%). São decididos com o marido, os animais a serem criados (73,3%), os gastos domésticos (60,0%) e os alimentos que ficarão para consumo (46,7%). A única

decisão tomada sozinha pelo homem diz respeito a quais os animais que serão criados (6,7%). Apesar de realizada em conjunto, o que será destinado ao PAA também tem uma boa parcela de contribuição do homem.



- 1 - Animais domésticos criados
- 2 - Gastos domésticos
- 3 - O que deve ser plantado no quintal
- 4 - O que deve ficar para autoconsumo
- 5 - O que será destinado ao PAA

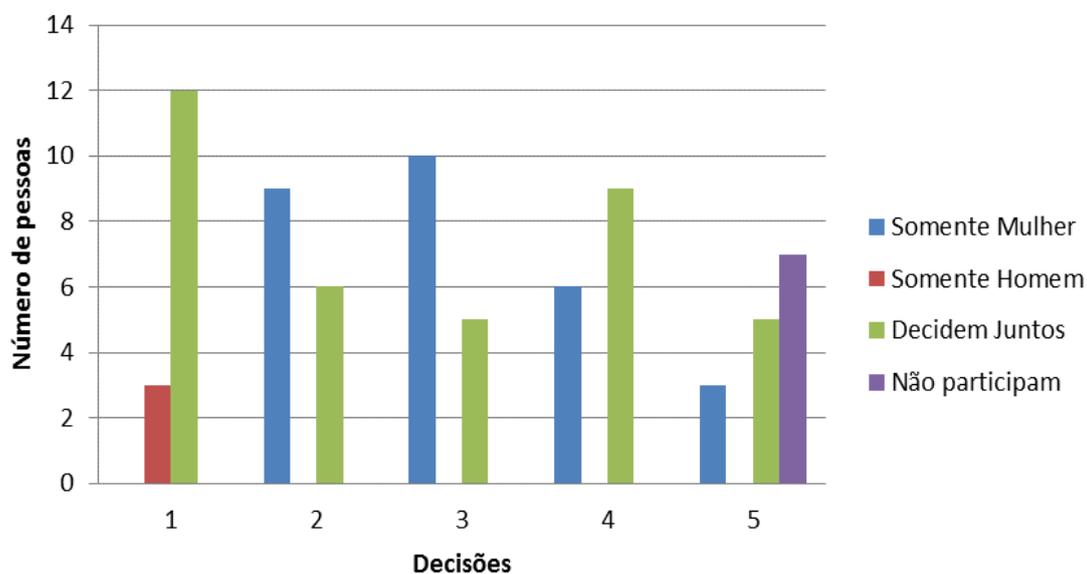
**Figura 13.** Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Ander Rodolfo Henrique

Fonte: pesquisa de campo, 2014

Na Figura 14 é apresentada a distribuição de decisões no âmbito doméstico realizadas pelos membros das famílias do assentamento Antônio Companheiro Tavares. Enquanto que nenhuma mulher decide sozinha quais os animais que serão criados, essa é a única decisão que é tomada sozinha por alguns homens. O que deve ser plantado no quintal (66,7 %), os gastos domésticos a serem realizados (60,0 %) e o que deve ficar para autoconsumo (40,0 %) são as decisões mais realizadas sozinhas pelas mulheres.

Decisões quanto aos animais a serem criados (80,0 %), os produtos para autoconsumo (60,0 %) e os gastos a serem realizados (40,0 %) são as decisões mais

tomadas juntamente com os homens. Quanto ao que será destinado ao PAA, (20%) das mulheres tomam essa decisão sozinha e outras (30,3 %) contam com a ajuda do homem.



1 - Animais domésticos criados

4 - O que deve ficar para autoconsumo

2 - Gastos domésticos

5 - O que será destinado ao PAA

3 - O que deve ser plantado no quintal

**Figura 14.** Membros (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Antonio Companheiro Tavares

Fonte: pesquisa de campo, 2014

Dentre todos os parâmetros analisados, a participação sozinha do homem acontece somente no momento de decidir quais os animais a serem criados, nos dois assentamentos. Isso demonstra mais liderança da mulher nas decisões da esfera doméstica. As mulheres do Ander Rodolfo Henrique tomam mais decisões relacionadas com os gastos domésticos (alimentação, vestuário, compra de móveis), o que deve ser plantado no quintal e o que deve ficar para o autoconsumo, assim como as mulheres do Antonio C. Tavares.

Valenciano (2006) analisando as distribuições de tarefas vinculadas aos papéis sociais-sexuais deixa claro a hierarquização dos mesmos, isto é, da produção (trabalho assalariado, mantenedor da família) e da reprodução (trabalho doméstico, esfera do lar). Tanto pela origem simbólica, quanto pela forma de organização patriarcal da sociedade,

a distribuição dos papéis obedece à relação mulher-mãe, homem-provedor. (Valenciano, 2006, p. 104).

A partir da fala de uma assentada do Ander R. Henrique, pode-se verificar essa relação de mulher-mãe: “eu por exemplo, faço de tudo, mais se é para ir pra fora, eu não gosto não, prefiro ficar em casa, ainda mais que tenho os filhos para mandar pra escola, prefiro ficar por aqui, cuidando das vacas”. (TEREZINHA, 2014)<sup>54</sup>.

Além desse papel mulher-mãe, tem o fato de que a mulher tende a conservar a biodiversidade, pois enquanto os homens pensam em grande escala e preocupam-se mais com questões relacionadas a renda e ao comércio, as mulheres já são mais encarregadas da reprodução cotidiana da vida, pois conhecem a necessidade do lar e diversificam a produção de alimentos na propriedade. No mais, ainda possuem uma preocupação especial com as sementes em geral e com as sementes crioulas, pois sempre estão procurando uma forma de guardá-las e conservá-las.

Para Carvalho (2005) ao mesmo tempo em que se resgatam sementes crioulas estão sendo recuperados saberes, espaços socioculturais, ritos, mitos e significados.

O MMC, por exemplo, em 2001, iniciou o Programa de Recuperação, Melhoramento e Produção de Sementes Crioulas e Hortaliças. Este programa tenta recuperar o conhecimento das mulheres camponesas a respeito da soberania na produção de alimentos. Para Cima e Gaspareto (2005) o exercício da troca de sementes entre as camponesas, além do ato da partilha, cria vínculos de solidariedade, rompendo gradativamente com o individualismo do modo de produção capitalista.

A assentada Neusa, do assentamento Antonio C. Tavares, possui essa preocupação com o cuidado das sementes, “eu sempre guardo as sementinhas, tem semente aqui, que nem as de ervilha, que eu peguei com a vizinha, desde que a gente veio morar”. (NEUSA, 2014). Inclusive, ela fez questão de compartilhar sementes de groselha, quando se realizou o trabalho de campo em seu lote. (Figura 15).

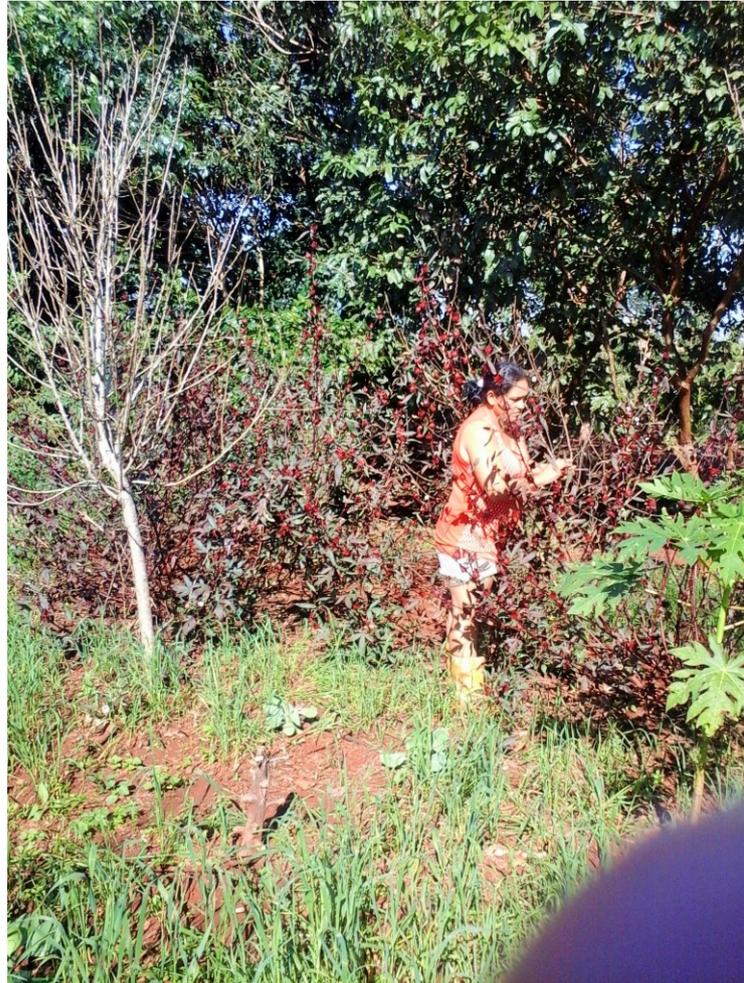
A relação simbólica da mulher com a natureza, evidenciada por estes autores, também é encontrada nas falas da Nina, do assentamento Antonio Tavares.

Eu trabalho com plantas medicinais, há 8 anos que trabalho na área de saúde até faço parte do coletivo Estadual do MST do setor de saúde, a gente trabalha muito essa questão da prevenção, com a alimentação de qualidade, você ter tudo o que você produz, até o chá, trabalho muito essa questão e esse é o X da questão se eu pegar pronto no pacotinho,

---

<sup>54</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, julho de 2014.

pra que eu vou me preocupar em plantar. E nós não, a gente já vem de família, onde todo mundo já era envolvido com plantas medicinais e coisas assim. Eu não me preocupo com limpar, porque o próprio mato é a cobertura pro solo, mas aí o povo fala, vocês, são doidos, carpir se judiar no sol quente, mas se eu tirar uma salada na horta eu posso tirar ela suja de terra que eu sei o que eu estou comendo. Uma carne de um frango, tudo, uma batata doce, uma mandioca, onde muitos, não tem um tempero para temperar o feijão. (NINA, 2014).



**Figura 15.** Dona Neusa coletando sementes de groselha para que levássemos para casa  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Quanto ao que será destinado ao PAA, as mulheres do Ander R. Henrique participam menos das decisões do que as do outro assentamento, mas em ambos os locais a questão é definida juntamente com os maridos.

Siliprandi e Cintrão (2011), ao realizarem pesquisa sobre as mulheres agricultoras e sua participação no PAA, constataram que, em âmbito nacional, os

resultados apontam para um baixo percentual de mulheres com os nomes nos contratos do PAA.

As referidas autoras, afirmam que parte do “anonimato” das mulheres no programa, foi atribuída à “questão cultural”, que “esconde” as mulheres no espaço doméstico, sendo os homens os “representantes da família” nos espaços públicos. O argumento é que, apesar de estarem “anônimas” e “escondidas”, as mulheres que participam do PAA têm poder de decisão no espaço privado, mas nos espaços públicos a autoridade é dos homens, que representam formalmente a família.

Em ambos os assentamentos aproximadamente 50% das entrevistadas não participam do PAA. Este fato está relacionado com problemas com a certificação do lote na rede Ecovida e também com o atraso de pagamentos pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e Copercam (Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa) às famílias que já possuíam o PAA, o que acarretou a saída das mesmas desse programa.

Diante da fala do assentado Dalmeri, podemos verificar que um dos motivos que levaram sua saída do PAA foi devido aos trâmites burocráticos com a Copercam que resultaram em atrasos no pagamento.

Eu mexia no primeiro ano com PAA, através da Copercam a cooperativa do movimento, mas atrasou muito os pagamentos. Eu optei por não fazer mais, porque nós paramos de mexer com o leite devido à falta de mão-de-obra e achamos outra atividade. E você tem as contas para pagar, aí você vende para esses programas e demorava 6 meses para sair o pagamento. Mas sempre tão reclamando aí, porque que os pagamentos não vêm, até procurei me informar, porque o sistema é o mesmo, via prefeitura e no ano seguinte eu fiz na prefeitura. O momento que encaminhava a nota em 30 dias o dinheiro estava na minha conta, a gente não publicou isso para as famílias por que não quer atrapalhar o processo mas eu acho que é falta de pessoas mais profissionais pra fazer o processo e o problema está interno na Copercam, não publiquei nada disso. (DALMERI, 2014)<sup>55</sup>

No entanto, uma assentada do Antonio Companheiro Tavares, que é administradora do ITEPA e administradora geral da Copercam, relata que os problemas, de fato, estão relacionados com a Conab.

---

<sup>55</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, com assentado do Ander Rodolfo Henrique, em julho de 2014.

Como foi constatado no Paraná irregularidade em alguns projetos, deu-se uma auditoria em todos os projetos que tinha dentro da Conab, e nessas vistorias, veio uma equipe aqui e tivemos dois auditores que vieram para fiscalizar, porém não foi encontrado irregularidades. Eles deixaram o parecer na Cooperativa e esse parecer foi enviado para as famílias, eles têm conhecimento. Porém teve esses atrasos de pagamento em todos os projetos, no Paraná, não foi só na COPERCAM, isso porque a equipe que estava lá na Conab foi substituída, por pessoal novo, então tudo tem o seu tempo pra eles analisar lá, você manda uma prestação de contas hoje, eles argumentam nos documentos, que a equipe tá reduzida na Conab o quadro de funcionários diminuiu porque eles têm demitido todos. Aí quando a família liga, lá para perguntar o que está acontecendo, eles simplesmente tem a cara de pau de dizer que o problema é na cooperativa. Porém o problema tá lá. Por causa que eles não organizam as coisas, os papéis. Então é bem complicado, porque a gente deixa a Cooperativa, numa situação muito ruim para as famílias. E acreditar na palavra nossa e na deles, as pessoas sempre prefere acreditar que eles estão certos. Só que nós temos tudo arquivado. Então o problema, não é com a COPERCAM é com a Conab, lá em cima em Curitiba, porque mudou tudo o quadro de pessoal que teve lá o superintendente mudou também. E outro fato é que a quantia de recurso pro PAA que o Paraná acessava é muito grande, e o agronegócio estava de olho nisso. (SIMONI, 2014)<sup>56</sup>

Uma das vantagens que as assentadas relatam possuir por estarem associadas com o programa PAA está no fato da aplicação de preços aos produtos produzidos no lote, onde no comércio normal tal tarefa é complicada devido à dificuldade de estipulação de um preço que satisfaça tanto o produtor como o comerciante. Tal dificuldade está explícita na fala da assentada abaixo:

Os programas ajudaram bastante, pra nós foi bom, porque a gente tem o produto ali né, daí se você for vender no comércio não tem preço, não tem como você vender, dá muito trabalho também. Mas assim pra nós funcionou bem, já estamos com 3 anos para 4 anos vendendo no PAA, quando abriu já a gente começou, porque tinha bastante produto, tudo o que tem em cima do lote a gente vende. (NADIR, 2014)<sup>57</sup>.

Outra vantagem apontada pelos assentados em participar do PAA, está relacionado com o fato de poderem escoar a produção. Isso é claramente identificado na fala de um dos assentados: “Melhorou porque a gente colhe o produto e consegue

---

<sup>56</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, com assentada do Antonio Companheiro Tavares, em julho de 2014.

<sup>57</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, com assentada do Ander Rodolfo Henrique, em julho de 2014.

entregar né, que nem banana, se a gente não tem um negócio desse para entregar acaba estragando, porque não consegue consumir né”. (VALÉRIO, 2014)<sup>58</sup>.

Apesar de alguns problemas verificados pelos próprios assentados no que diz respeito ao programa PAA, os mesmos garantem que o mesmo faz falta para complementar sua renda. “Minha renda é de 3 mil por mês, mas quando tinha a renda do PAA, tinha vez que dava mil a mais, tinha vez que dava 500, conforme os produtos que entregava, faz muita falta o programa”. (DAVI, 2014).

Mesmo com o PAA paralisado por algum tempo e com atrasos nos pagamentos, alguns assentados ainda continuam cadastrados no programa, assim como os que entregam produtos no PNAE.

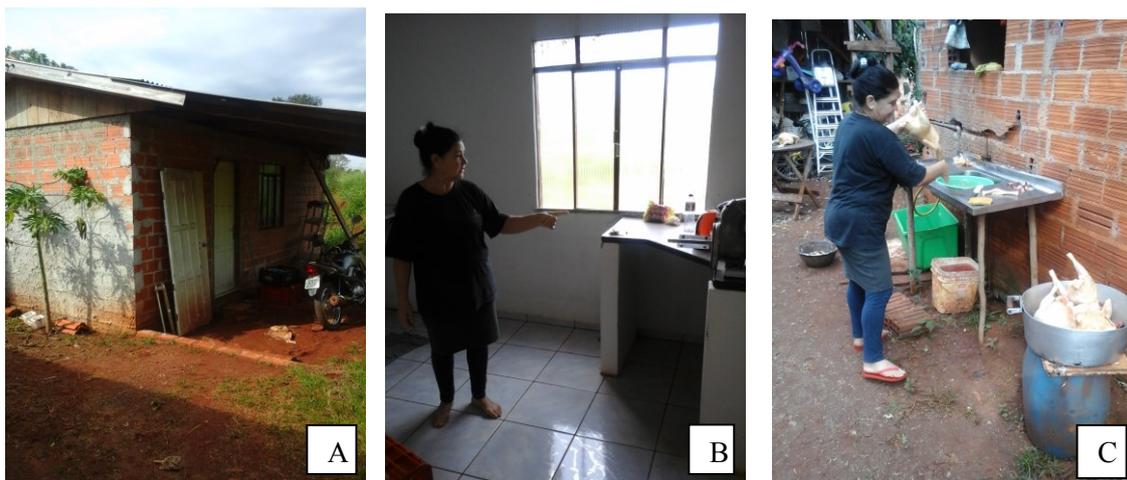
Além de contribuir para a comercialização, os efeitos do PAA são bastante positivos. No sentido de favorecer a produção de alimentos nas pequenas propriedades, reforçando a segurança alimentar não apenas dos que recebemos os produtos, mas também dos próprios produtores. (Siliprandi; Cintrão, 2011).

O PAA também possibilita mais autonomia para as mulheres que o aderem, por meio dele, elas conseguem obter renda e comercializar seus produtos. Geralmente essas mulheres destinam ao programa, pães, polpas de frutas, frangos, hortaliças, frutas, ou seja, produtos provenientes das atividades que realizam no âmbito doméstico do lote.

Essas atividades muitas vezes são consideradas um não trabalho, por não gerar renda e sim o autoconsumo da família, entretanto com o PAA isso mudou, devido as tarefas anteriormente citadas, que são consideradas “típicas de mulheres”, ganharem maior importância, pois podem ser comercializadas. Este processo garantiu mais visibilidade para o trabalho feminino, tanto que os homens não decidem sozinhos o que deve ser destinado ao programa. Segundo a assentada Maria, “a vantagem do PAA é que você pode plantar as coisas e tem facilidade para vender, porque na horta, com as frutas é mais fácil para a mulher trabalhar também”. (MARIA, 2014). Nas figuras 16 e 17 é possível perceber o trabalho da mulher relacionado com o PAA e com a horta.

---

<sup>58</sup> Entrevista realizada em trabalho de campo, com assentado do Ander Rodolfo Henrique, em julho de 2014.



**Figura 16.** Agroindústria de beneficiamento de polpas, armazenamento de frangos e massas (A). Dona Nadir mostrando a despoldadeira (B). Preparo de frangos para entrega no PAA (C). No assentamento Ander R. Henrique

Fonte: Trabalho de campo, junho de 2014.



**Figura 17.** Dona Maria no trabalho da horta. Assentamento Ander Rodolfo Henrique.

Fonte: Trabalho de campo, junho de 2014.

Diante dessas considerações, entendemos que a agricultura camponesa consiste na luta constante por autonomia, frente o avanço do capitalismo no campo e a terra, representa a base de sobrevivência para o camponês, não só no sentido material, mas também simbólico. O modo de vida camponês e em especial o trabalho das mulheres, constituem-se como indispensáveis para a sustentabilidade rural, para o desenvolvimento da agroecologia e para a resistência da família na terra. Embora ainda seja necessária a inclusão das mulheres em muitos espaços decisórios nos assentamentos pesquisados, as políticas públicas como o PAA, PNAE, a agroecologia e as diversas atividades que as mulheres realizam, tanto reprodutivas como as produtivas, lhes conferem um crescente empoderamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de dissertação teve como principal objetivo, analisar o trabalho e a participação das mulheres nos assentamentos de reforma agrária Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste/PR e Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu/PR.

Constatou-se que os camponeses no Brasil, enfrentam dificuldades quanto ao acesso a terra desde passado distante, pois a divisão de terras foi feita de modo desigual, sempre em benefício dos que detinham poder político e dinheiro. O processo de industrialização do campo só acentuou essas desigualdades, desdobrando-se na exclusão social de uma parcela significativa de camponeses. Em consequência disso, eles tiveram que enfrentar conflitos, para permanecerem na terra.

No início da década de 1980, o MST destacou-se como um movimento, para negar o padrão de desenvolvimento agrícola até então existente no País, colocando em evidência a importância da preservação da agricultura camponesa, através da reforma agrária e de novas formas de produzir como as pautadas em bases agroecológicas. As ocupações de terra e acampamentos promovidos pelo movimento, foram e são importantes estratégias de lutas que possibilitam a conquista da terra de assentamentos.

Nessa mesma década, se consolidam também diferentes movimentos de mulheres em todos os Estados do Brasil, possuindo articulação com movimentos que estavam surgindo no campo, como o MST.

O objetivo da luta do MST, vai para além da reforma agrária, pois as pautas de luta do movimento abarcam diversas temáticas, dentre elas, as discussões de gênero o que corrobora com as preocupações dos movimentos de mulheres.

A partir desse contexto, nos assentamentos pesquisados procuramos compreender como acontecem as relações de gênero e quais são os espaços de subordinação e invisibilidade das mulheres e os espaços de empoderamento e valorização.

Foi possível verificar que os caminhos que as mulheres trilharam para conquistar as terras dos assentamentos foram marcados por inúmeras dificuldades, dentre elas, moradia, alimentação e renda. Essas situações ocorreram desde a época de acampadas, até os primeiros anos de assentadas. No entanto, o aprendizado adquirido no período de acampadas, principalmente, foi fundamental para constitui-las enquanto sujeitos políticos na luta pela terra.

Com relação aos dados apresentados sobre ambos os assentamentos foi possível verificar que, de modo geral, tratando-se do acompanhamento e participação das mulheres em atividades relacionadas com cursos técnicos, palestras políticas, conversa com técnicos, assembleias, clube de mães, as mesmas participam mais de cursos técnicos, assembleias, e clube de mães. Os cursos técnicos estão relacionados com artesanato, pintura e preparo de alimentos. Palestras políticas, encontros e assembleias, são atividades que realizam em conjunto com os homens.

Isso contribui para maior participação em questões historicamente destinadas aos homens, questões essas baseadas na estrutura de uma família nucleada, constituída de estrutura hierárquica em que o patriarca é o que deve fazer as atividades que exijam conhecimento político ou intelectual, enquanto as mulheres se dedicam as atividades do lar.

Quanto a participação das mulheres no trabalho do lote, seu poder de decisão está mais relacionado com os serviços domésticos, horta, pomar, ordenha, processamento de produtos, animais domésticos e quintal. Já as atividades comerciais, em ambos os assentamentos, são realizadas de forma expressiva pelos homens, principalmente as relacionadas com plantio e venda de culturas, compra de insumos, compra e venda de animais e decisão quanto aos financiamentos.

Isso permite compreender que as mulheres estão mais vinculadas às atividades reprodutivas, da esfera do lar e de seus arredores e que não têm poder de decisão nos espaços que envolvem renda e comercialização dos produtos.

Entretanto, entendemos que não são as mulheres que preferem ou querem ficar no espaço privado, são as relações de dominação patriarcal e machistas que as colocam como inferiores ou dependentes dos homens. Mesmo que ficam em segundo plano na hora de decidir quanto as atividades comerciais, as mulheres trabalham muito, tanto em tarefas produtivas quanto nas reprodutivas e também são sujeitos do seu próprio espaço de produção, que é o quintal, a horta, o pomar, os animais domésticos e o processamento de alimentos para autoconsumo e comercialização, essas, são atividades de extrema importância para a complementação da renda familiar, garantem a segurança alimentar, além de não agredirem o meio ambiente, pois são pautadas na não utilização de agrotóxicos o que ainda promove a transição para a agroecologia.

As mulheres, por meio de suas falas, reconhecem-se como parte fundamental para a organização do lote, do assentamento em geral, além de terem desempenhado

papel de extrema importância nos acampamentos. Essas atitudes refletem no seu crescente empoderamento e seu relevante papel para a permanência da família na terra.

Mas para que o processo de empoderamento continue é necessário criar medidas para conscientizar homens e mulheres, que o sexismo, o machismo, a submissão são maneiras de pensar ou práticas culturais que foram naturalizadas, pela sociedade burguesa e patriarcal, por religiões, sistemas educacionais, que colocam as mulheres como inferiores aos homens. Dessa forma, as medidas para conquistar o empoderamento, são várias, dentre elas, formação política destes sujeitos, mobilizações políticas, organizações de mulheres para promover trocas de experiências e enfrentamentos com as tradicionais estruturas sociais de dominação, dentre outras questões, como as apontadas por León (1997, apud SCHEFLER, 2013, p. 11), “(...) autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações.”

Ainda segundo a referida autora a abordagem de empoderamento, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto coletivos como individuais.

Também é necessário frisar, que no meio rural, ainda permanece a ideia de família nuclear, onde o homem é considerado o “chefe” da família e quando marido, na maioria dos casos, o responsável pelo lote, ficando o trabalho das mulheres, como já afirmado, uma ajuda ou um não-trabalho. Essa reprodução de valores patriarcais, deve ser desconstruída, pois promove a desvalorização do trabalho das mulheres, que muitas vezes, são encarregadas de atividades importantes, como as que são fonte de alimentação para a família. Dessa forma, é necessário tornar visível a participação das mulheres em todas as tarefas do lote, reprodutivas, produtivas, de liderança ou militância e que, políticas públicas destinadas às mulheres continuem sendo desenvolvidas, como o Pronaf Mulher, a ATER para mulheres, dentre outras.

Quanto a agroecologia, considerada por muitas (os) assentadas (os), uma filosofia de vida, é de fundamental importância para o empoderamento das mulheres, pois aparece como uma forma promissora de trabalhar, sendo que, valoriza os saberes das camponesas assentadas, além de contribuir para uma melhor qualidade de vida da

família e para a sustentabilidade do meio rural, embora ainda seja necessário, que as mulheres tenham mais acesso aos meios de produção e a assistência técnica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José. Lindomar C. **A Dinâmica das Fronteiras**. Os Brasiguaios na Fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo. Annablume. 2010.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro. Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA. Presidente Prudente/ São Paulo. Ano 15, ed. Especial. Pg. 91-100. Ago, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: A ética do humano**. Petrópolis. Editora Vozes, 1999.

BONI, Valdete; BOSETTI, Cleber José. **Agricultura Familiar e Campesinato: Qual desenvolvimento rural?** In: Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. 2013, Santiago de Chile. Universidade de Santiago de Chile. p. 1-20.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Estudos Feministas. Florianópolis (SC), v. 12, n. 01, 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In.: **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil**. LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea. Brasília: MDA, 2008.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla, Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil**. LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea. Brasília: MDA, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In. Princípios e Perspectivas da agroecologia. Paraná. Instituto Federal do Paraná, 2011.

CAPORAL, Francisco. Roberto; COSTABEBER, José. Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília. 2004. Disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/AgroecologiaConceitos/principios>> Acesso em: 02 de out. 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: NEAD, 1999.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O reaparecimento das sementes crioulas.** Disponível em: <<http://www.bandada.blogger.com.br>>, 2005. Acesso em: 10 de dez, 2014.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CIMA, Justina; GASPARETO, Sirlei. **Projeto de Agricultura Camponesa e as Mulheres.** Chapecó. 2005. Disponível em: [http://www.mmcbrazil.com.br/sc/projeto\\_agricultura](http://www.mmcbrazil.com.br/sc/projeto_agricultura) Acesso em: 23 de out, 2014.

CINTRÃO, Rosângela P; SILIPRANDI, Emma. O Progresso das mulheres Rurais. In.: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Org.: BARSTED, Leila L; PITANGUY, Jaqueline. Rio de Janeiro: CEPIA Brasília: ONU Mulheres, 2011.

COCA. Estevan Leopoldo de Freitas. **Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná, Brasil.** Revista Digital Geographos. Vol.4,nº 48, p. 383-410, 2013.

CORBARI, Fábio; ZONIN, Wilson João, et al. **Manejo Ecológico de Pastagens em propriedades de transição agroecológica.** In: Primeiro Congresso Paranaense de Agroecologia. ISSN 2236-7934 – Vol. 9, No. 1. Pinhais/PR, 2014.

DAROLT, Moacir Roberto. **Agricultura Orgânica: Inventando o futuro.** Londrina: IAPAR. 2002.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 12, n.1, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedades e Comunidades Sustentáveis.** São Paulo: USP/NUPAUB, 2003. Disponível em: <[www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf](http://www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf)>. Acesso em: 12 de dez, 2014.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Revista NERA. Presidente Prudente/ São Paulo. Ano 15, Ed. Especial. Pg. 53-76. Ago., 2012.

FABRINI, João E. **A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra.** Cascavel. Edunioeste, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Paulo. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas Camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo. Editora: UNESP, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Ocupação como Forma de Acesso à Terra.** In: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino Americanos. Washington, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação Conceitual de Campesinato.** Disponível em: < [www.coptec.org.br](http://www.coptec.org.br) >. Acesso em: 02 de julho de 2015. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra-MST (1979-1999), 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. In: COCA. Estevan Leopoldo de Freitas. **Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná, Brasil.** Revista Digital Geographos. Vol.4,nº 48, p. 383-410, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução a Pesquisa Qualitativa.** Bookman, 2004.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: Um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In.: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Org.: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. Niterói. Alternativa, 2013.

GARCIA, Júnior, A. R. **Terra de trabalho.** RJ, Paz e Terra, 1993.

GARCÍA, María. Franco. **A Luta pela terra sob enfoque de gênero.** Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

GASPARETO, Sirlei, A, K; MENEZES, Marilda A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In.: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Org.: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. Niterói. Alternativa, 2013.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre. 1º ed. Editora UFRGS. 2000.

GOODMAN, David; SORZ, Bernardo; WILKINSON, John. A apropriação industrial do processo de produção rural. In: **Da lavoura às biotecnologias**. Agricultura e Indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990. cap.1, p. 5-11.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GRZYBOWSKY, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no campo**. Petrópolis, Vozes, 1987.

GONÇALVES. Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação: O Modelo Agroecológico Adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A morada da vida: famílias de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERMANNNS. H. **Narratives Interview**. Munich: Psychologie Verlags Union. Pg. 182-5. 2005. In: FLICK, Uwe. Introdução a Pesquisa Qualitativa. Bookman, 2004.

IBGE. **Censo**. 2010.

PDA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Ander Rodolfo Henrique**. Curitiba: AMBIENS, 2003.

PDA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Antonio Companheiro Tavares**. AMBIENSS, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LEÓN. Magdalena. Poder y empoderamiento de las mujeres. *Región y Sociedad*, v. XI, n. 18, 1999, Bogotá, Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer y Género de la Universidad de Colombia, 1997. Disponível em: <oficha.com/Project/etex/colzon/18/18\_8>. Acesso em: 23 jun. 2013. In: SCHEFLER. Maria de Lourdes N. **Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social.** Revista Feminismos. Vol. 1, N.3 Set – Dez, 2013.

LOSS. Elisângela Bellandi. Et, al. **COOPERCAM: Ferramenta para a comercialização de produtos da reforma agrária.** In: Segunda Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MADCHE. A. **Nossos Distritos e Vilas – Diamante do Oeste.** In: *Jornal do Povo e Terra*. Matelândia, p. 8/9. Jul/Agosto. 1984. In: SILVA, Rosangela da. *Estabelecimentos ou Outsiders? Análise das relações sociais entre grupos sociais no município de Diamante do Oeste no Paraná.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Campina Grande (PB). Universidade Federal de Campina Grande. 2011. P. 41.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Sociedade vista do abismo – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. (Org.). **O Cativo da Terra.** São Paulo. Hucitec, 1986.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Moraes, 1987.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **Unir para resistir.** In: MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.* São Paulo: Editora, Loyola, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde. Servolo. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2009. Disponível em: [www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/CGEEVF.pdf](http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/CGEEVF.pdf). Acesso em: 24 de outubro de 2014.

MEDEIROS, Leonilde. Servolo. Assentamentos rurais e gênero tema de reflexão e pesquisa. In.: In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA, p. 81-151. 2008.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA, p. 81-151. 2008.

MOREIRA, Alberto. **A Igreja e a Questão Agrária**. Bragança Paulista: EDUSF. Cadernos do IFAN, 1994.

MOTTA, Márcia; ZARTH Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo, Editora : UNESP, 2009.

MST. **Assassinato de Antonio Tavares completa 12 anos de impunidade no Paraná**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/13290>>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

MST. **MST e UFPR implantam curso de agroecologia para Sem Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1193>> Acesso em: 07 de novembro de 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. 184 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PETERSEN, Áurea. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudo de gênero. In.: ROSO, Adriane; MATTOS, Flora; WERBA, Graziela e STREY, Marlene (Org.). **Gênero por escrito** – saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

PINTO, Céli. R. J. **Feminismo, História e Poder**. Revista Sociologia Política. Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-36, jun, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **A igualdade de gênero na Constituição Federal de 1988 e os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil**. Apresentação de Palestra, 2014.

PNAD. (**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**). Brasil e síntese de indicadores 2013. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIEMANN. G and SUCHUTZE. F. **Trajectory as a Basic Theoretical Concept for Analyzing Suffering and Disorderly Social Processes**. New York: Aldine de Gruyter, pg. 333-57. FLICK, Uwe. Introdução a Pesquisa Qualitativa. Bookman, 2004.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. Araraquara, 2003. 246p. Tese (Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, Gleys Iall Ramos. **Desenvolvimento Regional Sob o Enfoque de Gênero: Assentamento de reforma agrária Padre Josimo I e II – TO**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio; et al. **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

SARTRE, Xavier Arnauld de; FLORENTINO, Laurence, Granchamp. O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira. In.: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Org.: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. Niterói. Alternativa, 2013.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Dilemas e Conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULOLO Maria Ignez (Org.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo, UNESP, 2009.

SCHREINER. Davi Félix. **Memórias da luta pela terra, educação e agroecologia**. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal RN, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul. /dez, p. 71- 99, 1995.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **O que se pensa, o que se faz, o que se diz:** discursos sobre as mulheres rurais. 2005.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosangela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.). **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

SILVA, José Graziano da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, Rosangela da. **Estabelecimentos ou Outsiders? Análise das relações sociais entre grupos sociais no município de Diamante do Oeste no Paraná.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Campina Grande (PB). Universidade Federal de Campina Grande. 2011. P. 41.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Acampamento e assentamentos do MST.** Espaço Plural - Ano VI - Nº 13 - 2º Semestre de 2005.

SOARES. Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** 1995.

SOUZA. Marco Antônio. **Pensamento católico conservador e Reforma Agrária:** a defesa intransigente da propriedade privada da terra. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://www.sacralidade.com/mundo2008/0109.conservador.html>> Acesso em: 02/04/14.

SOUZA, Lizane Lúcia de. **Proposta de um Índice de Conformidade ao PRV - Estudo no Assentamento Antônio Tavares – São Miguel do Iguçu – PR. Florianópolis.** 2010. 65 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

STÉDILE, João Pedro. **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAVARES, Rebeca, Reichmann. Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. In.: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Org.: BARSTED, Leila L; PITANGUY, Jaqueline. Rio de Janeiro: CEPIA Brasília: ONU Mulheres, 2011.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra:** discutindo relações de classe e gênero. 2006. 143 p. Dissertação (Mestrado) -

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP.

VANNUCHI, Maria Lúcia. **A construção das identidades de gênero.** Espaço Caderno Feminino. v. 23, n. 1 /2, p. 61-77, 2010.

WEDIG, Josiane, Carine; MENASCHE, Renata. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In.: **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Org.: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. Niterói. Alternativa, 2013.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Unb, 1997, 192p.

YIN, Robert, K. **Estudo de Caso Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANDER, Navarro. **A Agricultura Familiar no Brasil:** entre a política e as transformações da vida econômica. A Agricultura Brasileira. Desempenho desafios e perspectivas. Brasília. Ipea, 2010, v., p. 185-209.

## ANEXO - Questionário Utilizado

### Questionário para membras (os) dos Assentamentos Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste e Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu

Questionário Aplicado nos meses de junho e julho de 2014

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Nome do assentamento: \_\_\_\_\_
3. Quem é o titular do lote? (homem ou mulher)? \_\_\_\_\_
- Acampamento**
4. Participou de manifestações (campo ou cidade) antes de ir para o acampamento? Quais e porque? \_\_\_\_\_
5. Possuía terra antes do acampamento? Quanto tempo trabalhou na terra? \_\_\_\_\_
6. Se não possuía terra antes de acampar, no que trabalhava? \_\_\_\_\_
7. Porque resolveu decidir em ir para um acampamento do MST? \_\_\_\_\_
8. De quem partiu a decisão? (da mulher, marido, pai, filhos) \_\_\_\_\_
9. Em quantos acampamentos ficaram, em que região e qual o nome do acampamento? \_\_\_\_\_
10. Quantos anos ficaram acampados para conquistar a terra do assentamento? \_\_\_\_\_
11. Ocorreram conflitos no acampamento, com fazendeiros, políticos, populares ou militares? \_\_\_\_\_
12. No acampamento possuía alguma organização de grupos/brigadas? \_\_\_\_\_  
Participava? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_
13. Porque participava, ou não? \_\_\_\_\_
14. Qual sua função nos grupos e brigadas? \_\_\_\_\_
15. Qual é a função dos grupos e brigadas? \_\_\_\_\_
16. Que outras atividades realizava no acampamento? \_\_\_\_\_
17. Como era organizado o acampamento, em relação a produção (compra e venda de insumos, organização de hortas e ervas medicinais), aos aspectos políticos (organização da luta), a organização religiosa (construção de igrejas e cultos), a organização cultural (festas, danças)? \_\_\_\_\_
18. Em relação a essas organizações, que atividades você mais participava? \_\_\_\_\_
19. Porque realizava ou não essas atividades? \_\_\_\_\_
20. De quem partia as ideias e decisões do que se realizaria nos grupos? \_\_\_\_\_
21. A família participava das reuniões? \_\_\_\_\_
22. Como eram organizadas as reuniões? \_\_\_\_\_

23. Você já havia participado de reuniões assim antes de ingressar no MST?  
\_\_\_\_\_
24. Você já fez alguma fala numa reunião de grupos ou de brigadas?  
\_\_\_\_\_ Se sim, sobre o que falou \_\_\_\_\_
25. O que aprendeu com o MST, no acampamento, durante a luta pela terra?  
\_\_\_\_\_
26. Quais foram as principais dificuldades encontradas na vida de acampados?  
\_\_\_\_\_
27. Quanto aos aprendizados, eles foram importantes para a organização da propriedade? \_\_\_\_\_
28. O acampamento foi importante para aumentar a consciência sobre aspectos políticos, de gênero? \_\_\_\_\_
29. Participou de discussões de gênero? Ou sobre questões que envolvem as mulheres no campo? \_\_\_\_\_
30. O que aprendeu sobre isso? \_\_\_\_\_
31. No período de acampamento, aprendeu os cuidados com a terra, questões relacionadas em que época plantar, como colher? \_\_\_\_\_
32. Sobre a produção agroecológica, sem veneno, era discutido no acampamento? Se sim, o que aprendeu sobre isso? \_\_\_\_\_
33. Em que mobilizações você participava na época do acampamento? \_\_\_\_\_ Qual era o tema dessas mobilizações: \_\_\_\_\_
34. Participou de alguma marcha das mulheres, aquelas do dia 8 de março organizadas pelo MST \_\_\_\_\_ Se sim, o que aprendeu na marcha \_\_\_\_\_
35. Durante o acampamento trabalhava fora? \_\_\_\_\_ Se sim, no que trabalhava? \_\_\_\_\_
- Assentamento**
36. Quantas famílias foram assentadas? \_\_\_\_\_ Quantos alqueires cada família recebeu? \_\_\_\_\_ Qual a área do assentamento? \_\_\_\_\_
37. Em que ano foram assentados? \_\_\_\_\_
38. Como foram os primeiros anos assentados? \_\_\_\_\_ De quem recebiam ajuda? \_\_\_\_\_
39. Como era a infraestrutura (moradia, galpões, estradas) do assentamento no início?
40. Conseguiram realizar financiamentos? Como o Pronaf? \_\_\_\_\_
41. Ganharam algum benefício de fundos perdidos? \_\_\_\_\_
42. Como foi o auxílio da prefeitura do município em que foram assentados?  
\_\_\_\_\_
43. Quanto tempo demoraram para conseguir produzir, construir as casas, galpões, comprar animais, insumos? \_\_\_\_\_
44. No Assentamento pertence a algum grupo ou brigada? \_\_\_\_\_
45. Participa das Reuniões de grupos: ( ) Regularmente ( ) Raramente ( ) Nunca
46. Participa das Assembleias: ( ) Regularmente ( ) Raramente ( ) Nunca

47. Participa de conversas com técnicos: ( ) Regularmente ( ) Raramente ( ) Nunca
48. Participa de palestras relacionadas com formação política? ( ) Regularmente ( ) Raramente ( ) Nunca
49. Participa de cursos técnicos? ( ) Regularmente ( ) Raramente ( ) Nunca
50. Participa do clube de mães? \_\_\_\_\_ Qual o motivo de participar ou de não participar \_\_\_\_\_
51. Porque resolveu participar das reuniões? Qual membro da família participa mais em reuniões? \_\_\_\_\_
52. Porque resolveu participar em assembleias? \_\_\_\_\_ Quem da família participa mais? \_\_\_\_\_
53. Sobre as palestras políticas, quem da família participa mais? \_\_\_\_\_
54. Quem da família conversa mais com os técnicos que vêm até o assentamento? \_\_\_\_\_
55. Quais são os cursos técnicos que você participa? \_\_\_\_\_ Quem da família participa mais em cursos? \_\_\_\_\_
56. Possui alguma função/cargo no assentamento? (dirigente de grupo, de brigada, etc): \_\_\_\_\_
57. Participa de algum setor (gênero, educação, saúde)? \_\_\_\_\_
58. Participou de alguma mobilização depois de assentada? \_\_\_\_\_ Se sim, em qual? \_\_\_\_\_
59. Qual membro da família participa mais em mobilizações? \_\_\_\_\_
60. O seu lote é agroecológico? \_\_\_\_\_
61. O seu lote está em transição para a agroecologia? \_\_\_\_\_
62. Como aconteceu o início das discussões sobre agroecologia dentro do MST? \_\_\_\_\_
63. Como aconteceu a transição para a agroecologia em seu lote? \_\_\_\_\_
64. No início do assentamento, todos praticavam a agroecologia? \_\_\_\_\_
65. Você optou pela volta da produção com veneno em seu lote? \_\_\_\_\_
66. Se sim, porque? Quais as dificuldades encontradas em trabalhar com a agroecologia? \_\_\_\_\_
67. Se continua na produção agroecológica, porque decidiu continuar com esse sistema de produção? \_\_\_\_\_
68. Quais são as vantagens da agroecologia para sua família? \_\_\_\_\_
69. O que já sabia sobre agroecologia antes de entrar para o movimento? \_\_\_\_\_
70. Você comercializa produtos no PAA e no PNAE? \_\_\_\_\_ Se sim, quais são os benefícios desses programas \_\_\_\_\_

71. Se não, porque opta por não entregar no PAA e no PNAE? \_\_\_\_\_ Quais são os meios de comercialização? \_\_\_\_\_
72. Quais são as culturas que mais plantam na roça? \_\_\_\_\_
73. Essas culturas são destinadas para a comercialização, ou para o autoconsumo da família? \_\_\_\_\_
74. Quais animais possuem no lote \_\_\_\_\_ Estes são para comercialização ou para o autoconsumo da família? \_\_\_\_\_
75. Quais são as culturas que mais plantam aos arredores da casa, ou no quintal? \_\_\_\_\_
76. Estas são destinadas para comercialização? \_\_\_\_\_ Ou para autoconsumo? \_\_\_\_\_
77. Quais são as atividades realizadas pela mulher no lote? \_\_\_\_\_
78. Quais são as atividades realizadas pelo homem no lote? \_\_\_\_\_
79. Quem decide sobre a distribuição dos serviços no lote? \_\_\_\_\_
80. Quem da família realiza os serviços domésticos de dentro de casa? \_\_\_\_\_
81. Quem da família cuida da horta e do pomar? \_\_\_\_\_
82. E dos animais domésticos? \_\_\_\_\_
83. Quem da família é encarregado de plantar as culturas da roça? \_\_\_\_\_
84. Quem decide sobre o que plantar? \_\_\_\_\_
85. Quem vende as culturas colhidas e quem decide por fazer algum financiamento? \_\_\_\_\_
86. Quem é encarregado pela compra e venda de insumos agrícolas, ou de produtos para o lote? \_\_\_\_\_
87. Quem é encarregado do manejo bovino e da venda de animais? \_\_\_\_\_
88. Quem é encarregado pela ordenha? E pela comercialização do leite? \_\_\_\_\_
89. Qual é a atividade que gera renda mensal no lote? \_\_\_\_\_
90. Qual é a principal atividade desenvolvida pela família? A atividade que garante o sustento da família? \_\_\_\_\_
91. Se vendem para o PAA, quais os produtos que mais destinam? \_\_\_\_\_
92. Quem é encarregado de decidir sobre o que será plantado para o PAA? \_\_\_\_\_
93. Na hora do preparo dos produtos, que serão entregues ao PAA, quem é encarregado de realizar esta tarefa? \_\_\_\_\_
94. Quem leva os produtos do PAA para a comercialização e se encarrega de receber o dinheiro da venda? \_\_\_\_\_

95. Quem decide sobre qual animal doméstico será criado no lote?

\_\_\_\_\_

96. Quem decide sobre o que deve ser plantado no quintal? \_\_\_\_\_

97. Quem decide sobre quais produtos devem ficar para o consumo da família e não para ser comercializados? \_\_\_\_\_

98. O que você entende por ser mulher? O que é ser mulher?  
\_\_\_\_\_ E o que é ser homem?

\_\_\_\_\_